

REVISTA JUVENTUDE.BR

23ª EDIÇÃO • ANO 20 - 1º SEMESTRE DE 2026

ISSN 1809-9564 PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA DO CENTRO DE ESTUDOS E MEMÓRIA DA JUVENTUDE - CEMJ



EDIÇÃO ESPECIAL - PROJETO ESTAÇÃO JUVENTUDE

REALIZAÇÃO:

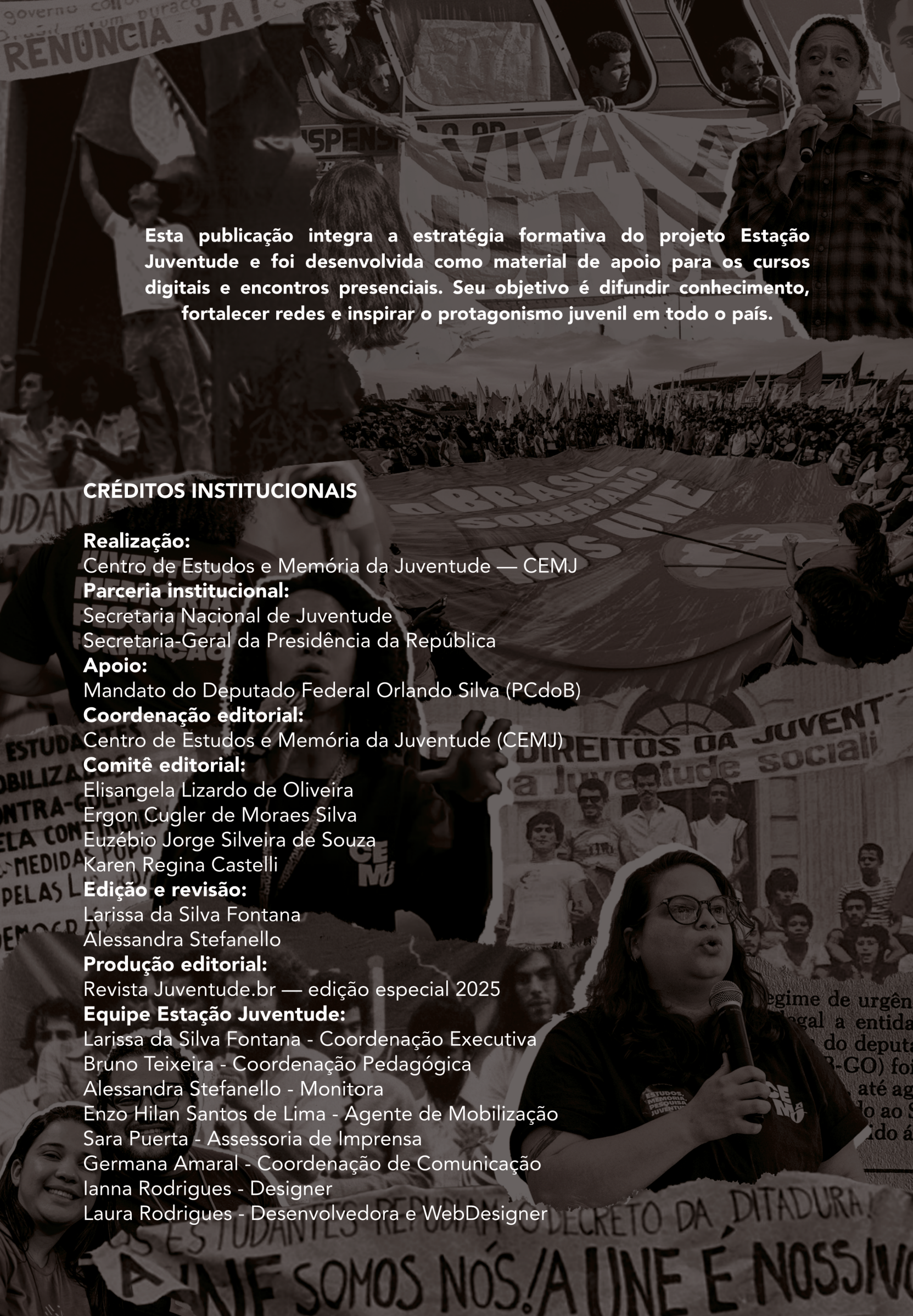


APOIO:

SECRETARIA NACIONAL
DE JUVENTUDE

SECRETARIA-GERAL





Esta publicação integra a estratégia formativa do projeto Estação Juventude e foi desenvolvida como material de apoio para os cursos digitais e encontros presenciais. Seu objetivo é difundir conhecimento, fortalecer redes e inspirar o protagonismo juvenil em todo o país.

CRÉDITOS INSTITUCIONAIS

- Realização:**
Centro de Estudos e Memória da Juventude — CEMJ
- Parceria institucional:**
Secretaria Nacional de Juventude
Secretaria-Geral da Presidência da República
- Apoio:**
Mandato do Deputado Federal Orlando Silva (PCdoB)
- Coordenação editorial:**
Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ)
- Comitê editorial:**
Elisangela Lizardo de Oliveira
Ergon Cugler de Moraes Silva
Euzébio Jorge Silveira de Souza
Karen Regina Castelli
- Edição e revisão:**
Larissa da Silva Fontana
Alessandra Stefanello
- Produção editorial:**
Revista Juventude.br — edição especial 2025
- Equipe Estação Juventude:**
Larissa da Silva Fontana - Coordenação Executiva
Bruno Teixeira - Coordenação Pedagógica
Alessandra Stefanello - Monitora
Enzo Hilan Santos de Lima - Agente de Mobilização
Sara Puerta - Assessoria de Imprensa
Germana Amaral - Coordenação de Comunicação
Ianna Rodrigues - Designer
Laura Rodrigues - Desenvolvedora e WebDesigner

SUMÁRIO:

Apresentação	pg.3
Raça, classe e trabalho: Desafios para o combate ao racismo no Brasil	pg. 5
Inovação e empreendedorismo social: Caminhos para transformar realidades com propósito	pg. 11
Organização de jovens trabalhadores: Direitos, desafios e estratégias para agir coletivamente	pg. 21
Juventude e trabalho na economia de plataforma: novos arranjos de trabalho e as perspectivas sociais	pg. 25
Empreendedorismo digital para jovens	pg. 33
Habilidades para o futuro aprendizado contínuo e marca pessoal	pg. 36
Cidadania digital e ativismo online: como participar da sociedade na era das redes	pg. 41
Saúde mental e bem-estar na era digital	pg. 44
Introdução ao pensamento computacional: Entender e transformar	pg. 49
Introdução à pesquisa	pg. 53
Capitalismo da vigilância e colonialismo digital: A construção de subjetividades na era algorítmica	pg. 59

APRESENTAÇÃO

O futuro do Brasil passa pelas mãos de suas juventudes. São elas que reinventam linguagens, modos de trabalho, tecnologias e práticas de solidariedade que sustentam o cotidiano das periferias, das escolas, das universidades e dos espaços de cultura. Esta edição especial da revista Juventude.br nasce desse movimento: o de reconhecer o protagonismo das juventudes brasileiras e fortalecer suas vozes, suas práticas e suas perspectivas sobre o país que queremos construir.

A publicação é um desdobramento do projeto Estação Juventude, uma iniciativa do Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ), realizada com recursos de emendas parlamentares destinadas pelo Mandato do Deputado Federal Orlando Silva (PCdoB) à Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Ao longo de 2025, o projeto teve como propósito qualificar jovens de 15 a 29 anos por meio de um circuito formativo composto por dez cursos de 20 horas, oferecidos em formato digital. As formações se organizam em três grandes eixos: Mundo do Trabalho, Habilidades e Competências para o Mundo do Trabalho e Cidadania e Participação na Era Digital. Cada um desses eixos articula teoria e prática, diálogo e escuta, ampliando o repertório crítico das juventudes e fortalecendo sua inserção cidadã, política e profissional nos territórios. Além disso, o projeto realizou também oficinas e debates presenciais buscando mobilizar territórios na discussão dos direitos das juventudes.

Mais do que um projeto de capacitação, o Estação Juventude é um dispositivo de mobilização e reflexão sobre o presente. Suas formações digitais e seus encontros presenciais partem de uma premissa simples e potente: a de que toda política de juventude precisa reconhecer as juventudes como sujeitos de direito, produtores de conhecimento e protagonistas da transformação social.

JUVENTUDES, TRABALHO E DESIGUALDADES

Um dos debates centrais dos cursos do projeto e textos reunidos nesta revista gira em torno das mudanças no mundo do trabalho. Vivemos um tempo em que a economia de plataformas — simbolizada por aplicativos de transporte, entrega e serviços sob demanda — redefine as relações laborais, mas frequentemente à custa da segurança e da dignidade dos trabalhadores, (re)atualizando violências estruturais e sistêmicas que reservam às diferentes juventudes posições muito desiguais na sociedade. Jovens - especialmente negros e periféricos - são o público mais afetado por essas transformações: ocupam os postos mais precários, são os mais atingidos pela informalidade e os mais expostos às incertezas de um mercado que se reinventa a cada crise.

No texto “Raça, classe e trabalho: desafios para o combate ao racismo no Brasil”, a professora Luciana Pena Morgado lembra que essas desigualdades não são novas — elas são o prolongamento de uma estrutura histórica de exclusão. A autora observa que, desde o pós-abolição, “o Estado manteve

POR: MA. LARISSA DA SILVA FONTANA

Coordenadora Executiva do Projeto Estação Juventude

dispositivos de racialidade para impedir o acesso da população negra a bens e serviços essenciais”, e que esse legado se traduz, ainda hoje, nas estatísticas: trabalhadores(as) negros(as) seguem ganhando menos, ocupando menos cargos de liderança e sendo os primeiros a perder o emprego em tempos de crise.

Essa constatação ecoa de forma contundente entre as juventudes. Segundo dados do IBGE (2024), 65% dos jovens desempregados no Brasil são negros. São esses jovens — mulheres e homens, pretos e pardos — que experimentam de forma mais direta as contradições da economia digital: conectados, mas sem acesso pleno a direitos; empreendedores por necessidade, mas sem proteção social; altamente qualificados em novas tecnologias, mas confinados às margens do mercado formal.

Levando esse cenário em consideração, organizamos os cursos do Estação Juventude sobre Habilidades e Competências para o Mundo do Trabalho para que abordem essas tensões de modo crítico. Eles não se limitam a ensinar ferramentas técnicas, mas estimulam uma leitura política do trabalho contemporâneo. As formações discutem o que significa desenvolver competências em um país que ainda nega direitos básicos a grande parte de sua juventude. Falamos sobre aprender a se posicionar, planejar e cooperar, mas também sobre reconhecer as estruturas que produzem desigualdade e explorar coletivamente formas de enfrentá-las — por meio da organização, da criatividade e da solidariedade.

ORGANIZAÇÃO E PROTAGONISMO DAS JUVENTUDES TRABALHADORAS

As juventudes têm respondido às novas formas de precarização com estratégias também novas. Da organização de entregadores por aplicativo às redes de apoio entre microempreendedores periféricos, há uma vitalidade política emergindo dos territórios. Como destaca Morgado, “a construção de dispositivos que garantam as mesmas oportunidades e promovam, de fato, a equidade racial nos locais de trabalho” é condição indispensável para a justiça social e para o desenvolvimento pleno dos jovens em suas diferentes realidades.

Essa é também uma dimensão tratada nos cursos e nas leituras do Estação Juventude: compreender que o trabalho não é apenas um meio de subsistência, mas um espaço de luta por reconhecimento, dignidade e pertencimento. A formação estimula os jovens a enxergarem o trabalho como campo de direitos em disputa — e não como concessão —, valorizando iniciativas de auto-organização e cooperativismo, de economia solidária e de inovação comunitária.

O texto de Andrea Duarte de Souza Correa Leite, “Inovação e Empreendedorismo Social: Caminhos para Transformar Realidades com Propósito”, é exemplar nesse sentido. Ao discutir o empreendedorismo social, a autora afirma que “a força do coletivo é uma resposta política e pedagógica à exclusão”. Inspirando-se em experiências de base, como o G10

das Favelas ou o Litro de Luz, Leite mostra que quando as soluções nascem do território e da escuta das comunidades, elas não apenas geram renda — elas redistribuem poder.

Essa noção de protagonismo é central ao Estação Juventude. O projeto aposta na ideia de que formar-se é também aprender a agir coletivamente, disputar narrativas e transformar as condições de vida.

CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO NA ERA DIGITAL

Se o mundo do trabalho é um dos grandes desafios contemporâneos, o universo digital é outro. A internet é hoje o principal espaço de sociabilidade, de produção de conhecimento e de disputa política para as juventudes. Contudo, também é um ambiente de desigualdades: o acesso ainda é limitado, a desinformação se espalha rapidamente, e os discursos de ódio e a vigilância digital afetam de forma desproporcional jovens, mulheres e pessoas negras.

O eixo Cidadania e Participação na Era Digital do projeto busca responder a essas contradições, propondo formações que unam alfabetização digital, ética e participação social. As aulas e debates incentivam o uso das tecnologias como ferramentas de mobilização e defesa de direitos, promovendo o protagonismo digital das juventudes.

Em diálogo com esse eixo, os textos reunidos nesta revista convidam à reflexão sobre a cidadania conectada e cidadania digital, debates que vão além do mero acesso às redes: trata-se de compreender as plataformas digitais como espaços de exercício político e de construção coletiva de conhecimento. Assim, a revista propõe um olhar crítico sobre o papel das tecnologias na democracia — e sobre o dever de cada um de nós em garantir que elas sirvam ao interesse público, e não apenas ao lucro.

Como lembra a professora Andrea Leite, é preciso “escuta ativa” e “empatia” para inovar de forma coerente e ética. Essa escuta é também um método político: escutar o território, escutar as pessoas, escutar a si mesmo no processo de transformação.

EDUCAR PARA O PRESENTE, IMAGINAR O FUTURO

A aposta do Estação Juventude, assim como a do Centro de Estudos e Memória da Juventude, é na educação como ferramenta de emancipação. A proposta de oferecer cursos gratuitos, acessíveis e contextualizados visa formar jovens críticos, capazes de compreender as dinâmicas sociais e agir nelas com consciência e solidariedade.

Historicamente, a revista Juventude.br, ao reunir artigos, dados, estudos e referências de diferentes áreas, se torna um material complementar essencial para esse processo formativo. Nessa edição especial, cumprindo tal propósito, o leitor encontrará textos que tratam das desigualdades raciais e de gênero, da economia criativa e das novas tecnologias, do empreendedorismo com propósito, da inovação social e da luta por direitos — todos atravessados por uma mesma convicção: a de que a juventude é protagonista das transformações sociais,

raciais, econômicas e ambientais que o país precisa urgentemente viver.

UM CONVITE À AÇÃO E À CONTINUIDADE

Mais do que uma apostila de apoio, esta edição da Juventude.br é um manifesto pela potência das juventudes brasileiras. Cada texto reflete a complexidade e a vitalidade de uma geração que se recusa a ser definida apenas pelas carências ou pelos desafios — uma geração que faz da criação, da organização e do conhecimento as ferramentas de sua própria liberdade.

Que esta revista circule entre as juventudes como um instrumento de formação, mas também de inspiração. Que cada curso, texto e encontro do Estação Juventude seja uma semente plantada em território fértil. E que cada jovem leitor e leitora encontre, nestas páginas, não apenas informações, mas motivos para seguir lutando, aprendendo e sonhando.



Larissa é doutoranda em Linguística pela Unicamp e gestora de projetos sociais focados em pesquisa e formação cidadã em direitos humanos, combate ao racismo, igualdade de gênero e direitos da juventude. Desenvolve pesquisa na área da Análise do Discurso Materialista (AD), articulando a produção intelectual feminista negra ao campo teórico, metodológico e analítico da AD, em especial em diálogo com a obra de Lélia Gonzalez e Patricia Hill Collins, para pensar os sentidos de cuidado no Brasil. Integra os grupos de pesquisa Mulheres em Discurso (IEL/Unicamp) e a Rede de Pesquisadores NegreS de Estudos da Linguagem (REPENSE). É Conselheira Nacional de Juventude no CONJUVE (2024-2026) e integrante da Comissão Nacional de Políticas Educacionais para a Juventude do Ministério da Educação e da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento da Secretaria-Geral da Presidência da República.

RAÇA, CLASSE E TRABALHO: DESAFIOS PARA O COMBATE AO RACISMO NO BRASIL

INTRODUÇÃO

O Brasil foi o último país do Ocidente a abolir a escravidão, e esse direito só foi concedido após muita luta do povo negro e pressão internacional para a inserção da população negra na dinâmica econômica emergente. Ainda assim, no período pós abolição, o Estado manteve dispositivos para impedir o acesso da população negra a bens e serviços essenciais para uma sobrevivência digna (CARNEIRO, 2023). Nesse sentido, criaram-se novas formas para que esse grupo permanecesse em situação de vulnerabilidade (LOPES, 2022). O legado dessa política de marginalização da população negra reverbera até hoje: os dados socioeconômicos revelam nossas desigualdades sociais, consequência do racismo estrutural que atravessa todas as relações.

O racismo estrutural se manifesta por meio de diversos dispositivos e promove situações de discriminação, preconceito, dentre outras violações humanas por conta da cor da pele dos sujeitos. No Estado brasileiro, por se tratar de um país com a maioria de pessoas negras, 56% do contingente populacional (IBGE, 2024), o estigma direcionado à população negra impede que esta tenha direitos iguais e possa usufruir dos mesmos direitos das pessoas não negras (GOFFMAN, 1980). Indicadores sociais constataam que a população negra encontra-se em situação de precariedade, tornando seu desenvolvimento socioeconômico moroso, além de perpetuar índices de violência semelhantes a países com índices de desenvolvimento piores que o do Brasil. A seguir exploramos alguns conceitos e dados para melhor entendimento sobre o que é o racismo estrutural e como ele se manifesta em nosso cotidiano.

RAÇA, COR E ETNIA

O conceito de raça, ao longo da história, passou por mudanças de acordo com cada contexto histórico. Antes do século XV, por exemplo, o conceito de raça era utilizado para designar pessoas com a mesma origem. No século seguinte, o conceito de raça passou a ser utilizado para dividir os grupos, entre a espécie humana, e justificar relações de poder opressivas com vistas a conquistas territoriais e para justificar a escravização de pessoas (FANON, 2008).

A partir do século XIX, essas ideias foram reforçadas por ideologias racistas e hegemonias brancas que afirmavam, por exemplo, que a raça ariana era superior às raças indígena e negra ou a grupos étnicos, como judeus e ciganos. O holocausto nazista, que resultou no extermínio de judeus em massa, no século XX, é um exemplo radical das nefastas teorias transformadas em políticas de Estado. Atualmente, após um século de debates, assistimos à negação da ideia biológica de raça. Todavia, sociológica e historicamente, é necessário reconhecer grandes parcelas populacionais a partir da noção de raça, assim como a imensa importância das relações raciais entre as pessoas. O tráfico de escravos e toda essa economia mundial

POR: LUCIANA PENA MORGADO

Socióloga, Doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo e Professora na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP. Atua com os temas trabalho, saúde e questões étnico-raciais. E-mail profissional: lucianalpm24@gmail.com

que durou séculos determinou a sociedade brasileira tal como a conhecemos hoje.Raça é, assim, um conceito sociologicamente operante, sendo fundamental reconhecermos que foi o racismo que inventou a noção de raça que conhecemos hoje e não o contrário (SOUZA, 2021; ELÍSIO, 2021).

O QUE É O RACISMO?

As diferenças raciais são marcadas por formas de racismo estrutural que se fixaram na história do mundo e que produziram efeitos irreversíveis. O racismo estrutural se baseia em dispositivos de racialidade produzidos e operados pelas estruturas, instituições públicas, privadas e preconceitos intersubjetivamente partilhados que os reproduzem e os fortalecem (CARNEIRO, 2023). O pacto mútuo para a manutenção dos privilégios de pessoas brancas, ou seja, o pacto da branquitude é um elemento importante a ser compreendido para entendermos a concepção e dinâmica desses dispositivos (BENTO, 2022) que, ao longo do tempo, promovem a aniquilação da população negra (XAVIER, 2022).

Os espaços sociais devem ser ambientes plurais e de tolerância a todas as diferenças raciais, sociais e de credo com vistas a combater o que tem sido chamado de racismo estrutural (BRASIL, 1988; ALMEIDA, 2019). Nas discussões mais recentes, o conceito de racismo estrutural tem sido o mais adequado para analisar as questões em torno das relações étnico-raciais no contexto brasileiro. Historicamente, a população negra foi impedida de acessar bens e serviços e vários pensadores brasileiros têm demonstrado que a transição da sociedade escravocrata para a sociedade livre se fez sem a integração de parcelas imensas da população negra (FERNANDES, 2021; SOUZA, 2021).

A população brasileira é composta pela maioria de pessoas que se autodeclararam negras (pretos e pardos), em que, do total populacional, 28,5% são mulheres negras (IBGE, 2024). Entretanto, quando analisamos dados sociodemográficos sobre a população brasileira, constata-se que a população negra está em situação de vulnerabilidade em todos os casos. Logo, identificamos uma escala que sempre se repete: homens e mulheres brancas em melhores situações, seguido de homens e mulheres negras em situação de precariedade (DIEESE, 2024).

Dados socioeconômicos indicam que a maioria das pessoas que sobrevivem abaixo da linha da pobreza são negras: 32% das pessoas negras vivem com renda inferior a US\$5,50/dia (pessoas brancas somam 15,4%) (IBGE, 2018). Em 2022, 70% dos domicílios em que a pessoa residente era negra tinham acesso simultâneo aos serviços de abastecimento de água, rede de esgoto e coleta de lixo. Entre os domicílios em que a pessoa residente era branca, esse percentual subiu para 83,5%. Em todos os indicadores de habitação e saneamento analisados, a situação da população negra é mais grave do que a enfrentada pela população branca (IBGE,2022). De acordo com os dados da

PNAD (2018), cerca de 44,2% dos jovens negros, com idade entre 19 e 24 anos, não haviam concluído o ensino médio. Não obstante, em 2019, o IBGE apontou que 71,7% dos jovens que abandonaram a escola, eram pretos e pardos. A maioria dos entrevistados afirmaram ter interrompido os estudos porque precisavam trabalhar.

O racismo também se manifesta nos dispositivos que organizam o local de trabalho, por exemplo 67% das pessoas brancas estão em cargos de chefia (IBGE, 2024), e isso reverbera diretamente na remuneração e possibilidades de acesso – vide a remuneração média de um homem branco, R\$ 4.492,00, que é mais que o dobro da remuneração média de uma mulher negra R\$ 2.079,00 (IBGE, 2024). Sobre a população jovem no mercado de trabalho, 45% ocupam postos informais, destes, 56% são negros; já os jovens sem trabalho, 65% são negros (IBGE, 2024).

Apesar de ganharem menos, trabalhadores(as) negros(as) são os primeiros a serem demitidos, sem contar a dificuldade para serem promovidos e estarem mais propensos a situações de assédio moral organizacional e acidentes do trabalho. Por esses e outros motivos é tão importante a construção de dispositivos que garantam as mesmas oportunidades e promovam, de fato, a equidade racial nos locais de trabalho.

Nos últimos anos, o Brasil tem sido constrangido a nível internacional devido à ausência de medidas efetivas de enfrentamento ao racismo. Por outro lado, nota-se que a população brasileira está mais engajada em falar sobre as questões raciais. Exemplo disso são as pautas dos noticiários, os treinamentos ofertados pelas empresas, em programas televisivos, nas palavras-chave dos sites de pesquisa, em iniciativas empresariais e, principalmente, nas redes sociais. Esse contexto tem colaborado para que as relações étnico-raciais alcancem cada vez mais espaço na vida da população brasileira. Ainda assim, temos muito o que avançar!

PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO E O “RACISMO REVERSO”

A palavra preconceito é utilizada para definir as crenças infundadas, os valores pré-concebidos, as concepções criadas a partir de pontos de vista desprovidos de uma reflexão crítica. Nesse sentido, preconceito é uma opinião, um posicionamento, uma ideia formada antecipadamente e sem embasamento preciso. No geral, os preconceitos são motivados por sentimentos hostis, gerados por hábitos de julgamento ou generalizações escoradas em estereótipos socialmente construídos. É importante destacar que os preconceitos são desfavoráveis, nocivos e violentos, por isso não tem outra finalidade senão agredir as pessoas integrantes de grupos-alvo de preconceitos. Cabe ressaltar que o termo preconceito é utilizado para outras circunstâncias que diferem das questões raciais. Ainda que partindo de estruturas diferentes, semelhante ao modo que possibilita identificar os preconceitos contra a população negra, pode-se, também, detectar preconceitos por causa de gênero, sexualidade, religião, nacionalidade, entre outras circunstâncias. Todos com intenções depreciativas e mal-intencionadas (MOREIRA, 2017).

Em relação à discriminação, o entendimento difere do termo abordado anteriormente. Usualmente, discriminar significa diferenciar, listar, classificar, separar, distinguir. Ou seja,

discriminar é estabelecer diferenças. Por esse motivo, a discriminação nociva à sociedade está relacionada a discriminação racial, isto é, o estabelecimento das diferenças a partir das condições étnico-raciais dos sujeitos. Levando em consideração que discriminação se trata de um universo mais amplo, ao contrário do preconceito, por exemplo, a discriminação pode ser aplicada de forma positiva. Em outras palavras, a discriminação pode ser utilizada em outros contextos que não tenham a finalidade de subjugar as pessoas por conta das diferenças raciais (MOREIRA, 2017). Diante das explicações expostas até aqui, fica evidente que apesar dos conceitos utilizados para compreensão das relações raciais serem semelhantes, seus significados diferem um dos outros e visam conceituar situações distintas. Observe as situações fictícias a seguir:

Situação 1: Imagine que uma família esteja reunida na sala assistindo um programa de televisão. Durante os comerciais, uma atriz negra aparece anunciando a inauguração de uma loja de roupas. De repente, um dos familiares comenta o seguinte: “não gosto dessa aí, precisa ficar esperto com esse tipo de gente!”. Nessa situação, seria um caso de preconceito ou discriminação?³

Situação 2: Vários moradores foram chamados para jogar futebol na quadra de um condomínio. Na hora de dividir os grupos, um dos capitães optou por escolher todos os jogadores brancos para o seu grupo. Como esta ação pode ser classificada?⁴

E o “racismo reverso”, existe? Não! “Racismo reverso” é um termo utilizado, geralmente, quando uma pessoa branca sente-se ofendida por uma pessoa negra. Utilizar este termo é um equívoco, tendo em vista que quem pode sofrer racismo são pessoas ou grupos historicamente oprimidos. Ou seja, o racismo só é operacionalizado pelos grupos que detêm o poder na sociedade e as pessoas negras não estão nesses lugares, logo não podem ser causadoras de situações racistas. Ainda assim, isso não impede que pessoas negras sejam preconceituosas ou discriminem pessoas por qualquer motivo, tendo em vista que pessoas negras também são compostas por sentimentos, afetos e moralidades como todos sujeitos que interagem em nossa sociedade. Com isso, é importante não utilizarmos este termo: “racismo reverso” não existe!

O QUE SÃO AÇÕES AFIRMATIVAS?

As ações afirmativas são iniciativas governamentais ou empresariais que buscam diminuir a desigualdade social, racial e econômica entre os grupos. Esse tipo de dispositivo é necessário quando não há igualdade de oportunidades entre os grupos sociais por conta de suas características culturais, fenotípicas, biológicas ou de injustiças históricas, comuns em sociedades que sofreram processos de colonização escravocrata, como foi no caso brasileiro (FERES JUNIOR, 2018).

³ A situação acima deve ser enquadrada como preconceito, pois o familiar utilizou-se de suas crenças pré-concebidas para julgar alguém que não conhece, considerando, somente, o fato da atriz ser negra.

⁴ Essa situação é de discriminação, pois os moradores foram separados a partir de suas condições raciais

sem intenção afirmativa.

A premissa básica das ações afirmativas é promover as mesmas condições para o acesso à oportunidades, propondo tratamento igualitário aos desiguais para a construção de uma distribuição equitativa de bens e oportunidades. São dispositivos importantes para a ampliação da mobilidade e desenvolvimento social. Essas ações permitem que os caminhos percorridos por indivíduos de determinados grupos sejam frutos de sua escolha, e não de suas circunstâncias. Isso nos abre uma reflexão sobre o discurso da meritocracia, que nos leva a crer que as pessoas podem escolher, por exemplo, onde estudar, quando estudar, escolher qual curso realizar, mas basta olharmos para a nossa realidade para percebermos que, em nosso país, isso não é possível para todos.

Outro foco das ações afirmativas é prever dispositivos que garantam a permanência de pessoas negras nos espaços. Muitos estudantes que iniciam seus estudos por meio de cotas, ou trabalhadores(as) que conquistam novos empregos por meio de ações afirmativas nem sempre permanecem nos espaços. No caso de estudantes, por exemplo, a falta de recursos para o transporte, a comida, a compra de materiais e etc. faz com que muitos não continuem nos programas estudantis e apenas trabalhem para arcar com necessidades básicas, e, em alguns casos, faz com que não consigam voltar aos estudos. Nos espaços laborais não é diferente: se não há possibilidades iguais para promoção, se a remuneração para a mesma função é desigual ou se há situações de assédio, muitos trabalhadores optam pela demissão ou adoececem por vivenciarem situações de racismo.

A dimensão política é outra esfera importante, posto que a sub-representação de determinados grupos nas esferas de poder transforma-os em minorias políticas, cujas demandas não são devidamente absorvidas nas casas legislativas, nos cargos de decisão política e nas ações jurídico-administrativas. Por isso, as leis e programas que procuram ampliar a participação de pessoas oriundas de grupos com baixa representação nos parlamentos, como verbas específicas destinadas a suas candidaturas ou reserva de vagas no Legislativo, são também exemplos de ações afirmativas (FERES JUNIOR, 2018).

O desenvolvimento social e econômico de qualquer país depende dessa interconexão de pessoas participando de várias instituições com suas visões de mundo produzindo um debate público comum. A exclusão de determinados grupos, além da pernicioso desigualdade socioeconômica, gera conflitos, violência, radicalismos e numa situação extrema, impede a pactuação de consensos mínimos que nos constituem enquanto sociedade, tais como a democracia, a ciência, a cidadania, e os direitos civis básicos. A adoção de ações afirmativas, que considerem a permanência, são dispositivos eficazes avançarmos no combate ao racismo

COMO CONTRIBUIR PARA UMA SOCIEDADE ANTIRRACISTA?

O problema do racismo e do preconceito racial, ao contrário do que proclama o discurso oficial, existe em nosso país, produzindo um perverso processo de desigualdade social. As políticas públicas e privadas são basilares para mudar esse quadro e, portanto, precisam permanecer e se multiplicar para

prosseguir cumprindo e expandindo seu papel na luta contra a discriminação racial visando restabelecer a dignidade, o valor e a justiça para a comunidade negra e indígena no território brasileiro (ALMEIDA, 2019; RIBEIRO, 2019). Paralelamente à formulação de políticas públicas, é fundamental implementar ações afirmativas que promovam mudanças sólidas, tendo em vista a histórica exclusão da população negra e indígena das políticas pós-coloniais.

Em conjunto com a promoção da equidade racial nas universidades e empresas, é importante a adoção de medidas para a manutenção dessas pessoas nos espaços, de modo a impedir e reparar situações de assédio organizacional, assédio sexual ou violações a Direitos Humanos, que podem impactar diretamente na saúde física e psicológica da pessoa afetada, assim como em seu desempenho profissional (ONU, 2020). Para tal, é essencial a criação de medidas concretas que valorizem o trabalho humano e garantam igualdade e equilíbrio no desempenho das atividades, assim como eventuais ajustes nas políticas internas que eliminem ocorrências desagradáveis. Um ambiente corporativo mais diverso favorece a tomada de decisões que acompanham as mudanças sociais e ajudam no que diz respeito à competitividade, além de colaborar para um desenvolvimento social e econômico do nosso país.

Adotar ações que promovam o trabalho decente, tratando os trabalhadores de forma respeitosa, é de bom tom e vai de encontro com as diretrizes dos Direitos Humanos e demais recomendações que visam a melhorias sociais. As diretrizes precisam ser introjetadas na cultura organizacional, tornando-se um modo de agir e não só um indicador, pois o mercado e investidores não aceitam mais empresas fora dos interesses sociais e ambientais. Com isso, é fundamental a criação de um diagnóstico empresarial de como estão os aspectos ambientais e sociais na empresa hoje, como: identificar quais projetos sociais são apoiados pelas empresas, quantas pessoas negras atuam na empresa, em quais cargos, entre outros. Vale ressaltar que esse tipo de iniciativa é benéfica para as relações sociais gerando um sentimento de empatia e identificação entre os clientes e todos os atores que compõem a cadeia produtiva favorecendo o crescimento empresarial e melhorias socioeconômicas, além de ir de encontro aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da ONU para a erradicação da pobreza, para a igualdade de oportunidades, para o combate ao racismo – recomendações importantes para o desenvolvimento social sustentável duradouro (ONU, 2020).

PARA REFLETIR: QUESTÕES URGENTES, INTERLOCUÇÕES E DIÁLOGOS

Apesar de observarmos avanços discursivos e de inclusão quando analisamos a questão racial em nosso país, como constatamos pelos indicadores sociais, a população negra encontra-se em situação de vulnerabilidade em diferentes aspectos. Por isso, para caminharmos rumo a uma sociedade equânime é preciso o envolvimento de toda a sociedade.

Um dispositivo importante para isso é a implementação plena da Lei 10639/2003, que apesar de ser uma Lei concebida há mais de 20 anos, ainda não é uma prioridade nas diretorias de ensino (BRASIL, 2003). A proposta da Lei é transversalizar os temas relacionados à população negra em todas as disciplinas, mas nem todas as instituições de ensino aderem à proposta e isso faz

com que o racismo se reproduza. Investir na implementação da lei é um passo importante para mudanças estruturais, pois, a longo prazo, ter acesso a esse conhecimento fará com que os estudantes não reproduzam discursos equivocados que perpetuam situações racistas, como o discurso da meritocracia ou o discurso do racismo reverso — narrativas que pouco contribuem para mudanças estruturais.

Inserir os conteúdos da Lei nas atividades escolares, desde o ensino infantil, é importante para a formação de futuras gerações – um consenso entre os pesquisadores da área como uma estratégia eficaz para a erradicação do racismo na sociedade (RIBEIRO, 2019; OLIVEIRA, 2021). Além da sociedade aprender como o racismo se manifesta, é de extrema importância: o investimento de pesquisas que revelam qualitativamente, as condições de vida da população negra e o reconhecimento, por parte da academia, de pesquisadores e intelectuais negros(as), por meio de contratação de professores universitários e da inclusão de obras negras nas referências bibliográficas dos cursos universitários. Ações complementares e permanentes nos espaços escolares, como rodas de conversas, palestras e apresentações culturais negras também podem promover o aprendizado sobre a importância da inclusão e da diversidade em todos os ambientes.

INDICAÇÕES PARA APROFUNDAMENTO

- Núcleo Antirracismo Virginia Leone Bicudo

https://www.youtube.com/@VirginiaLeon_eBicudo-c3/videos

Podcast do Núcleo Antirracista da FESPSP com entrevistas de intelectuais e personalidades negras

- Cedra

<https://cedra.org.br/>

O CEDRA é uma instituição independente e apartidária, criada por especialistas em ciências de dados e pensadores da questão racial para destacar, das estatísticas oficiais, dados que possibilitem o aprofundamento das análises sobre a desigualdade racial no Brasil.

- O Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ)

<https://www.cemj.org.br/>

O Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ) é uma entidade especializada em juventude realizando projetos, desenvolvendo cursos e publicações voltadas para este público.

- Atlas da Violência

https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/pu_blicacoes

Publicação anual que apresenta dados sobre a violência no Brasil. Essas publicações são importantes para entendermos a gravidade de nossas desigualdades para a população negra

- Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT

<https://www.ceert.org.br/>

Site de uma organização não-governamental que produz conhecimento, desenvolve e executa projetos voltados para a promoção da igualdade de raça e de gênero no mercado de trabalho.

- Casa Sueli Carneiro

<https://casasuelicarneiro.org.br/>

Site da instituição que busca manter, cultivar e expandir o legado da militante e intelectual Sueli Carneiro, do movimento de mulheres negras e do movimento negro brasileiro, a partir da memória, cultura, educação e incidência política.

- Portal Geledé

<https://www.geledes.org.br/>

Geledés é uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros e conta com pesquisas, relatórios e outros materiais importantes para compreendermos a manifestação do racismo no cotidiano.

- Mano a Mano

https://open.spotify.com/show/0GnKiYeK_11476CfoQEYIEd

Podcast conduzido por Mano Brown com convidados para debater assuntos sobre desigualdades e questões raciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, a questão racial no Brasil foi difundida e amplamente aceita, segundo alguns cientistas sociais, nos termos de uma “democracia racial” (FERNANDES, 2021). Esse argumento foi sustentado durante anos e, até hoje, mesmo diante da apresentação de dados que se contrapõem a essa falácia, esta ainda predomina em algumas discussões de âmbito popular e acadêmico. Por isso, a necessidade de continuamente ser abordada e desconstruída. O discurso da “democracia racial” aliado aos princípios da “meritocracia” criam uma narrativa desfavorável, quando realmente pensamos em igualdade de oportunidades, pois ambos privilegiam e elevam a ideia de que todos somos iguais, culpabilizando as próprias vítimas do racismo e invisibilizando o problema das desigualdades em nosso país.

É preciso ter claro que ao dificultar o acesso e permanência da população negra ao ensino superior, por exemplo, estamos perpetuando a consolidação da exclusão num outro espaço social que também é negado à população negra e pobre, isto é, o mercado de trabalho qualificado, que além de valorizar o modelo social branco, determina, através de sua dinâmica explícita, a ascensão social como um direito reservado aos brancos, apoiando-se num modelo social excludente (UNIVERSIDADE ZUMBI DOS PALMARES, 2022).

O problema do racismo e do preconceito racial, ao contrário do que proclama o discurso oficial, existe em nosso país, produzindo um perverso processo de desigualdade social. Reivindicar a implementação plena da Lei 10.639/2003, dentre outros dispositivos antirracistas, é fundamental para vivenciarmos

mudanças estruturais no futuro. Por isso, o trabalho de desconstrução do racismo é diário e merece atenção permanente!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

BENTO, Cida. O Pacto da Branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Brasília, DF: 2003.

CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVID, Emiliano Camargo. Saúde mental e relações raciais. Editora Perspectiva, 2024.

DAVIS, Angela. Mulher, raça e classe. Editora Boitempo, 2016.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 08.jun.2022.

DIEESE. Infográfico Brasil e regiões 2024: a inserção da população negra no mercado de trabalho. 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/populacaoNegra.html>>. Acesso: 13 abr. 2025.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. Editora Contracorrente, 2021.

FERES JÚNIOR, João et al. Ação afirmativa: conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

GOFFMAN, Erving. Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em 06 dez. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

MOREIRA, Adilson José. O que é discriminação? Belo Horizonte: Letramento: Casa do Direito: Justicado, 2017.

MOREIRA, G. O. et al. Inclusão social e ações afirmativas no ensino superior no Brasil: para quê?. Ensino Superior UniCamp, Campinas, 2017. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/inclusao-social-e-acoes-afirmativas-no-ensino-superior-no-brasil-para-queij>. Acesso em: 03 jun. 2025.

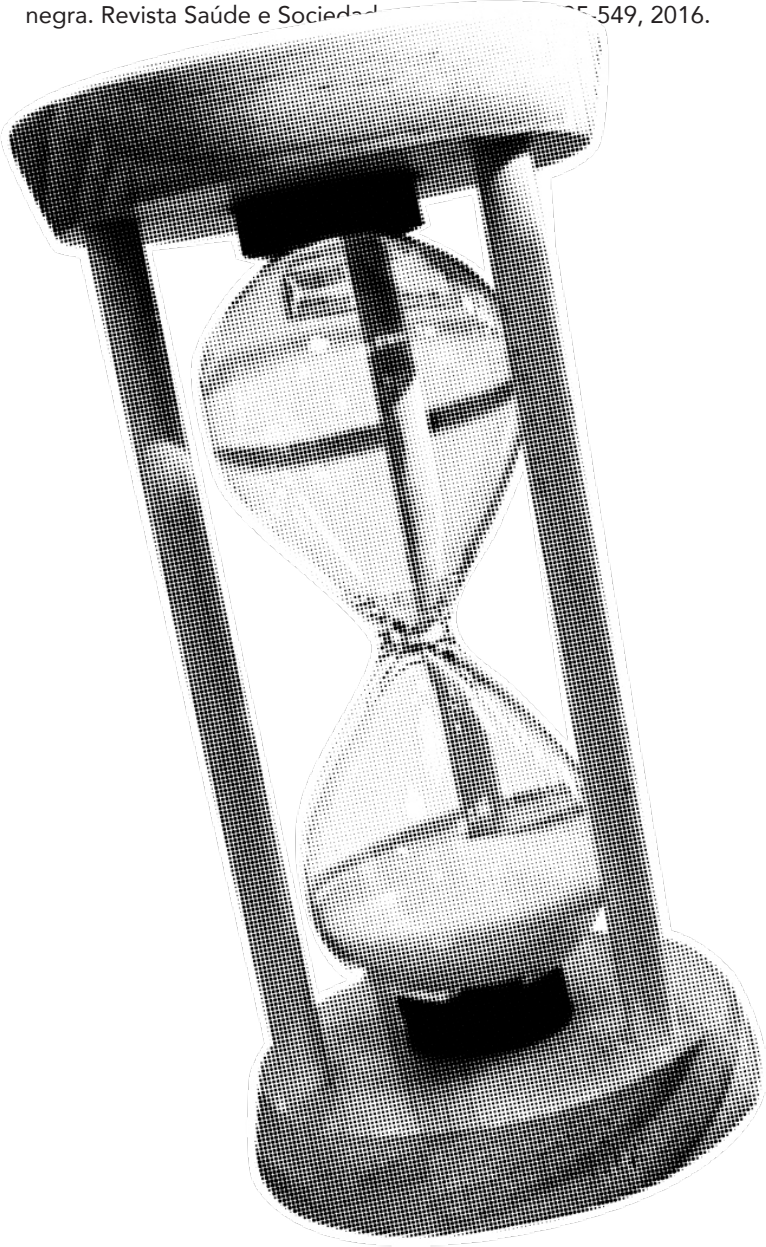
MORRISON, Tony. A origem dos outros: Seis ensaios sobre racismo e literatura. Companhia das letras, 2019.

OLIVEIRA, Denis. Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo : Editora Dandara, 2021.

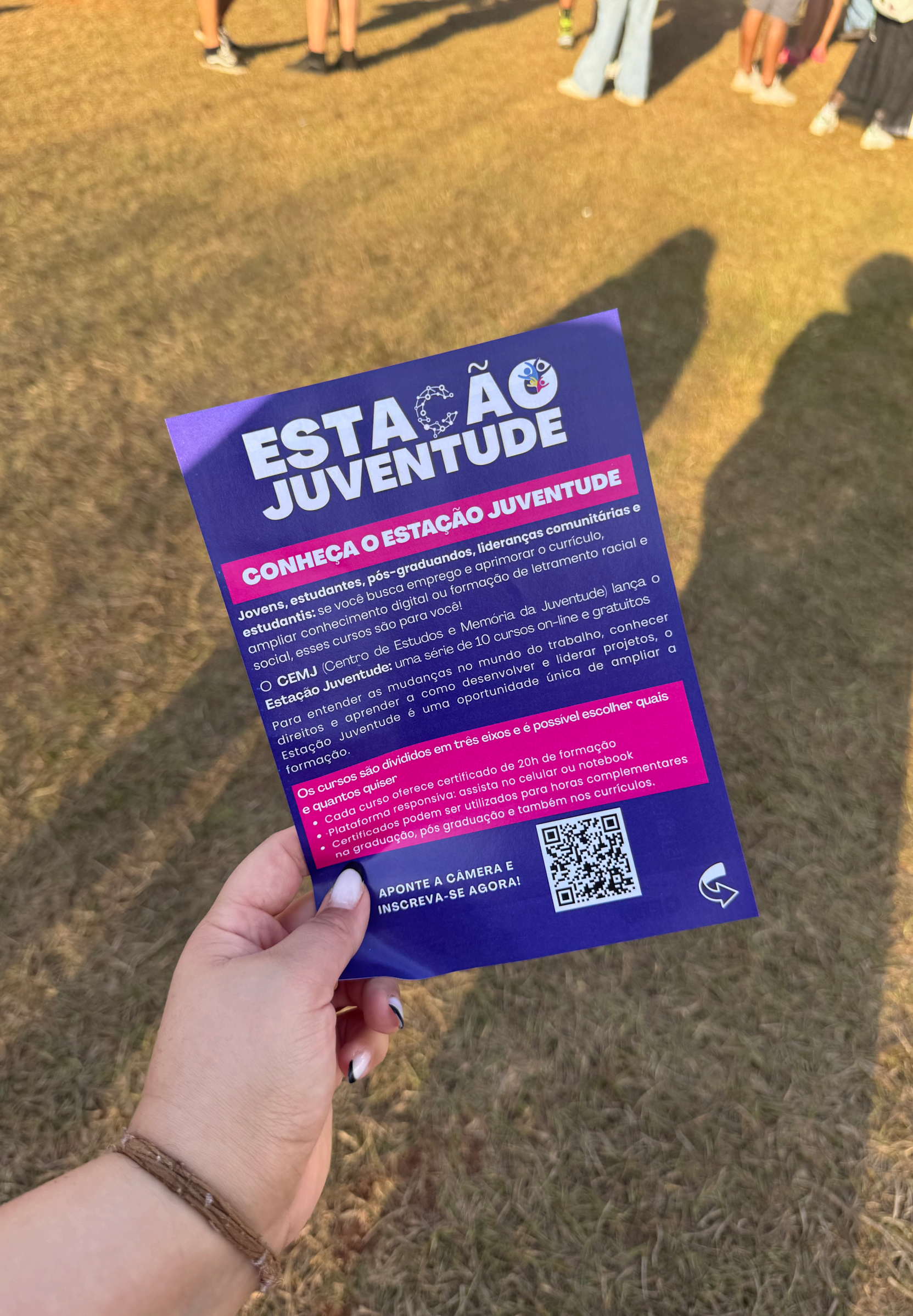
RIBEIRO, Djamila. Pequeno Manual antirracista. Editora Companhia das letras, 2019. SOUZA, Jessé. Como o racismo criou o Brasil. Estação Brasil, 2021.

UNIVERSIDADE ZUMBI DOS PALMARES. Estudo para a revisão da lei de cotas (Nº12.711 DE 29/08/2012) para o acesso da população negra ao ensino superior. São Paulo, 2022.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. Revista Saúde e Sociedade 25(549), 2016.



CEMJ



INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO SOCIAL: CAMINHOS PARA TRANSFORMAR REALIDADES COM PROPÓSITO

INTRODUÇÃO

Estamos vivendo um tempo cheio de desafios. Desigualdade, crise climática, exclusão social. Tudo isso parece grande demais. Mas e se, em vez de esperar por soluções de cima, começarmos a agir a partir das margens? O empreendedorismo social surge exatamente com essa proposta: transformar o mundo ao nosso redor com criatividade, empatia e impacto real. Este ensaio é uma conversa sobre como o empreendedorismo social e a inovação podem ser um caminho poderoso para transformar a nossa realidade e a de quem está ao nosso lado. Vamos falar sobre ideias que viram soluções, sobre juventudes que têm mudado o jogo em seus territórios e sobre como cada um de nós pode fazer parte dessa transformação a partir de um modelo mais coletivo que individual, mais participativo do que excludente.

CONTEXTO: TEORIA E VIVÊNCIA

Quando se fala em empreendedorismo, muita gente logo pensa em abrir um negócio para ganhar dinheiro. Isso faz sentido, já que o empreendedorismo tradicional sempre esteve ligado à geração de lucro. Mas o empreendedorismo social vai além: trata-se de criar iniciativas que resolvem problemas reais da sociedade, com impacto positivo e sustentabilidade. Não se trata apenas de vender um produto ou serviço, mas de promover dignidade, cidadania e oportunidade onde muitas vezes elas faltam.

Muhammad Yunus, prêmio Nobel da Paz em 2006, criou o Grameen Bank para oferecer microcrédito a mulheres pobres em Bangladesh. Ele mostrou que, mesmo sem garantias tradicionais, essas mulheres eram ótimas pagadoras e usavam o dinheiro para mudar suas realidades. Essa lógica inspirou muitos empreendedores sociais ao redor do mundo, inclusive no Brasil, onde vemos um ecossistema crescente de iniciativas voltadas à justiça social, equidade e inovação comunitária.

Em nosso país, iniciativas como o Gerando Falcões, o G10 das Favelas, o Litro de Luz e a marca de impacto Euzaria mostram como é possível empreender nas periferias com foco na transformação social. Essas ações não são apenas boas ideias — são estratégias de enfrentamento da desigualdade estrutural.

A desigualdade estrutural no Brasil tem raízes profundas, que remontam à colonização e à escravidão. Por mais de 300 anos, a economia brasileira foi sustentada por um modelo escravocrata que excluiu a população negra do acesso à terra, à educação e à cidadania. Mesmo após a abolição, em 1888, não houve políticas reparadoras — ao contrário, instaurou-se um sistema que perpetuou a marginalização racial e social. A República

POR: ANDREA DUARTE DE SOUZA CORREA LEITE

Doutoranda em Psicologia da Saúde, pela UMESP, Mestre em Administração pela UMESP, professora na FESPSP — Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Área de interesse de pesquisa: Gestão de Pessoas e Organizações. E-mail profissional aleite@fespsp.org.br.

consolidou um modelo de desenvolvimento excludente, que concentra riquezas e oportunidades em poucos grupos sociais e regiões geográficas privilegiadas. Essa estrutura desigual foi reforçada ao longo do século XX por políticas públicas centralizadoras, baixo investimento em educação de qualidade e ausência de políticas habitacionais e de mobilidade para as populações periféricas. Como destacam Souza (2019) e Pochmann (2017), trata-se de uma desigualdade que não é acidental, mas sistemática: ela organiza as oportunidades, define os acessos e molda a forma como diferentes grupos sociais vivem e sobrevivem.

Diante desse cenário, a inovação e o empreendedorismo social surgem como ferramentas de resistência e reinvenção. Quando lideradas por pessoas das próprias comunidades e pautadas por escuta, afeto e compromisso ético, essas iniciativas contribuem para redistribuir poder, gerar renda e promover dignidade. Não se trata apenas de oferecer serviços ou produtos, mas de criar redes de solidariedade, pertencimento e fortalecimento identitário.

A força do coletivo é, nesse contexto, uma resposta política e pedagógica à exclusão. Ao organizar cooperativas, redes de apoio, negócios de impacto e projetos de inovação cidadã, comunidades tradicionalmente marginalizadas constroem alternativas viáveis e transformadoras — disputam narrativas, redesenham economias e ocupam espaços historicamente negados. Como afirma Silva (2022), a periferia não é apenas lugar de carência, mas território de potência. E é exatamente ao reconhecer essa potência que o empreendedorismo social encontra sua vocação mais autêntica: a de ser um catalisador da justiça social.

Quando uma favela organiza um ecossistema próprio para fomentar negócios locais, como faz o G10, está produzindo não apenas renda, mas pertencimento e autonomia. Quando jovens da periferia criam soluções de iluminação com garrafas PET, como no Litro de Luz, estão mostrando que a inovação também mora onde faltam recursos.

O curso “Inovação e Empreendedorismo Social”, promovido pelo Estação Juventude, foi cuidadosamente estruturado para oferecer uma experiência formativa que alia pensamento crítico, compromisso ético e ação transformadora. Ao longo do percurso, os participantes foram convidados a compreender os fundamentos do empreendedorismo social — distinguindo, por exemplo, os negócios de impacto das organizações tradicionais do terceiro setor — e a refletir sobre a inovação como ferramenta essencial para enfrentar desafios sociais complexos. Foram exploradas ferramentas práticas para diagnosticar problemas sociais, desenvolver propostas de valor centradas na comunidade, estruturar modelos de negócios sustentáveis e avaliar o impacto gerado. Discutimos, também, como desenhar estratégias éticas de crescimento, engajar stakeholders de

maneira participativa e validar hipóteses, a partir do diálogo com o território. Uma atenção especial foi dedicada à prevenção de práticas como o greenwashing e o marketing social meramente cosmético, reforçando a importância da autenticidade e da coerência entre discurso e prática.

Mais do que transmitir conceitos, o curso buscou fortalecer uma atitude empreendedora comprometida com a transformação social, oferecendo subsídios para que os(as) participantes possam idealizar, implementar e sustentar iniciativas que gerem impacto positivo real e duradouro. Por isso, resgatar os principais conceitos abordados no curso nos possibilita socializar e aprofundar os aprendizados nesse ensaio.

Negócio de Impacto Social x ONG Tradicional: o negócio de impacto social é um modelo que combina objetivos financeiros com metas sociais e ambientais. Ao contrário das ONGs tradicionais, que operam majoritariamente com base em doações, esses empreendimentos buscam autossuficiência financeira e mensuração de impacto (DEES, 2001; LIMEIRA, 2018).

Diagnóstico Social: refere-se ao conjunto de ferramentas e estratégias usadas para compreender as necessidades e potencialidades de uma comunidade, e inclui escuta ativa, mapeamento participativo e análise territorial (MELLO et al., 2012; CHAVES; MEZZARI, 2017).

Proposta de Valor com Propósito: é a declaração do benefício essencial oferecido à comunidade atendida, levando em conta os impactos positivos que se deseja gerar de forma concreta (OSTERWALDER; PIGNEUR, 2011; MYCOSKIE, 2014).

Modelos de Negócio Sustentáveis: estruturas que organizam recursos, atividades, parcerias e canais de distribuição de forma que o impacto gerado seja mantido a longo prazo sem dependência exclusiva de financiamento externo (ANASTACIO et al., 2018; RODRIGUES, 2021).

Engajamento de Stakeholders: envolve a participação ativa dos diferentes atores impactados ou interessados no projeto (comunidade, investidores, parceiros), garantindo legitimidade e colaboração (FREEMAN, 1984; ASHOKA Brasil).

Validação com a Comunidade: processo de testar e ajustar soluções com base em retorno direto dos usuários e beneficiários, vinculado ao design centrado no ser humano (BROWN, 2010; INSTITUTO LEGADO, 2021).

Greenwashing e Marketing Social Superficial: referem-se a práticas que simulam preocupação socioambiental sem compromisso real, além de serem um risco ético para qualquer organização que deseje operar com propósito verdadeiro (PORTER; KRAMER, 2011; UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT).

Compreender esses conceitos teóricos permitiu aprofundamento do conhecimento para estimular uma postura reflexiva e consciente sobre o papel do empreendedor social, oferecendo um repertório conceitual e técnico que fortalece a capacidade de liderança transformadora, principalmente, entre os jovens. Um ponto central que emergiu das recentes pesquisas sobre empreendedorismo foi a importância do engajamento

real das pessoas na construção do negócio. O empreendedorismo social só é transformador quando nasce de uma escuta ativa e de uma conexão profunda com os territórios. Isso exige tempo, empatia e disposição para adaptar a ideia à realidade local. Não basta ter uma boa intenção ou uma ideia inovadora — é preciso saber se essa ideia realmente responde ao problema como ele é sentido pelas pessoas daquele território.

A escuta ativa, nesse contexto, vai além de simplesmente ouvir; trata-se de uma postura de presença genuína, em que o empreendedor se coloca disponível para compreender profundamente o outro, suas experiências, saberes e necessidades. Envolve atenção plena, acolhimento sem julgamento e abertura para ressignificar a própria proposta a partir das vozes da comunidade. Em outras palavras, é preciso ter cuidado com as pessoas que têm necessidades urgentes. Quando praticada de forma consistente, a escuta ativa favorece a criação de soluções enraizadas no cotidiano das pessoas, ampliando a legitimidade, a efetividade e a sustentabilidade das iniciativas sociais. Como destaca Brown (2012), escutar com atenção e empatia é um ato de coragem e vulnerabilidade, essencial para a construção de relações autênticas e transformadoras — um alicerce ético para qualquer projeto social comprometido com o impacto positivo.

Além disso, aprendemos que o empreendedorismo social também precisa ser sustentável financeiramente. Sustentabilidade, nesse contexto, não significa só “se manter funcionando”, mas criar valor que seja reconhecido e recompensado pela comunidade e por apoiadores. Por isso, temas como monetização ética, parcerias estratégicas, e construção de indicadores de impacto devem ser amplamente explorados. Não se trata de ganhar dinheiro com a dor dos outros, mas de mostrar que é possível fazer diferente, criar valor e ainda assim manter um compromisso social firme.

A monetização ética é a capacidade de gerar receita de forma transparente, justa e coerente com os valores e a missão do empreendimento social; implica evitar práticas oportunistas ou exploratórias e, em vez disso, buscar formas de remuneração que sejam percebidas pela comunidade como legítimas e contributivas. Também, é o reconhecimento de que a viabilidade econômica não precisa ser contraditória à justiça social — ao contrário, pode fortalecê-la, quando baseada em relações de confiança e reciprocidade.

As parcerias estratégicas, por sua vez, são alianças construídas com atores diversos — como outras organizações sociais, empresas, universidades e governos — que compartilham objetivos ou valores semelhantes. Essas parcerias permitem ampliar o alcance, acessar recursos complementares e gerar inovação colaborativa, mantendo o foco no impacto e na integridade da proposta. Mais do que apoio financeiro, trata-se de construir redes de propósito.

A construção de indicadores de impacto é fundamental para dar visibilidade e credibilidade aos resultados sociais alcançados. Indicadores bem definidos ajudam a medir o progresso, avaliar a efetividade das ações e tomar decisões baseadas em evidências. Além disso, facilitam a comunicação com financiadores e parceiros, promovendo a transparência e o aprimoramento contínuo das estratégias. Como afirmam Mello

et al. (2012), unir impacto social com solidez financeira é um dos maiores desafios — é também uma das maiores potências — do empreendedorismo social contemporâneo.

Outro aprendizado importante foi sobre os desafios de escalar um negócio social. Escalar, aqui, não significa crescer de qualquer forma, mas ampliar o impacto sem perder a essência. Isso é um grande dilema: como manter a proximidade com a comunidade e, ao mesmo tempo, atender mais pessoas? Como garantir que os valores dos fundadores e idealizadores não se percam ao atrair investidores ou expandir geograficamente? Essas perguntas não têm respostas simples, mas são fundamentais para qualquer empreendedor social que deseje crescer com responsabilidade. Escalar um negócio de impacto é mais do que expandir operações, é garantir que o modelo continue gerando transformação genuína, respeitando a cultura local, os vínculos afetivos e os princípios que deram origem à iniciativa.

Manter essa coerência exige planejamento estratégico com consciência crítica, abertura para rever decisões e, acima de tudo, coragem ética. Coragem para crescer devagar se for preciso. Coragem para dizer “não” a investimentos que exigem contrapartidas que distorcem o propósito. Coragem para priorizar a qualidade do impacto à quantidade de atendimentos. Como ressalta Limeira (2018), a expansão sustentável de um negócio social deve vir acompanhada de salvaguardas éticas e mecanismos de escuta que garantam que a voz da comunidade continue sendo o norte. Essa reflexão nos ensina que crescer com propósito é um ato político e pedagógico. É o exercício constante de alinhar missão, visão e ação, mesmo diante das pressões do mercado e das seduções do crescimento acelerado.

Por fim, ficou evidente que o empreendedorismo social é também um processo educativo. Ele forma lideranças, fortalece vínculos comunitários, inspira engajamento político e gera um novo tipo de economia: aquela que coloca a vida, a dignidade e o cuidado no centro. Por isso, investir em formação, como fez o Estação Juventude, é investir no futuro. Um futuro mais justo, criativo e possível para todas e todos.

QUESTÕES QUE MEXEM COM A GENTE

Quando falamos em empreendedorismo social no Brasil, é essencial olhar para a história das desigualdades e exclusões que moldaram nosso país. O Brasil foi construído sob um modelo de concentração de terra, riqueza e poder. A escravidão, o racismo estrutural, o patriarcado e a desigualdade regional não são meros resquícios do passado: eles seguem moldando as oportunidades (ou a falta delas) que jovens encontram hoje nos centros urbanos e nas periferias.

É nesse contexto que o empreendedorismo social se apresenta como uma estratégia potente, mas também cheia de desafios. Em primeiro lugar, porque empreender no Brasil já é difícil. Empreender com propósito social, então, é duplamente desafiador: lida-se com problemas complexos como a fome, a evasão escolar, a violência, a falta de saneamento, ao mesmo tempo em que se precisa garantir sustentabilidade econômica e engajar pessoas.

Uma crítica importante ao discurso predominante sobre o empreendedorismo social diz respeito à tendência de

responsabilizar o indivíduo por mudanças estruturais que, na verdade, exigem ação coletiva e políticas públicas eficazes. Muitas vezes, essa responsabilização ocorre de forma implícita, naturalizando a ideia de que basta esforço pessoal e criatividade para superar desigualdades históricas — uma narrativa que esconde as profundas assimetrias sociais e econômicas que limitam o acesso de milhões de pessoas a direitos fundamentais.

Essa lógica está alinhada à perspectiva neoliberal, que transfere do Estado para o indivíduo a obrigação de resolver problemas sociais estruturais (DAGNINO, 2004). Assim, espera-se que um jovem da periferia — sem acesso à educação de qualidade, políticas públicas de inclusão ou rede de apoio — se torne o próximo “caso de sucesso”, enquanto o Estado se omite e as estruturas de exclusão permanecem inalteradas. Essa abordagem despolitiza a luta por direitos e transforma o empreendedorismo em uma solução mágica, desconsiderando os fatores contextuais e históricos que reproduzem a desigualdade (LAVILLE; CATTANI, 2006). Até mesmo os teóricos que defendem o empreendedorismo social como instrumento de transformação, reconhecem que ele não deve substituir a ação estatal, mas atuar de forma complementar (YUNUS, 2008).

Nesse sentido, é fundamental que o empreendedorismo social seja compreendido como estratégia crítica e transformadora, alinhada ao fortalecimento das comunidades e ao enfrentamento das injustiças estruturais; não como um substituto da cidadania plena, mas como um caminho que amplie as possibilidades de participação e de construção coletiva de soluções (ANASTACIO et al., 2018). Além disso, como destaca Fraser (2007), é preciso articular reconhecimento e redistribuição: valorizar as identidades e os saberes das populações vulnerabilizadas, mas também garantir a redistribuição justa de recursos e oportunidades, condição essencial para que a justiça social seja efetiva.

Outro ponto relevante é que o engajamento das pessoas — da comunidade, dos parceiros, das instituições — é essencial para que qualquer iniciativa social tenha legitimidade e impacto real. Não adianta levar uma solução pronta para uma comunidade sem ouvi-la antes. Muitas experiências fracassaram justamente por desconsiderar o saber local, a cultura e a história das pessoas envolvidas. O verdadeiro empreendedor social é aquele que escuta, adapta, respeita e caminha junto.

Nos últimos anos, temos visto um aumento no interesse pelo empreendedorismo social entre os jovens. Isso se deve, em parte, à frustração com o mercado de trabalho tradicional, à busca por sentido e à percepção de que é possível fazer diferente. Porém, esse movimento precisa ser sustentado por redes de apoio, formação crítica e políticas que incentivem o ecossistema de impacto, especialmente nas periferias e regiões historicamente negligenciadas.

A juventude brasileira, marcada por potências diversas — da favela à universidade, do campo às redes sociais —, tem mostrado que não falta vontade de transformar. O que falta, muitas vezes, é acesso. Ações como o Estação Juventude cumprem um papel estratégico ao democratizar conhecimentos e conectar jovens com ferramentas práticas e reflexões éticas sobre o que é, afinal, transformar realidades.

Refletir criticamente sobre empreendedorismo social é

reconhecer que inovação, propósito e justiça social precisam andar juntos. E que o futuro que queremos não virá de um único herói visionário, mas de muitas mãos, ideias e afetos que se encontram para criar soluções possíveis e enraizadas na vida real.

DIÁLOGOS QUE INSPIRAM

Para pensar o empreendedorismo social como campo de transformação coletiva, precisamos ampliar nosso repertório e reconhecer que as inovações mais potentes nem sempre vêm de grandes laboratórios e universidades. Muitas vezes, elas nascem do chão da comunidade, da escuta ativa e da capacidade de imaginar o impossível.

Regina Anastacio e seus colegas (2018) destacam que o empreendedorismo social, para ser efetivo, não pode se apoiar apenas na boa vontade ou na intuição de quem empreende. É necessário estrutura, planejamento e mecanismos de avaliação claros, que garantam a sustentabilidade e o impacto real das ações. No entanto, os autores vão além: afirmam que escuta ativa, afeto e participação genuína das comunidades envolvidas são tão importantes quanto planilhas, metas e indicadores. Um bom projeto de impacto social é aquele que consegue equilibrar a racionalidade da gestão eficiente com a sensibilidade do compromisso ético e comunitário. Essa combinação é o que diferencia uma ideia que se esgota na primeira dificuldade de uma iniciativa que se adapta, se fortalece e se mantém viva ao longo do tempo.

Quando há vínculo com o território e disposição para o diálogo com quem vive o problema na pele, os empreendedores sociais encontram apoio mútuo, pertencimento e resiliência. Isso não significa abrir mão de metas e indicadores, mas reconhecer que processos humanos, quando bem cuidados, são fonte de inovação, legitimidade e força coletiva. Sem esse cuidado, o risco é criar soluções tecnocráticas, desconectadas das reais demandas das comunidades.

Tiago Chaves e Lais Mezzari (2017), por sua vez, trazem contribuições fundamentais ao propor o uso de ferramentas práticas como o Canvas de Impacto Social, que ajuda os empreendedores a organizar sua proposta de valor, suas ações, públicos-alvo, recursos e formas de medir impacto. No entanto, os autores são claros em afirmar que nenhuma ferramenta substitui a escuta e a validação junto ao público beneficiário. Por isso, defendem o princípio de “testar com as pessoas, e não para as pessoas”, ou seja, criar soluções junto de quem será diretamente afetado por elas.

Essa lógica valoriza uma gestão participativa e democrática, onde a comunidade deixa de ser apenas destinatária e passa a ser co-autora das decisões. Além disso, Chaves e Mezzari reforçam que cada projeto tem seu próprio tempo de maturação, e que acelerar processos pode comprometer tanto a legitimidade quanto a eficácia da proposta. A pressa, nesse contexto, é inimiga da escuta, e soluções realmente transformadoras nascem do cuidado, da escuta empática e do respeito pelos tempos da comunidade.

Em síntese, tanto Anastacio et al. (2018) quanto Chaves e Mezzari (2017) nos lembram que o verdadeiro empreendedorismo social não é apenas um modelo de negócio

com causa, mas sim uma prática que une técnica com afeto, planejamento com escuta, e gestão com participação. Trata-se de um caminho comprometido não só com resultados, mas com processos coerentes, humanos e transformadores, baseados no princípio que se aproxima da chamada gestão participativa.

A gestão participativa, aliás, é uma das chaves mais potentes do empreendedorismo social. Não se trata apenas de incluir pessoas em reuniões, mas de construir coletivamente as decisões, partindo do princípio de que todos têm algo a contribuir. Projetos como o Cozinha Solidária do MTST, as hortas comunitárias da Rede Favela Sustentável (RJ) e as escolas autônomas como a Quilombaque (SP) demonstram na prática que soluções duradouras nascem do envolvimento direto das comunidades.

No caso da Cozinha Solidária, o funcionamento se baseia na doação de alimentos, no trabalho voluntário e na articulação com movimentos sociais e redes de apoio locais. Os cardápios são definidos coletivamente, com base na escuta das demandas do território, e a distribuição das refeições ocorre em espaços comunitários, sem qualquer exigência de contrapartida. Essa prática rompe com a lógica da caridade verticalizada e fortalece a ideia de solidariedade horizontal e autogestão (MTST, 2021).

Já as hortas da Rede Favela Sustentável, no Rio de Janeiro, mostram como a agroecologia urbana pode ser instrumento de soberania alimentar, educação ambiental e geração de renda. Os moradores das favelas envolvidos nas hortas participam de todas as etapas, do plantio à comercialização, e usam os espaços para oficinas, feiras e ações culturais, valorizando saberes tradicionais e fortalecendo a identidade local (FAVELA SUSTENTÁVEL, 2020).

Na zona oeste de São Paulo, a Quilombaque representa outro exemplo inspirador. Nascida como uma ocupação cultural, hoje funciona como centro de formação política, artística e comunitária. Sua estrutura é baseada em comissões autônomas, que decidem sobre os rumos do espaço com base na escuta ativa e na horizontalidade. A liderança é compartilhada, os processos são colaborativos, e o foco está no empoderamento comunitário e no resgate das ancestralidades negras e indígenas (QUILOMBAQUE, 2022).

A Rede Ubuntu refere-se a um movimento amplo que engloba diversas iniciativas, projetos e ações comunitárias voltadas para a educação antirracista, empoderamento, justiça social, interculturalidade. A palavra "Ubuntu", de origem africana, significa "eu sou porque nós somos", e o movimento busca construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde o respeito à diversidade e à identidade racial sejam valorizados. Ela não é uma organização formal, mas se constitui como um conceito e um conjunto de práticas que inspiram diversos projetos e ações que buscam o enfrentamento da desigualdade, racismo e justiça social. Na Bahia, os jovens participam de projetos fomentados pela Rede Ubuntu, que desenvolvem iniciativas de educação antirracista, autoestima e fortalecimento de identidade entre adolescentes negros, aliando o uso de tecnologias digitais com metodologias ancestrais africanas, como a oralidade, a escuta coletiva e os rituais simbólicos de acolhimento. Os encontros são pensados como vivências, e não como aulas convencionais — o que promove pertencimento e desenvolve lideranças comunitárias desde cedo (RODRIGUES, R & SILVA, E.S, 2024).

Esses exemplos, entre tantos outros, mostram que o empreendedorismo social, quando enraizado no território e guiado por uma lógica de autonomia coletiva, tem o poder de reorganizar as relações de poder locais. Ao invés de esperar por soluções importadas, a comunidade se torna autora da sua própria história. Há uma inversão fundamental: os saberes locais deixam de ser ignorados ou subestimados, e passam a ser valorizados como centrais no processo de transformação.

Inspirar-se nesses casos não significa replicar fórmulas, mas reconhecer que cada território tem suas particularidades, seus desafios e sua potência própria. A escuta, o respeito e a coragem de fazer diferente são ingredientes indispensáveis em qualquer projeto que se proponha a gerar impacto social com justiça e dignidade — a palavra-chave é Governança Participativa.

PARA QUEM QUISER SABER MAIS

Se, ao longo deste percurso, algo tocou você — uma ideia, um exemplo, uma inquietação — talvez seja hora de ir além da curiosidade e se permitir um mergulho mais profundo. O campo do empreendedorismo social é vivo, desafiante e em constante transformação. Ele pulsa nas favelas, nos coletivos, nas cooperativas, nas escolas populares, nas ocupações culturais, nos pequenos negócios de periferia que resistem e reinventam. E para compreendê-lo de forma crítica e sensível, é preciso ouvir outras vozes, acessar outras histórias e dialogar com diferentes saberes.

Por isso, reunimos materiais que expandem o olhar, aproximam teoria e prática, e convidam você a pensar sobre inovação, justiça social, pertencimento e transformação coletiva. Alguns emocionam, outros provocam, mas todos têm algo em comum: nos ajudam a repensar nosso papel no mundo e a importância de construir futuros mais justos, possíveis e partilhados.

PODCASTS

- Empreendendo na Periferia

Produzido pela ONG Aventura de Construir, este podcast compartilha histórias reais e dicas práticas para fortalecer o empreendedorismo nas periferias do Brasil. Os episódios apresentam empreendedores locais que enfrentam desafios e conquistam vitórias em seus negócios.

AVENTURA DE CONSTRUIR. Empreendendo na Periferia. Podcast. Disponível em: <https://www.aventuradeconstruir.org.br/post/podcast-empreendendo-na-periferia-ep-1-vagner-pinheiro>. Acesso em: 14 maio 2025.

- InovaSocial Podcast — Episódio #113: Como impulsionar os negócios de impacto da periferia

Neste episódio, DJ Bola, fundador do coletivo A Banca, discute o conceito de negócios de impacto periférico e como eles transformam realidades nas comunidades. A conversa aborda estratégias para impulsionar empreendimentos sociais nas periferias urbanas.

INOVASOCIAL. Podcast #113: Como impulsionar os negócios de impacto da periferia. Podcast. Disponível em: [\[inovasocial.com.br/podcast/113-dj-bola-negocios-impacto-periferia/\]\(https://inovasocial.com.br/podcast/113-dj-bola-negocios-impacto-periferia/\). Acesso em: 14 maio 2025.](https://</p></div><div data-bbox=)

- Empreende Ai Cast

Criado pela Escola de Negócios da Periferia para Periferia, o Empreende Ai Cast aborda as dores, conquistas e desafios do empreendedorismo nas periferias. A série de oito episódios foi desenvolvida em parceria com o Itaú Mulher Empreendedora e a International Finance Corporation (IFC).

EMPREENDE AÍ. Empreende Ai Cast. Podcast. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/empreende-ai-lanca-podcast-sobre-empreendedorismo-periferico/>. Acesso em: 14 maio 2025.

- Gestão Democrática e Participativa

Este podcast, orientado pela professora doutora Marilene Santos, foi desenvolvido por discentes da disciplina de Política e Gestão. O programa discute os pontos positivos que uma gestão democrática e participativa traz para o ensino e a escola.

SANTOS, Marilene et al. Gestão Democrática e Participativa. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/4l0DuTjnkKg2FafIMoLJ8V>. Acesso em: 14 maio 2025.

- Podcast: Acontece em SP #16 - Empreendedorismo na periferia

Neste episódio, são discutidos temas como economia solidária e os desafios enfrentados por pequenos empresários nas periferias. As convidadas compartilham experiências sobre a plataforma E-bairro, que reúne empreendedores do Jardim São Luís, na zona sul de São Paulo.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Podcast: Acontece em SP #16 - Empreendedorismo na periferia. Podcast. Disponível em: <https://capital.sp.gov.br/w/noticia/podcast-acontece-em-sp-16-empreendedorismo-na-periferia>. Acesso em: 14 maio 2025.

- Podcast Periferia em Movimento — Vozes e Territórios

Relatos de lideranças de base, coletivos culturais e iniciativas de empreendedorismo social que nascem nas bordas da cidade. Da quebrada ao quilombo: resgatando saberes ancestrais. Podcast Periferia em Movimento, episódio publicado em 2022. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0mOehVrTV8Xn8ts7ohmfBT>. Acesso em: 10 maio 2025.

FILMES E VÍDEOS

Se você ficou com vontade de se aprofundar e pensar mais criticamente sobre tudo que conversamos até aqui, abaixo estão algumas indicações que podem expandir o seu olhar.

- Filme: O Menino que Descobriu o Vento (Netflix)

Baseado em uma história real, o longa mostra como um jovem, diante de uma crise alimentar, encontra uma solução inovadora com recursos limitados. Uma lição sobre criatividade, resiliência e protagonismo comunitário.

- Documentário: Seremos Ouvidas (YouTube)

Produzido por mulheres negras e indígenas, o filme retrata experiências de governança popular e lideranças periféricas femininas na política e no empreendedorismo social. Disponível em: <https://youtu.be/RX70kHCxRRk?feature=shared>. Acesso em: 14 maio 2025.

- Vídeo: Como se dá a inovação política nas periferias? (YouTube / Instituto Update) Disponível em : <https://youtu.be/UAHhHX-Bslg?feature=shared>. Acesso em: 14 maio 2025.

- Documentário: Territórios do Comum (YouTube / Instituto Favela da Paz)

Retrata práticas de gestão comunitária de bens comuns em bairros periféricos do Brasil, com foco em cultura, habitação e alimentação.

Disponível em: <https://youtu.be/A48gkJmVKJ8?feature=shared>. Acesso em: 14 maio 2025.

- Canal “Pimp My Carroça” (YouTube)

Iniciativa do artista Mundano que valoriza catadores e catadoras de materiais recicláveis, combinando arte urbana, engajamento social e justiça ambiental.

Disponível em: <https://www.youtube.com/c/PimpMyCarroça>. Acesso em: 14 maio 2025.

- Documentário “Conspiração da Lâmpada” (YouTube)

Revela como a lógica do consumo programado moldou a sociedade contemporânea. Ajuda a refletir sobre porque precisamos de modelos econômicos alternativos e sustentáveis. Disponível: <https://youtu.be/ERcC3fJOnpA?feature=shared>. Acesso 14 maio 2025.

- Série “Explicando — O Mundo do Dinheiro” (Netflix)

Ajuda a entender as engrenagens da economia global e questiona o papel do dinheiro, do consumo e das desigualdades. Ideal para quem quer conectar inovação social com crítica econômica.

TEXTOS, ARTIGOS CIENTÍFICOS E LIVROS

- LIMEIRA, Tânia Maria Vidigal. Negócios de impacto social: guia para os empreendedores. São Paulo: UniSaraiva, 2018.

Esta obra prática apresenta ferramentas para planejar negócios que unem impacto positivo e sustentabilidade financeira.

- TENÓRIO, Fernando. Responsabilidade social e o terceiro setor: uma relação ambígua. São Paulo: Atlas, 2002.

Neste livro, o autor questiona os limites entre filantropia, mercado e cidadania, propondo uma leitura crítica do papel das organizações sociais.

- SILVA, Maria; SOUZA, João. Efeitos das redes sociais nos

resultados dos programas governamentais: uma revisão sistemática. Revista de Economia Política, v. 42, n. 1, p. 123-145, 2022.

Disponível: <https://doi.org/10.1590/0101-31572022-3056>. Acesso em: 15 maio 2025.

Este artigo apresenta uma revisão sistemática sobre como as interações sociais influenciam os resultados de programas governamentais, destacando a importância de considerar as redes sociais na formulação de políticas públicas para redução das desigualdades.

- COSTA, Henrique; IAMAMOTO, Sue A. S. Jovens empreendedores e utopias periféricas na zona sul de São Paulo. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 27, 2025.

Disponível: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/7656>. Acesso em: 14 maio 2025.

Este estudo etnográfico acompanha a trajetória de quatro jovens da periferia da zona sul de São Paulo, investigando como o empreendedorismo se desenvolve como uma forma cultural utópica do trabalho por conta própria. O artigo analisa como esses jovens, ao não se verem mais representados no mercado de trabalho e nas organizações tradicionais, se apoiam na utopia do empreendedorismo para enfrentar seus dilemas individuais e coletivos, buscando autonomia periférica.

- PORTAL ICE — Instituto de Cidadania Empresarial. Repositório de editais, estudos e ferramentas voltadas ao campo do investimento de impacto e apoio a negócios sociais. Disponível em: <https://ice.org.br>. Acesso em: 13 maio 2025.

- REVISTA REVES — Relações Sociais e Desenvolvimento. Revista acadêmica que publica artigos sobre juventudes, desenvolvimento local e economia solidária. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/index>. Acesso em: 13 maio 2025.

- EMPREENDEDORISMO SOCIAL: uma revisão sistemática sobre óticas, ações e motivações do empreendedor social. Revista Foco e Tendências. Artigo de revisão que explora as diferentes perspectivas e práticas do empreendedor social. Disponível em: <https://revistaft.com.br/empreendedorismo-social-uma-revisao-sistematica-sobre-oticas-aco-es-e-motivacoes-do-empreendedor-social/>. Acesso em: 12 maio 2025.

- COGO, Letícia. Empreendedorismo social: uma análise do impacto em jovens em situação de vulnerabilidade social da cidade de Ribeirão Preto (SP). Trabalho de Conclusão de Curso — Universidade de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/0cd05baa-960b-4cc7-8b69-698fc4dbf1fa/LeticiaCogo.pdf>. Acesso em: 13 maio 2025.

- ICE; FGV. Empreendedorismo social no Brasil: estado da arte e desafios. São Paulo: Instituto de Cidadania Empresarial; Fundação Getúlio Vargas, 2018. Disponível em: <https://ice.org.br/wp-content/uploads/pdfs/>

Empreendedorismo_Social_no_Brasil_ICE_FGV.pdf. Acesso em: 13 maio 2025.

- INSTITUTO LEGADO. Empreendedorismo social e inovação no contexto brasileiro. [E-book]. Curitiba: Instituto Legado, 2018. Disponível em: <https://institutolegado.org/downloads/ens-brasil-ebook.pdf>. Acesso em: 13 maio 2025.
- RANGEL, Ana Carolina et al. Redes sociais empreendedoras para obtenção de recursos e legitimação organizacional. Revista de Administração Mackenzie, v. 18, n. 3, p. 68—94, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/R8t5S8gb83whJ9DyK3qYMwH/>. Acesso em: 13 maio 2025.

Essas indicações mostram que aprender sobre impacto social vai muito além das salas de aula. Elas provocam, emocionam e desafiam a repensar nossa relação com o mundo — e são excelentes pontos de partida para quem deseja transformar, com propósito, a realidade ao seu redor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste ensaio, exploramos os caminhos do empreendedorismo social como uma estratégia potente de inovação cidadã. Desde a identificação de problemas até a medição de impacto, passando pelo engajamento de comunidades e a construção de modelos de negócio com propósito, vimos que empreender socialmente não é apenas uma escolha individual, mas uma atitude coletiva e política.

As juventudes brasileiras, historicamente colocadas à margem das decisões econômicas e políticas, têm demonstrado que são protagonistas de transformações reais. Projetos surgidos em favelas, periferias e regiões rurais têm mostrado que a inovação não é privilégio de poucos, mas sim uma prática viva que emerge da escuta, da troca e da coragem de fazer diferente.

O empreendedorismo social, quando enraizado em valores como justiça, equidade e participação, pode ser uma ponte entre o mundo que temos e o mundo que queremos construir. No entanto, é preciso garantir que ele não se torne mais uma forma de responsabilizar o indivíduo por falhas estruturais. É preciso políticas públicas, financiamento ético, redes de apoio e, acima de tudo, educação crítica para formar jovens capazes de imaginar e realizar mudanças significativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANASTACIO, Regina; DOMENICH, Mirella (Pref.). Empreendedorismo social e inovação no contexto brasileiro. Curitiba: PUCPRESS, 2018. Disponível em: <https://institutolegado.org/downloads/ens-brasil-ebook.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2025.

ASHOKA. Ashoka Brasil. Disponível em: <https://www.ashoka.org/pt-br>>. Acesso em: 02 maio 2025.

BORNSTEIN, David. Como mudar o mundo: os empreendedores sociais e o poder de transformar ideias em realidade. São Paulo: Record, 2005.

BROWN, Tim. Design Thinking: Uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias. Rio de Janeiro: Elsevier,

2010.

BROWN, Brené. A coragem de ser imperfeito. Rio de Janeiro: Sextante, 2012.

CHAVES, Tiago José; MEZZARI, Laís. Guia prático para negócios de impacto. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

COGO, Letícia. Empreendedorismo social: uma análise do impacto em jovens em situação de vulnerabilidade social da cidade de Ribeirão Preto (SP). 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/0cd05baa-960b-4cc7-8b69-698fc4dbf1fa/LeticiaCogo.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2025.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: POLÍTICAS de cidadania e sociedade civil em tempos de globalização. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-104. Disponível em: <https://abrir.link/bEiWq>>. Acesso em: 04 maio 2025.

DEES, J. Gregory. O significado do empreendedorismo social. Revista de Inovação Social, 2001. Disponível em: <https://www.fea.pt/fileadmin/Recursos/Documentos/qts/inovacao/11897c5b837a1f48abfe67ecad3db9a13b26b19e.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2025.

EMPREENDEADORISMO SOCIAL: uma revisão sistemática sobre óticas, ações e motivações do empreendedor social. Revista Foco e Tendências. Disponível em: <https://revistaft.com.br/empreendedorismo-social-uma-revisao-sistematica-sobre-oticas-acoes-e-motivacoes-do-empreendedor-social/>>. Acesso em: 12 maio 2025.

FAVELA SUSTENTÁVEL. Rede Favela Sustentável. Horta comunitária como espaço de resistência. Rio de Janeiro: Comunidades Catalisadoras, 2020. Disponível em: <https://www.favelasustentavel.org>>. Acesso em: 14 maio 2025.

FRASER, Nancy. Reenquadrando a justiça: reconhecimento e redistribuição em uma era globalizante. São Paulo: Editora UNESP, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/BjJZvbghXYxwYKHjYbTYCnn/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 maio 2025.

FREEMAN, R. Edward. Strategic management: a stakeholder approach. Boston: Pitman, 1984.

GERANDO FALCÕES. Disponível em: <https://www.gerandofalcoes.com/>>. Acesso em: 13 maio 2025.

GIFE. Podcast Negócios de Impacto Social. Disponível em: <https://gife.org.br>>. Acesso em: 13 maio 2025.

ICE; FGV. Empreendedorismo social no Brasil: estado da arte e desafios. São Paulo: Instituto de Cidadania Empresarial; Fundação Getulio Vargas, 2018. Disponível em: https://ice.org.br/wp-content/uploads/pdfs/Empreendedorismo_Social_no_Brasil_ICE_FGV.pdf>. Acesso em: 07 maio 2025.

LAVILLE, Jean-Louis; CATTANI, Antonio David (orgs.). Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 2006.

Disponível em: <https://baes.uc.pt/bitstream/10316/80221/1/Justica%20cognitiva.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2025.

LIMEIRA, Tânia Maria Vidigal. Negócios de impacto social: guia para os empreendedores. São Paulo: UniSaraiva, 2018.

LITRO DE LUZ. Disponível em: <https://www.litrodeluz.com/>>. Acesso em: 02 maio 2025.

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. Cozinha Solidária: guia de organização. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.cozinhasolidaria.com/#inicio>>. Acesso em: 02 maio 2025.

MYCOSKIE, Blake. Start something that matters. Tradução de Marcelo Barbão. São Paulo: Voo, 2014.

OSTERWALDER, A.; PIGNEUR, Y. Business Model Generation: Inovação em Modelos de Negócios. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011.

RANGEL, Ana Carolina et al. Redes sociais empreendedoras para obtenção de recursos e legitimação organizacional. Revista de Administração Mackenzie, v. 18, n. 3, p. 68—94, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/R8t5S8gb83whJ9DyK3qYMwH/>>. Acesso em: 02 maio 2025.

REVISTA REVES. Relações Sociais e Desenvolvimento. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/index>>. Acesso em: 08 maio 2025.

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. Ecossistema das iniciativas sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Clube de Autores, 2021.

SILVA, Edmundo Santos; RODRIGUES, Raphael. Projeto ubuntu: desafios para desenvolver o fomento à consciência negra no ensino médio de uma escola da indústria. Revista Alembra, [s. l.], v. 6, n. 12, p. 52-73, 2024. DOI: 10.47270/ra.v6i12.901. Disponível em: <https://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/alembra/article/view/901>. Acesso em: 06 maio 2025.

MATOS, Daniêla Abreu. Escritas da cidade: juventudes e resistências nas periferias de Salvador. Curitiba: Appris Editora, 2018.

SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2019.

PERIA, Pedro Vianna Godinho. Narrativas e ação pública nas ruínas da Fábrica de Cimento de Perus. Cadernos Metrópole, v. 27, n. 62, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2025-6265322-pt>>.

POCHMANN, Marcio. A nova classe média?. São Paulo: Boitempo, 2017.

QUILOMBAQUE. Disponível em: <https://www.instagram.com/quilombaque/>>. Acesso em: 12 maio 2025.

UNITED NATIONS - UN. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 13 maio 2025.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. O Pacto Global das Nações Unidas. Disponível em: <https://www.unglobalcompact.org/> Acesso em: 03.05.2025.

YUNUS, Muhammad. Criando um mundo sem pobreza: negócios sociais e o futuro do capitalismo. São Paulo: Ática, 2008.

AVENTURA DE CONSTRUIR. Empreendendo na Periferia. [S.l.]: Aventura de Construir, [s.d.]. Podcast. Disponível em: <https://www.aventuradeconstruir.org.br/post/podcast-empreendendo-na-periferia-ep-1-vagner-pinheiro>>. Acesso em: 11 maio 2025.

INOVASOCIAL. Podcast #113: Como impulsionar os negócios de impacto da periferia. [S.l.]: InovaSocial, 2023. Podcast. Disponível em: <https://inovasocial.com.br/podcast/113-dj-bola-negocios-impacto-periferia/>>. Acesso em: 12 maio 2025.

EMPREENDE AÍ. Empreende Aí Cast. [S.l.]: Empreende Aí, [s.d.]. Podcast. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/empreende-ai-lanca-podcast-sobre-empreendedorismo-periferico/>>. Acesso em: 09 maio 2025.

GIFE. Podcast Negócios de Impacto Social. [S.l.]: GIFE, [s.d.]. Podcast. Disponível em: <https://gife.org.br>>. Acesso em: 13 maio 2025.

SANTOS, Marilene et al. Gestão Democrática e Participativa. [S.l.]: Spotify, [s.d.]. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/4l0DuTjnkKg2FafIMoLJ8V>>. Acesso em: 14 maio 2025.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Podcast: Acontece em SP #16 - Empreendedorismo na periferia. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, [s.d.]. Podcast. Disponível em: <https://capital.sp.gov.br/w/noticia/podcast-acontece-em-sp-16-empreendedorismo-na-periferia>>. Acesso em: 06 maio 2025.

PERIFERIA EM MOVIMENTO. Página oficial Periferia em Movimento. São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <https://periferiaemmovimento.com.br>>. Acesso em: 11 maio 2025.

PORTAL ICE - INSTITUTO DE CIDADANIA EMPRESARIAL. Repositório de editais, estudos e ferramentas voltadas ao campo do investimento de impacto e apoio a negócios sociais. São Paulo: ICE, [s.d.]. Disponível em: <https://ice.org.br>>. Acesso em: 08 maio 2025.

**JUVENTUDE
MEMÓRIA
PESQUISA
FORMAÇÃO**

ORGANIZAÇÃO DE JOVENS TRABALHADORES: DIREITOS, DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA AGIR COLETIVAMENTE

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a inserção da juventude brasileira no mundo do trabalho tem se tornado cada vez mais precária, instável e excludente. Altas taxas de desemprego juvenil, o avanço da informalidade e o crescimento de formas de trabalho pouco reguladas, como o trabalho por aplicativos, colocam desafios concretos à realização de direitos básicos garantidos pela legislação trabalhista, especialmente entre jovens de 15 a 29 anos, mais ainda aqueles que vivem marcados por desigualdades históricas. O "primeiro emprego" pode significar muito mais do que um passo para a independência financeira: pode ser também a porta de entrada para ciclos de exploração, insegurança e desproteção social.

É nesse cenário que surge a necessidade de discutir a organização de jovens trabalhadores. Como garantir que jovens conheçam e defendam seus direitos trabalhistas em um mercado que muitas vezes ignora ou precariza sua presença? De que forma é possível construir alternativas coletivas frente ao avanço da informalidade e do discurso do empreendedorismo individual? E, principalmente: como fortalecer o protagonismo juvenil na luta por trabalho digno, com proteção social, equidade e cidadania?

Ao longo das páginas, apresentamos uma reflexão didática e crítica sobre temas essenciais ao ingresso da juventude no mundo do trabalho, como o acesso ao primeiro emprego, os direitos garantidos pela CLT, os riscos do trabalho informal, o papel dos sindicatos e das novas formas de organização coletiva, as violências estruturais presentes nos espaços de trabalho e as estratégias para agir diante de injustiças.

Dividido em dois grandes capítulos, o texto aborda, de um lado, os direitos e deveres que regem a relação de trabalho formal, com foco na juventude; e, de outro, discute os desafios contemporâneos que colocam em risco esses direitos, bem como as formas de resistência construídas por jovens em todo o país. O tom adotado é acessível, com exemplos concretos, e parte da premissa de que conhecer os direitos é o primeiro passo para defendê-los — e que ninguém transforma o mundo do trabalho sozinho.

JUVENTUDE, DIREITOS E O MUNDO DO TRABALHO

A entrada no mundo do trabalho é um dos momentos mais marcantes da trajetória de qualquer jovem. No entanto, esse momento tem se dado, para a maioria da juventude brasileira, em condições de precariedade, insegurança e violação de direitos. Mesmo diante de avanços legais e políticas de inclusão, os indicadores mostram que o desemprego atinge com maior intensidade os jovens entre 15 e 29 anos — especialmente aqueles que vivem nas periferias urbanas, são negros, mulheres

POR: JOÃO PEDRO IGNÁCIO MARSILLAC

Integrante do programa de Pós-Doutorado do Departamento de Direito do Trabalho e da Seguridade Social da Faculdade de Direito da USP, Doutor e mestre em Direito Político e Econômico, Especialista em Direito Público e em Direito e Processo do Trabalho. E-mail profissional: joao.pedro@adv.oabsp.org.br

ou LGBTQIAPN+. A desigualdade, histórica e estrutural, continua sendo determinante para as formas de inserção da juventude no trabalho.

Falar sobre trabalho juvenil no Brasil exige, portanto, reconhecer a permanência de práticas como o trabalho infantil, o trabalho doméstico invisível e a informalidade como porta de entrada para muitos jovens. Ainda hoje, é comum que o "primeiro emprego" ocorra em condições precárias, sem carteira assinada, sem férias, sem acesso ao INSS ou qualquer tipo de proteção social. Esse cenário, agravado pelas transformações recentes no mercado de trabalho e pelo avanço da economia digital, exige não apenas informação, mas também organização.

Por isso, a proposta de discutir a “organização de jovens trabalhadores” vai além da dimensão jurídica ou sindical. Trata-se de fortalecer redes, promover trocas de experiências e construir consciência coletiva sobre o que é direito, o que é exploração e o que é possível transformar. É compreender que, mesmo quando o trabalho parece pequeno ou invisível, ele tem valor. E mais: é justamente nesse reconhecimento que pode surgir o impulso para a ação coletiva.

A informalidade, cada vez mais naturalizada sob o discurso do “corre”, tem fragilizado ainda mais os vínculos entre juventude e proteção social. Empregos por aplicativo, trabalhos autônomos mal remunerados, jornadas exaustivas e a pressão constante por produtividade compõem o cotidiano de milhões de jovens. A normalização da precariedade se impõe como uma barreira não apenas econômica, mas também política, que dificulta a mobilização e o exercício da cidadania.

Falar de juventude e trabalho, portanto, é também falar de cidadania, de justiça social e de democratização das oportunidades. O trabalho não deve ser apenas uma forma de sobreviver, mas um meio de realizar projetos de vida com dignidade. Para isso, é preciso conhecer os direitos, identificar as formas de exploração e construir coletivamente estratégias de enfrentamento.

Nos próximos trechos deste texto, avançaremos sobre os direitos básicos garantidos por lei, os cuidados ao assinar um primeiro contrato de trabalho, as diferenças entre formas de ingresso como estágio e jovem aprendiz, e os caminhos para agir diante de situações de informalidade e desproteção. Conhecer essas informações é um primeiro passo para transformar a realidade — individual e coletiva — da juventude trabalhadora brasileira.

A entrada no primeiro emprego costuma vir acompanhada de empolgação e inseguranças. Para muitos jovens, esse é o início de uma trajetória profissional que, embora promissora, pode esconder armadilhas caso os direitos não sejam conhecidos. O primeiro cuidado essencial é identificar se há ou não um vínculo empregatício. Sempre que houver subordinação, jornada fixa,

pagamento periódico e ordens diretas, configura-se uma relação de emprego — mesmo que não haja carteira assinada. Isso significa que os direitos trabalhistas garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) devem ser respeitados.

É fundamental distinguir as formas de inserção no mercado: estágio, jovem aprendiz e emprego formal não são a mesma coisa. O estágio, por exemplo, exige matrícula regular e vínculo com uma instituição de ensino, além de termo de compromisso. Já o jovem aprendiz, previsto na Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000), é um contrato especial para pessoas entre 14 e 24 anos, que garante salário, registro em carteira e jornada reduzida. O emprego formal, por sua vez, implica vínculo direto com a empresa e todos os direitos da CLT. Muitas vezes, essas categorias são confundidas ou manipuladas pelas empresas para burlar obrigações legais.

O registro na carteira de trabalho é o que efetiva a relação formal e assegura direitos como INSS, FGTS, férias e seguro-desemprego. Caso o trabalho comece sem esse registro após cinco dias úteis, há irregularidade. Guardar comprovantes de pagamento, mensagens e registros de jornada pode ser fundamental para comprovar vínculos no futuro.

Além disso, a CLT define uma jornada padrão de até 44 horas semanais, com no máximo 8 horas por dia, direito a descanso semanal remunerado e, no caso de trabalho formal, ao recebimento de ao menos um salário mínimo. Férias, 13º salário e intervalo para refeições também são garantias básicas. Compreender esses pontos desde o início é o que possibilita atuar com mais segurança e autonomia. A seguir, exploraremos justamente esses direitos mínimos previstos na legislação trabalhista.

Para garantir uma base mínima de proteção à classe trabalhadora, o Brasil conta com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instituída em 1943. Mesmo com seus mais de 80 anos, ela segue como referência legal para os contratos de trabalho formal, definindo regras claras sobre jornada, descanso, remuneração, férias, benefícios e obrigações tanto para quem contrata quanto para quem trabalha.

Entre os principais direitos assegurados pela CLT estão: jornada máxima de 44 horas semanais, descanso semanal remunerado, salário nunca inferior ao mínimo nacional, férias de 30 dias com acréscimo de um terço, 13º salário, contribuição ao INSS e depósitos regulares de FGTS. Além disso, garantem-se licenças em caso de doença ou maternidade/paternidade. Embora algumas empresas ofereçam benefícios adicionais, como vale-alimentação ou plano de saúde, esses itens são considerados extras — os direitos listados anteriormente são obrigatórios.

Um ponto fundamental é que certos direitos são considerados irrenunciáveis, ou seja, mesmo que o trabalhador assine um termo abrindo mão deles, a Justiça entende que essa renúncia não tem validade. Ninguém pode legalmente aceitar trabalhar além da jornada sem receber horas extras, por exemplo, ou concordar em não tirar férias. A legislação protege especialmente os mais vulneráveis a esse tipo de coerção — como os jovens em seus primeiros empregos.

Identificar situações de violação de direitos nem sempre é simples, mas alguns sinais devem acender o alerta: ausência de

registro em carteira, pagamento “por fora” sem comprovantes, horas extras não pagas ou a ausência de folgas e férias. Quando essas situações ocorrem, é importante guardar provas — mensagens, registros de ponto, comprovantes — que podem ser úteis na hora de buscar reparação. No próximo trecho, discutiremos o que acontece quando o trabalho ocorre sem qualquer formalização: a informalidade.

Apesar de a CLT garantir uma série de direitos às pessoas com vínculo formal de trabalho, a realidade brasileira mostra que grande parte da juventude está inserida na informalidade. Trabalhar sem carteira assinada significa estar fora das proteções legais: não há FGTS, INSS, 13º, férias ou qualquer tipo de segurança em caso de demissão, acidente ou doença. É o famoso “bico”, “freela”, “trampo por dia”, comum sobretudo entre jovens de regiões periféricas, que muitas vezes veem essa como a única alternativa de renda.

A informalidade impõe riscos graves: além da instabilidade, o trabalhador pode ser dispensado sem aviso, sem acerto e sem justificativa. Não há direito a seguro-desemprego, auxílio-doença, licença-maternidade ou qualquer outro benefício previdenciário. Isso perpetua um ciclo de insegurança, dificultando a organização da vida e o planejamento do futuro.

Ainda assim, é importante saber que, mesmo sem carteira assinada, a Justiça do Trabalho pode reconhecer o vínculo empregatício, desde que se comprove a relação típica de subordinação, habitualidade, pessoalidade e remuneração. Ou seja, não é a ausência de papel que define o direito, mas a realidade vivida no ambiente de trabalho.

Para isso, é essencial guardar registros: conversas por aplicativos, comprovantes de pagamento, fotos no local de trabalho, listas de escala e, sempre que possível, testemunhas. Esses elementos podem ser usados como prova em uma eventual ação judicial. Conhecer essas possibilidades e se organizar desde o início é uma forma de proteção — especialmente para quem está entrando no mercado em condições mais frágeis.

No próximo trecho, abordaremos duas formas comuns de ingresso formal de jovens no mundo do trabalho: o estágio e o contrato de aprendizagem — e os cuidados necessários em cada uma delas.

Entre as formas mais comuns de ingresso formal no mundo do trabalho para a juventude estão o estágio e o contrato de aprendizagem. Ambos possuem regras específicas e são pensados como experiências educativas — o que significa que não devem ser usados para substituir trabalhadoras e trabalhadores efetivos. Apesar disso, na prática, é frequente que essas modalidades sejam utilizadas por empresas para reduzir custos, desrespeitando os limites legais.

O estágio, regulamentado pela Lei nº 11.788/2008, é destinado a estudantes regularmente matriculados e deve ter relação com o curso frequentado. Não gera vínculo empregatício, mas impõe deveres às empresas e à instituição de ensino. Entre os direitos assegurados estão jornada reduzida, seguro contra acidentes, férias proporcionais e, quando não obrigatório, bolsa-auxílio. Já o contrato de aprendizagem é regido pela CLT e garante registro em carteira, salário, contribuição previdenciária, jornada

reduzida, férias e, principalmente, a obrigatoriedade da formação teórica.

É fundamental que jovens saibam identificar situações de abuso, como ser contratados como estagiários, mas exercerem funções de trabalhadores fixos, ou serem impedidos de frequentar a parte educativa do curso como aprendizes. Guardar documentos, registrar horários e buscar apoio em caso de dúvida ou exploração são estratégias básicas de proteção.

Ao finalizar este primeiro capítulo, reunimos um conjunto de informações essenciais para quem está começando a trabalhar: os direitos básicos previstos na CLT, os cuidados ao assinar o primeiro contrato, os riscos da informalidade e as diferenças entre estágio e aprendizagem. Mais do que conhecer regras, trata-se de desenvolver uma postura crítica e ativa frente ao mundo do trabalho, entendendo que proteger-se é o primeiro passo para transformar a realidade.

No próximo capítulo, nos voltaremos para os desafios que vão além da formalização do vínculo: assédio, discriminação, novas formas de precarização, o discurso do empreendedorismo e, principalmente, as alternativas de organização coletiva e resistência que vêm sendo construídas pelas juventudes em diferentes territórios do país.

PRECARIZAÇÃO, ENFRENTAMENTO E ORGANIZAÇÃO COLETIVA

Conhecer os direitos trabalhistas é essencial, mas, muitas vezes, mesmo quando as leis são cumpridas no papel, o ambiente de trabalho segue sendo um espaço de reprodução de desigualdades e violências.

Para a juventude brasileira, sobretudo a que vive nas periferias urbanas e em contextos de vulnerabilidade social, os desafios vão além da ausência de carteira assinada ou de um contrato justo. Racismo, machismo, LGBTfobia e outras formas de discriminação marcam profundamente as experiências laborais de milhares de jovens no país.

É comum que esses jovens enfrentem dificuldades de acesso a vagas, sejam sub-representados em cargos de liderança, recebam salários menores e, ainda, convivam com ambientes hostis, onde assédio e violência simbólica são normalizados. Reconhecer essas práticas como violações de direitos — e não como “brincadeiras”, “cultura da empresa” ou “frescura” — é o primeiro passo para romper o silêncio.

O assédio moral ocorre quando uma pessoa é repetidamente exposta a situações de humilhação, constrangimento ou pressão psicológica. Pode vir na forma de gritos, metas abusivas, isolamento, intimidação. Já o assédio sexual inclui desde toques indesejados e insinuações até chantagens e ameaças relacionadas à permanência no trabalho. Em ambos os casos, trata-se de violência — e não deve ser tolerado.

A discriminação no ambiente profissional, por sua vez, pode ser direta ou indireta. Desde piadas ofensivas até a recusa de contratar ou promover alguém por causa de sua raça, identidade de gênero, orientação sexual ou aparência. Jovens negras e negros, mulheres trans, pessoas com deficiência e de comunidades tradicionais muitas vezes sofrem discriminações

que limitam sua permanência e mobilidade dentro das organizações.

Diante dessas situações, é importante saber que existem formas de reagir. Registrar os fatos, reunir provas, conversar com pessoas de confiança e buscar apoio em canais como o Ministério Público do Trabalho, a Defensoria Pública, sindicatos ou coletivos de juventude são estratégias possíveis. Redes de apoio — formais ou informais — desempenham papel fundamental nesse processo. Um grupo de colegas, um coletivo do bairro, uma página nas redes sociais ou uma roda de conversa podem oferecer acolhimento e orientação.

Romper com a naturalização do assédio e da discriminação é tarefa coletiva. Exigir respeito e dignidade no trabalho não é apenas um direito individual: é também uma forma de resistência e de construção de um mundo do trabalho mais justo para todas e todos. A seguir, trataremos das possibilidades de ação coletiva, das organizações que defendem os interesses da classe trabalhadora e das novas formas de mobilização juvenil.

Se os desafios enfrentados no mundo do trabalho são coletivos, as respostas também precisam ser. A organização coletiva da classe trabalhadora é uma das formas mais eficazes de reivindicar direitos, combater injustiças e conquistar melhorias. Nesse contexto, os sindicatos continuam sendo atores fundamentais. São eles que representam categorias profissionais nas negociações com empresas e governos, lutando por salários mais justos, jornadas equilibradas e condições dignas. Também oferecem apoio jurídico e, muitas vezes, suporte psicológico e acolhimento a trabalhadores em situação de vulnerabilidade.

Foi por meio de sindicatos e da ação organizada que muitos dos direitos que hoje são considerados básicos foram conquistados: 13º salário, férias remuneradas, licença maternidade, limite de jornada, entre outros. Nada disso foi dado de forma espontânea. Foram anos de mobilização, greves, pressão e resistência. A luta coletiva tem um histórico de conquistas que precisa ser reconhecido, valorizado e atualizado.

Por outro lado, é verdade que muitos jovens não se sentem representados pelas estruturas sindicais tradicionais. A linguagem, as prioridades e os modos de organização muitas vezes não dialogam com a realidade da juventude periférica, negra, LGBTQIAPN+ ou informal. Mas isso não significa ausência de mobilização. Pelo contrário: as juventudes têm criado novas formas de organização — coletivos de entregadores, associações de autônomos, grupos de apoio virtual, redes de solidariedade e mobilizações via redes sociais são exemplos vivos e atuais de resistência.

Organizar-se, nesse novo cenário, pode começar de forma simples: uma conversa entre colegas, um grupo de WhatsApp, uma roda de conversa, uma denúncia coletiva nas redes, a criação de um espaço de troca ou um coletivo local. A juventude já faz isso diariamente — nas escolas, nos bairros, nos movimentos culturais. A diferença está em transformar esses laços em força política, reconhecendo que mudar a realidade exige ação conjunta.

No próximo tópico, veremos como essas formas de trabalho também se transformaram — com destaque para os aplicativos, o trabalho autônomo e os riscos dessas novas formas de relação

profissional que, muitas vezes, escondem a precarização sob o rótulo da modernidade.

Com a digitalização das relações de trabalho, surgiram novas formas de ocupação que prometem flexibilidade e autonomia, mas que, na prática, têm exposto jovens trabalhadores a níveis ainda mais intensos de precarização. O chamado “trabalho por plataforma” — presente em aplicativos como Uber, iFood, 99 e tantos outros — reorganizou a forma como o trabalho é contratado, monitorado e remunerado, sem necessariamente garantir os direitos já consolidados pela legislação trabalhista.

Nessas plataformas, não há chefes visíveis, mas há algoritmos que controlam ritmo, rota, nota e tempo de resposta. Ainda que vendidas como modelos de empreendedorismo individual, essas formas de trabalho impõem metas, punições e jornadas extensas, sem férias, 13º salário ou qualquer tipo de proteção social. Em muitos casos, o controle exercido é tão rígido quanto o de uma empresa tradicional — levando, inclusive, a decisões judiciais que reconhecem vínculo empregatício mesmo sem registro formal.

A maioria dos entregadores e motoristas de aplicativo não conta com amparo em caso de doença, acidente ou qualquer imprevisto. Se o celular quebra ou a conta é suspensa, o trabalhador perde sua fonte de renda do dia para a noite. Diante disso, cresce a pressão por regulamentação, com projetos de lei e ações no STF que buscam garantir ao menos um mínimo de direitos para essa categoria.

Mesmo com todas as barreiras, surgem formas de resistência e organização. Greves de entregadores, cooperativas autônomas, grupos como os “Entregadores Antifascistas”, redes de solidariedade e campanhas públicas mostram que, mesmo em estruturas descentralizadas, a organização coletiva continua viva. O que muda são as ferramentas e os caminhos: redes sociais, grupos de mensagem, associações locais. A força, no entanto, segue sendo a mesma: a união de quem trabalha.

Mas e quando esse discurso da autonomia vira bandeira de um outro movimento — o do “empreendedorismo jovem”? No próximo tópico, trataremos dos riscos de transformar a falta de oportunidades em discurso de sucesso individual, analisando os limites e ilusões por trás do MEI (Microempreendedor Individual) e das promessas de ser “seu próprio chefe”.

Nos últimos anos, o discurso do empreendedorismo passou a ocupar um lugar central nas estratégias de inserção da juventude no mundo do trabalho. Com slogans como “seja seu próprio chefe” ou “basta ter força de vontade”, a ideia de empreender foi vendida como solução individual para problemas coletivos, como o desemprego, a falta de políticas públicas e a informalidade crescente.

Para muitos jovens, no entanto, o empreendedorismo não é uma escolha livre, mas uma necessidade. Empurrados para vender doces, abrir um MEI ou trabalhar como autônomos, milhares de jovens tentam gerar renda sem apoio, formação ou garantias. Essa narrativa, ao transformar a precariedade em oportunidade, mascara a ausência de direitos e transfere ao indivíduo a responsabilidade por um sistema desigual.

O MEI é uma modalidade criada para facilitar a formalização de

quem trabalha por conta própria. Pode ser útil para quem atua de forma realmente autônoma, garantindo CNPJ, emissão de nota fiscal e acesso à Previdência Social. Mas o MEI não assegura direito a férias, 13º, FGTS ou seguro-desemprego. E tem sido cada vez mais usado por empresas para disfarçar vínculos empregatícios e reduzir custos, deixando jovens desprotegidos.

Se uma empresa exige exclusividade, cumprimento de jornada, metas e subordinação direta a superiores, ainda que o contrato seja como MEI, isso configura fraude trabalhista. Nesses casos, a Justiça pode reconhecer o vínculo e garantir retroativamente os direitos devidos. Por isso, é fundamental atenção às condições reais da relação de trabalho, mais do que à forma como ela é apresentada.

Empreender, por outro lado, pode ser uma escolha legítima — desde que feita com informação, estrutura e consciência dos direitos envolvidos. Jovens que criam negócios, marcas, produtos e projetos precisam de planejamento, rede de apoio e conhecimento sobre legislação e boas práticas. O problema não está em empreender, mas em aceitar que essa seja a única saída possível diante da omissão do Estado e da negação de direitos básicos.

Encerrando este capítulo, destacamos que, diante de tantos desafios — assédio, discriminação, precarização, informalidade e falsas promessas de autonomia —, é fundamental fortalecer os caminhos de resistência, acolhimento e ação concreta. No próximo e último trecho, discutiremos como denunciar violações, buscar apoio e se organizar coletivamente para transformar o mundo do trabalho de forma real e duradoura.

Diante de tantos desafios enfrentados pela juventude no mundo do trabalho, é fundamental saber que não se está sozinho — e que existem caminhos possíveis de enfrentamento. Quando há violação de direitos, como assédio, informalidade, discriminação ou exploração, é possível e necessário buscar ajuda. Órgãos como os sindicatos, o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Defensoria Pública estão à disposição para orientar, acolher e, quando for o caso, acionar judicialmente empresas e instituições que descumprem a lei. Mesmo que, à primeira vista, esses canais pareçam distantes ou burocráticos, vale lembrar: eles existem para proteger e dar suporte a quem mais precisa.

Além dessas instituições formais, as juventudes brasileiras vêm criando suas próprias redes de apoio. Grupos comunitários, coletivos culturais, associações de estudantes, páginas nas redes sociais e espaços de escuta têm servido como verdadeiros núcleos de acolhimento, formação e resistência. Muitas vezes, são nesses espaços que os primeiros alertas sobre injustiças são ouvidos e onde as primeiras reações coletivas se organizam. O fortalecimento dessas redes é um passo decisivo na construção de alternativas ao isolamento e à sensação de impotência que tantas vezes acompanha o trabalho precário.

Fazer uma denúncia trabalhista, hoje, é mais simples do que parece. Pode ser feita de forma anônima e gratuita pelos sites do Ministério do Trabalho, do MPT, ou presencialmente nas superintendências regionais. Não é preciso ter provas formais — apenas reunir o máximo de informações possíveis: nome da empresa, endereço, descrição do ocorrido, datas e, se possível, registros de mensagens ou testemunhas. A denúncia não é

apenas um ato de defesa individual, mas também um gesto de responsabilidade coletiva.

E, por fim, agir não precisa ser grandioso. Pode começar pequeno: uma conversa entre colegas, a criação de um grupo de apoio, a partilha de um conteúdo informativo nas redes, a participação em uma roda de conversa no bairro. Cada passo importa. Fortalecer ações coletivas, apoiar iniciativas locais, trocar experiências — tudo isso ajuda a transformar o mundo do trabalho em um espaço de dignidade, justiça e solidariedade.

Encerramos este artigo com a convicção de que conhecer os direitos é apenas o início. O mais importante é transformá-los em prática — e isso só se faz com informação, apoio mútuo e organização. A juventude trabalhadora tem força, voz e inteligência para construir um futuro em que o trabalho seja caminho de autonomia, e não de exploração. E o primeiro passo é sempre coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória profissional da juventude brasileira é atravessada por muitos desafios: desde a falta de oportunidades até a negação de direitos básicos, passando pela informalidade, o assédio, a precarização e as falsas promessas de autonomia. Ao longo deste artigo, buscamos apresentar os principais temas que envolvem o ingresso de jovens no mundo do trabalho, combinando orientação prática com reflexão crítica.

Falamos sobre o que a legislação garante, os cuidados ao aceitar o primeiro emprego, os riscos do trabalho sem carteira assinada, as diferenças entre estágio e aprendizagem, e também sobre os dilemas enfrentados por jovens que atuam como entregadores, autônomos ou microempreendedores. Discutimos ainda as violências simbólicas e estruturais presentes nos espaços de trabalho e o papel da organização coletiva como ferramenta de enfrentamento e construção de alternativas.

Mais do que informar, este texto pretende fortalecer a consciência de que a transformação da realidade só acontece quando jovens conhecem seus direitos e se unem para defendê-los. A luta por trabalho digno e por uma sociedade mais justa passa pela juventude — por suas vozes, seus corpos e suas formas próprias de mobilização.

Que este material possa servir como ponto de apoio para que cada jovem trabalhadora e trabalhador encontre caminhos para se proteger, resistir e, sobretudo, agir. Porque o mundo do trabalho não precisa ser um lugar de medo ou silêncio. Ele pode — e deve — ser um espaço de dignidade, reconhecimento e futuro.

JUVENTUDE E TRABALHO NA ECONOMIA DE PLATAFORMA: NOVOS ARRANJOS DE TRABALHO E AS PERSPECTIVAS SOCIAIS

INTRODUÇÃO

O tema deste artigo é a juventude e o trabalho na economia de plataforma. Discutiremos como as transformações do trabalho digital impactam a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Mapear essas mudanças será essencial para fundamentar as principais questões que serão abordadas nesse debate.

A centralidade do trabalho, que antes estruturava a vida social, está passando por modificações. Sua importância na configuração de aspectos como identidades sociais, sentidos subjetivos da vida e previsibilidade de longo prazo — essenciais para o planejamento cotidiano e decisões mais amplas, como a constituição de uma família ou o desenvolvimento de uma carreira — vem sendo resignificada.

O cenário do mercado de trabalho passou por profundas transformações. A incerteza nas ocupações aumentou, e o desejo por maior flexibilidade de horários, além da busca por trabalhos sem chefias, tornou-se ainda mais presente, especialmente entre os jovens. As plataformas digitais, ao atuarem como intermediárias, se apresentam como promotoras de trabalhos flexíveis. No entanto, impõem controles algorítmicos sobre o trabalho, exercendo uma gestão opaca, sem revelar claramente seus critérios aos usuários.

Os planos de vida e a busca por ocupações menos sujeitas a regras rígidas trazem consigo contradições que serão aqui debatidas. Exploraremos as implicações sociais e políticas dessas transformações e seus impactos sobre a juventude na economia de plataforma.

CONTEXTUALIZAÇÃO: NA PRÁTICA E NA TEORIA

Os compromissos da vida adulta influenciam as escolhas e prioridades relacionadas ao trabalho, que desempenham um papel fundamental na estruturação da sociedade. Além de garantir a sobrevivência, o trabalho molda identidades e relações sociais. As escolhas individuais refletem aspirações e necessidades, impactando não apenas a trajetória pessoal, mas também a dinâmica social como um todo.

A renda das famílias atua como um regulador social essencial. Para os jovens, o trabalho representa tanto a concretização de expectativas familiares quanto a realização de sonhos pessoais. A entrada no mercado simboliza um momento de autonomia e responsabilidades, enquanto a permanência nele reflete a busca por estabilidade e crescimento profissional. Esse processo inicial é marcado por desafios, aprendizado e autodescoberta, influenciando o futuro pessoal e profissional.

POR: MARTA DE AGUIAR BERGAMIN

Doutora em sociologia, professora da graduação, coordenadora da pós-graduação em Sociologia da Fesp – Fundação Escola de Sociologia e Política e psicanalista. Pesquisa na área de Sociologia do Trabalho e Juventude.

Nesse contexto, a economia de plataformas digitais introduz uma série de novos elementos que ampliam as escolhas e possibilidades no campo laboral. Essas transformações oferecem novidades que desenharam um horizonte inovador para o mercado de trabalho, modificando as formas de atuação, remuneração e interação entre trabalhadores. No entanto, é importante notar que, apesar dessas mudanças, a estrutura da vida social apresenta uma continuidade que conecta o passado ao presente, preservando certos padrões e dinâmicas que caracterizam o trabalho nas sociedades contemporâneas.

Essas dinâmicas revelam como a sociedade contemporânea se organiza e se transforma constantemente. As ideias que fluem pelas redes sociais têm um papel central, mas não agem sozinhas. Elas se somam às conversas que acontecem no cotidiano, no ambiente escolar, nos lares e nos espaços de convivência social, criando um tecido coletivo de referências, aspirações e perspectivas. Esse tecido social em constante movimento influencia diretamente as maneiras como os indivíduos percebem o trabalho e planejam suas trajetórias no mercado. O planejamento do futuro profissional, para os jovens, acontece dentro desse turbilhão de discursos, práticas e interações.

Os jovens, cada vez mais influenciados pelos conteúdos das redes sociais, têm suas formas de pensar e agir também moldadas por essas novas dinâmicas. Além de conceitos e informações, surgem novas formas de trabalho que desafiam modelos tradicionais e ampliam possibilidades profissionais.

Nos últimos anos, a economia do trabalho passou por uma diversificação significativa, impulsionada pela ascensão das plataformas digitais como intermediárias nas relações laborais. Essas plataformas trouxeram mudanças expressivas na forma como o trabalho é estruturado, retirando, em muitos casos, a necessidade de uma contratação formal e tradicional. O modelo de trabalho por engajamento, conhecido como uberização do trabalho, característico dessa nova dinâmica, possui um estatuto profissional distinto, afastando-se da concepção clássica de carreira e aproximando-se do que alguns estudiosos, como Abílio (2017), definem como um trabalho quase amador.

Esses impasses não constituem meras celeumas teóricas. Incidem no reconhecimento da classe trabalhadora, nos conflitos de classe, nas formas de organização e resistência política. O trabalho subordinado por meio das plataformas digitais torna-se também uma fonte imediata para os ávidos decretos sobre o colapso do capitalismo. Do complicado termo gig economy há facilmente um deslizamento para a associação dos trabalhadores uberizados, de baixas qualificação e remuneração, à descartabilidade social, como se a uberização pudesse ser simplesmente sinônimo de um novo tipo de gestão do desemprego. (...) corre uma forma poderosa e atual de invisibilização da centralidade do trabalho – precário, degradado, reduzido a microtarefas. (ABÍLIO, AMORIN; GROHMANN, 2021, p. 29)

As empresas de plataformas digitais não contam com funcionários no sentido tradicional, mas sim com trabalhadores que oferecem seus serviços de maneira autônoma através dessas ferramentas. Esse formato de trabalho, por um lado, possibilita maior autonomia na gestão da própria rotina, permitindo que os profissionais escolham seus horários e tenham acesso a uma renda imediata. Além disso, a flexibilidade proporcionada por essas plataformas pode ser um atrativo para aqueles que buscam conciliar diversas atividades ou preferem um modelo de trabalho menos rígido.

No entanto, apesar dos benefícios aparentes, esse novo modelo também apresenta desafios significativos. Embora a flexibilidade e a autonomia sejam pontos fortes, essa forma de trabalho muitas vezes carece de garantias. A ausência de vínculos empregatícios formais implica na falta de garantias de direitos sociais, fundamentais para a segurança dos trabalhadores. Proteções como seguro-desemprego, aposentadoria, auxílio-doença, licença maternidade e outros benefícios previstos na legislação trabalhista tradicional ficam comprometidos nesse cenário. Assim, os trabalhadores de plataformas digitais ficam mais vulneráveis a instabilidades econômicas e a situações adversas que possam afetar sua capacidade de gerar renda.

Também os riscos, custos e fracassos do trabalho, como alerta Standing (2013), ficam totalmente a cargo do trabalhador de engajamento. Qualquer acidente ou imprevisto pode comprometer a continuidade na geração de renda, evidenciando uma fragilidade na estrutura de proteção. Essa vulnerabilidade torna o trabalhador mais suscetível às oscilações do mercado e a situações inesperadas que podem impactar sua subsistência.

Além disso, a natureza intermitente e, por vezes, imprevisível do trabalho mediado por plataformas digitais pode dificultar o planejamento a longo prazo, tanto para o profissional, quanto para a economia como um todo. A falta de um modelo consolidado de carreira e o caráter transitório dessas funções podem diminuir a motivação e dificultar a construção de uma trajetória profissional sólida.

Outros desafios incluem a sobrecarga de trabalho decorrente da busca constante por oportunidades e a necessidade de se adaptar rapidamente a mudanças tecnológicas e de mercado. Portanto, é fundamental refletir sobre a necessidade de desenvolver políticas e estratégias que conciliem os avanços proporcionados por esse novo paradigma com a segurança e o bem-estar dos trabalhadores.

As plataformas digitais, nesse sentido, representam uma abertura significativa de possibilidades. Elas reconfiguram o acesso ao trabalho, criando oportunidades para atividades que antes eram menos exploradas, como o trabalho remoto, a economia sob demanda e a prestação de serviços a partir de aplicativos. Essas ferramentas oferecem flexibilidade para os trabalhadores e atendem às demandas de uma sociedade cada vez mais conectada. Contudo, é necessário refletir sobre os impactos dessas transformações, como as novas formas de regulação do trabalho, os desafios relacionados à precarização laboral e à desigualdade nas oportunidades oferecidas por essas plataformas. As plataformas digitais são organizações privadas e comandadas por algoritmos. Importante ressaltar que temos

uma desigualdade de oportunidades de trabalho e negócios também no ambiente digital.

Portanto, ao mesmo tempo em que reconhecemos o papel dessas inovações no desenho das relações de trabalho, também precisamos compreender como elas dialogam com as estruturas sociais já existentes, moldando tanto as escolhas individuais quanto as dinâmicas coletivas. Esse é um tema que merece uma análise mais aprofundada e constante adaptação ao cenário em transformação.

TRAJETÓRIAS LABORAIS

As trajetórias de trabalho se constituem, em grande medida, pelas marcas deixadas pelos processos laborais vivenciados por nossos pais e por aqueles que conviveram conosco durante a infância. Essas experiências abrangem desde empregos formais, com a construção de uma carreira e períodos de ganhos significativos, até situações de desemprego prolongado e a precariedade das condições de trabalho. Além desses modelos, emergem também novas formas de atuação, como o empreendedorismo e os trabalhos realizados por meio de aplicativos digitais, que compõem uma nova realidade no mercado. Todos esses elementos, presentes no convívio familiar e na observação diária, vão formando os universos de referência que carregamos desde os primeiros anos de vida.

Conforme apontam Berger e Luckmann (1978), os processos primários de socialização – aqueles que ocorrem dentro do ambiente familiar – são fundamentais para a moldagem de nossa visão de mundo. Esses processos estabelecem valores, crenças e comportamentos que se refletem na maneira como percebemos o trabalho. Posteriormente, os processos secundários, que se manifestam na escola, nos grupos de afinidade e nas amizades, ampliam esse repertório, oferecendo novas perspectivas e desafios. Em suma, tanto as experiências vividas no âmbito familiar quanto as adquiridas em ambientes sociais mais amplos deixam marcas determinantes que influenciam as escolhas e estratégias dos jovens ao ingressarem e se estabelecerem no mercado de trabalho.

A ida à escola, os grupos de afinidades, as amizades são processos secundários de socialização. Os jovens carregam todas essas marcas em suas escolhas de entrada e permanência no mundo do trabalho. Mas não é só isso que podemos apontar. Quando os jovens circulam de modo mais alargado no mundo social, ampliando as referências, podem conhecer outros universos. Uma família que não dá muito valor a uma formação para o trabalho, por exemplo, não abre essas possibilidades de um investimento nos estudos. Quando os jovens ampliam seus círculos e exploram novos espaços sociais – seja por meio de experiências culturais, acadêmicas ou convívios com pessoas de diferentes realidades –, eles têm a oportunidade de conhecer outros universos que podem desafiar e, por vezes, modificar os valores familiares. Por exemplo, uma família que não valoriza a educação formal como um caminho fundamental para o desenvolvimento profissional pode, inadvertidamente, limitar as opções de investimento nos estudos e, consequentemente, restringir o leque de possibilidades futuras.

Em síntese, a combinação de valores e experiências provenientes dos processos primários e secundários de socialização desempenha um papel crucial na formação das

trajetórias profissionais. Esses elementos influenciam não apenas as escolhas iniciais dos jovens, mas também a forma como se adaptam e se reinventam ao enfrentar os desafios do mercado de trabalho. Dessa maneira, o passado e o contexto vivenciado durante a infância e juventude se revelam essenciais para compreender como os indivíduos constroem seu caminho profissional na sociedade contemporânea.

As escolhas dos jovens para ingressar no mundo do trabalho são profundamente moldadas pelas pessoas que fazem parte do seu círculo mais próximo, como familiares, amigos e professores. Essas relações íntimas, que acompanham e orientam desde os primeiros passos na vida, deixam marcas significativas nas definições e expectativas que os jovens têm sobre carreira e profissionalismo.

Além dessas influências primárias, os jovens também têm hoje acesso a uma infinidade de narrativas e referências por meio das redes sociais. O surgimento dos influencers no cenário digital acrescenta uma nova camada de complexidade nas escolhas laborais, pois esses novos atores oferecem modelos de sucesso que muitas vezes divergem dos paradigmas tradicionais. A exposição constante a conteúdos que exaltam o empreendedorismo, as carreiras alternativas e os métodos inovadores de trabalho pode servir tanto de inspiração quanto de pressão, criando um ambiente onde as expectativas de sucesso se ampliam e se diversificam. Essa interseção entre as influências das relações próximas e a cadência das redes sociais torna o processo de escolha do trabalho um fenômeno multifacetado, onde o passado, presente e aspirações futuras se entrelaçam.

PARA REFLETIR: QUESTÕES URGENTES

O Brasil é um país com um intenso fluxo digital voltado para o trabalho (PINHEIRO-MACHADO, 2024). Além das plataformas de carona compartilhada e de entrega, que recrutam milhões de trabalhadores, o uso das redes sociais para fins profissionais está entre os maiores do mundo. As lojinhas virtuais presentes nas redes demonstram uma busca constante por compreender e lidar com os algoritmos — que sofrem alterações de acordo com os interesses das empresas digitais —, com o objetivo de otimizar as vendas online.

Um grande contingente de pessoas tem enxergado o digital como uma oportunidade de trabalho, ampliando as possibilidades de empreender e conquistar independência financeira. Os influencers digitais ganham espaço nos financiamentos de produtos, são hoje novos atores sociais e se tornam exemplos de novos trabalhos. Eles ultrapassam o papel tradicional de meros comunicadores publicitários e se consolidam como novos atores sociais, inspirando e exemplificando formas inovadoras de trabalho na era digital.

“Num mundo extremamente desigual, essa dualidade inevitavelmente produz, numa ponta, o sofrimento altamente individualizado do fracasso e, na outra, a esperança de que a sorte grande esteja sempre logo ali, ao alcance de quem souber reconhecê-la. O elogio do esforço facilmente se converte, assim, na valorização da esperteza e do golpe de sorte.” (NUNES, 2021, p. 2)

Esses profissionais redefinem não só os padrões de consumo,

mas também os modelos de atuação no mercado, provocando mudanças que impactam a maneira como as empresas e os trabalhadores se organizam para enfrentar os desafios contemporâneos. Entretanto, esse modelo de pequenos negócios também apresenta riscos consideráveis, como o fechamento inesperado de páginas nas redes sociais, o baixo engajamento promovido pelos algoritmos e o alcance limitado das novas postagens. Esses riscos ainda são pouco mapeados no cenário do trabalho digital, evidenciando desafios que precisam ser enfrentados para garantir maior estabilidade e proteção aos trabalhadores.

ASPECTOS GERACIONAIS DAS SOCIABILIDADES DO TRABALHO

A noção de geração na discussão sociológica traz pontos interessantes para pensar o trabalho e as inovações desse momento atual. O uso das plataformas digitais faz parte de todas as gerações conviventes. Porém, os mais jovens têm um trânsito no uso das plataformas bastante próprio. Com isso, trazemos a noção de geração: um estoque comum de experiências compartilhadas, mas que cada um vive a partir de sua posição de classe, racial, étnica e de gênero.

Embora todas as gerações convivam com as plataformas digitais, o acesso e a apropriação dessas tecnologias são profundamente desiguais. No Brasil, a disparidade econômica e social determina quem pode usar a tecnologia para inovação e crescimento, e quem é condicionado a utilizá-la apenas para sobreviver no mercado de trabalho.

Essa dimensão nos permite afirmar que os sujeitos compartilham um mundo comum, mas com apreensões bem diversas, ou seja, muito desiguais em um país como o Brasil. Estamos em um universo em que a desigualdade, das maiores do mundo, faz com que cada um viva a partir de uma posição bastante específica. Alguns acessam as tecnologias de ponta para incrementar inovação ao seu trabalho, de modo produtivo e com acréscimo de rendimentos e criatividade ao trabalho. Outros têm um contato com a tecnologia pelas franjas do mercado de trabalho. Como, por exemplo, o trabalho de entrega, um trabalho com grande contato com a tecnologia, mas sem nenhum acréscimo de criatividade, com baixo rendimento, em que a plataforma digital usa tecnologia de ponta, mas o trabalhador por engajamento não usufrui da renda.

A digitalização e a inovação aceleram a criação de novas oportunidades, mas também reforçam desigualdades históricas. A economia digital favorece aqueles que já têm capital econômico e cultural para usufruir das tecnologias, enquanto mantém uma grande parcela da população à margem da inovação, realizando trabalhos exaustivos com pouca recompensa.

Os jovens de hoje caracterizam sua geração de forma distinta, estabelecendo uma certa distância em relação às gerações anteriores. Um dos elementos centrais nessa diferenciação é o uso da tecnologia, que não apenas molda hábitos e interações sociais, mas também redefine expectativas em relação ao trabalho e à vida profissional.

Para as gerações mais velhas, a estabilidade de um emprego, a construção de uma carreira ao longo da vida laboral e a

previsibilidade proporcionada pelo salário eram aspectos fundamentais na organização dos planos profissionais e pessoais. O trabalho era visto como um elemento estruturante da identidade social e garantia um lugar definido na sociedade. Essa estabilidade permitia um certo nível de segurança e planejamento, características menos presentes no cenário contemporâneo.

Atualmente, muitos jovens não aspiram a um emprego tradicional, com um patrão, regras rígidas e horários fixos. A flexibilidade tornou-se um valor essencial, muitas vezes mais desejado do que a estabilidade, o que se reflete na busca por trabalhos autônomos, projetos independentes e modelos de trabalho híbridos ou remotos. No entanto, essa mudança de perspectiva não se aplica de forma homogênea a todos os setores e grupos sociais.

No mercado de trabalho, especialmente no setor de serviços, muitos trabalhadores — tanto jovens quanto aqueles de faixas etárias mais avançadas — estão inseridos em jornadas exaustivas, como o modelo 6X1, que implica longos períodos de trabalho diário e apenas um dia de folga por semana. Embora esses empregos possam oferecer algumas garantias legais, como aquelas previstas pela CLT, os salários são frequentemente baixos, e a rotina laboral é marcada por pouca autonomia e escassas oportunidades de crescimento.

Além do impacto econômico, essa transformação afeta a percepção do trabalho como fonte de realização e identidade. Embora novas gerações busquem flexibilidade e inovação, nem todos têm acesso a essas possibilidades, pois fatores como classe social, educação e oportunidades de mercado continuam determinando quem pode escolher caminhos mais autônomos e quem precisa lidar com exigências de sobrevivência.

A concentração de riqueza atinge níveis extremos, especialmente entre os proprietários das grandes empresas de tecnologia, as Big Techs, que acumulam lucros massivos enquanto a desigualdade econômica cresce. O sistema capitalista amplia disparidades, beneficiando poucos e marginalizando muitos, com trabalhadores enfrentando baixos salários e falta de segurança financeira. Diante desse cenário, é essencial debater os impactos da era digital e buscar alternativas para um modelo econômico mais justo e equilibrado.

O Brasil ocupa a 14ª posição no Índice de Gini, refletindo uma das maiores desigualdades sociais do mundo, apesar de uma leve melhora nos últimos anos. Para compreender o mercado de trabalho brasileiro, é essencial considerar as desigualdades de classe, raça e gênero, que afetam especialmente a população negra, em especial as mulheres. Essas desigualdades são estruturais e se mantêm devido à herança colonial, perpetuando uma marginalização racial e de gênero de forma sistêmica.

No mercado de trabalho, essa desigualdade se manifesta tanto nas preferências de contratação quanto nas oportunidades de promoção ao longo da trajetória profissional. A pirâmide de cargos e salários ilustra claramente essa realidade. No topo da estrutura, ocupando cargos que demandam alta qualificação, e que concentram status social e remuneração elevada, encontramos predominantemente homens brancos. Já na base da pirâmide estão os trabalhadores menos qualificados, com pouco status social e baixa remuneração. Nesse grupo, as

mulheres negras enfrentam as piores condições, ocupando as posições mais precárias do mercado de trabalho.

No trabalho digital, as mulheres frequentemente ocupam posições periféricas, desempenhando funções essenciais para o desenvolvimento das inovações tecnológicas, mas concentradas na base da estrutura produtiva, em empregos de baixíssima remuneração. Como exemplo, podemos citar trabalhos realizados muitas vezes de casa, sob um regime de horário flexível, mas com remunerações que beiram a exploração máxima.

Uma multidão de pessoas atualmente trabalha por meio de aplicativos no Brasil, configurando uma força de trabalho conhecida como “plataformizada”. De acordo com uma pesquisa do IBGE (Quintino, 2023), mais de 1,5 milhão de brasileiros estão envolvidos nesse tipo de ocupação.

O trabalho “plataformizado” caracteriza-se por uma remuneração abaixo da média comparada a outras ocupações no mercado formal. Ainda assim, os indivíduos que dependem desse tipo de atividade enfrentam jornadas extensas de trabalho, com uma média semanal em torno de 46 horas. Esse contexto revela o paradoxo de um trabalho que, apesar de ser altamente exigente em termos de dedicação e tempo, não proporciona aos trabalhadores os mesmos benefícios e garantias frequentemente encontrados em empregos formais.

Essa realidade expõe a precarização estrutural do trabalho mediado por plataformas digitais e reforça a vulnerabilidade de uma parcela significativa da população, que se vê inserida em um sistema sem amparo trabalhista formal.

INTERLOCUÇÕES E DIÁLOGOS

O trabalho mediado por plataformas digitais é um fenômeno complexo, que apresenta diferentes perspectivas e nuances. Por um lado, há uma percepção de autonomia por parte dos trabalhadores, especialmente devido à flexibilidade nos horários e à possibilidade de desenvolver estratégias individuais para organizar suas atividades. Esse aspecto é frequentemente visto como positivo, proporcionando uma sensação de independência e liberdade em relação ao modelo tradicional de emprego fixo e rígido.

Por outro lado, essa autonomia é, na prática, limitada pela presença de algoritmos que controlam o funcionamento das plataformas e determinam as chamadas e tarefas atribuídas a cada trabalhador. Esses algoritmos operam como sistemas de gestão invisíveis, com mecanismos de controle que são opacos e inacessíveis para os usuários. Isso significa que os trabalhadores não possuem total compreensão ou domínio sobre os critérios e processos que regem a distribuição de atividades, deixando-os vulneráveis às decisões automatizadas que podem impactar diretamente seus rendimentos e jornadas.

Essa dualidade revela uma dinâmica em que a sensação de liberdade oferecida pelo trabalho em plataformas contrasta com os níveis de controle exercidos pela tecnologia. Como apontado por O’Neil (2023), essa opacidade dificulta a transparência e o entendimento por parte dos trabalhadores, criando uma relação de dependência entre o indivíduo e o sistema, muitas vezes sem a possibilidade de contestação ou ajuste.

Muitos jovens, diante das transformações do mercado de trabalho, buscam formas de atuação mais autônomas, ou ao menos que aparentam oferecer maior independência. O trabalho mediado por plataformas digitais surge como uma alternativa atraente, prometendo flexibilidade de horários e uma suposta liberdade na organização da rotina profissional. No entanto, essa flexibilização muitas vezes mascara condições precárias de trabalho, caracterizadas por baixa remuneração, falta de estabilidade e ausência de direitos trabalhistas tradicionais.

Estamos atravessando uma profunda crise no mercado de trabalho, marcada por uma crescente informalização e por oportunidades cada vez mais escassas para os jovens que desejam ingressar em ocupações mais qualificadas e estáveis. A promessa do trabalho digital como alternativa viável tem se mostrado, em muitos casos, uma armadilha que perpetua a precarização das relações laborais, colocando milhares de trabalhadores em uma posição vulnerável. O acesso a empregos formalizados, com garantias de direitos e possibilidades reais de crescimento, tornou-se cada vez mais restrito. Além disso, quando a entrada no mercado de trabalho ocorre de forma precária, as chances de mobilidade profissional são reduzidas. Trabalhadores que começam no mercado de trabalho em atividades informais ou em posições de grande exploração frequentemente enfrentam dificuldades para sair dessa condição, como aponta Cardoso (2014). Esse cenário perpetua ciclos de desigualdade, impedindo que muitos jovens consigam melhorar suas condições de vida ao longo do tempo.

Sem proteção adequada e sem mecanismos que assegurem direitos básicos, a promessa de autonomia oferecida pelo trabalho digital pode se tornar apenas uma ilusão, contribuindo para a precarização ainda maior do mercado, já que as aposentadorias depois das mudanças das leis trabalhistas ficaram mais difíceis.

Para os jovens, todas essas novas experiências funcionam como referências para sua entrada no mercado de trabalho, oferecendo alternativas à estrutura tradicional de emprego e permitindo maior flexibilidade na construção de trajetórias profissionais. O empreendedorismo tornou-se um dos termos mais difundidos no país. O acesso ao trabalho formal tem se tornado cada vez mais difícil, seja pela exigência de uma qualificação elevada, pela necessidade de grande dedicação a um emprego subordinado a uma empresa ou mesmo pelas longas jornadas de trabalho, muitas vezes de seis dias por semana, com apenas um dia de folga. Além disso, os salários no Brasil são baixos, e a desigualdade social continua sendo um dos maiores desafios estruturais do país.

O discurso do empreendedorismo também desempenha um papel fundamental na forma como os trabalhadores se submetem a novas formas de exploração. Muitas das promessas de independência e autonomia acabam mascarando relações laborais precárias, nas quais os trabalhadores assumem riscos elevados sem garantias de estabilidade, proteção social ou direitos trabalhistas adequados.

As bets, jogos online envolvendo dinheiro e aplicativos de prostituição digital trazem mudanças significativas na relação entre trabalho e identidade. Figuras públicas e influenciadores promovem essas plataformas, apresentando-as como formas de

entretenimento e oportunidades de renda para os jovens. Entretanto, essa narrativa gera expectativas irreais sobre trabalho e sucesso, sugerindo que um golpe de sorte pode transformar vidas, quando, na realidade, essa possibilidade é acessível a poucos — “Eles continuam escavando a nossa psique tal como as empresas de petróleo escavam o solo; e os dados seguem jorrando de novos reservatórios emocionais” (MOROZOV, 2018, p. 166).

Essas práticas, além do trabalho no crime, contribuem para a desconstrução do trabalho como um horizonte de produção de sentido para a vida, interferindo na construção de identidades laborais. As bets e os jogos online, por exemplo, frequentemente esgotam as poupanças das famílias por meio de apostas que prometem renda fácil. Esses sistemas movimentam bilhões de reais e alimentam expectativas que, para muitos jovens, representam a esperança de uma vida digna e interessante. É fundamental estar atento a esse cenário e compreender seus impactos na sociedade, considerando os riscos envolvidos e a necessidade de reflexões sobre a regulação e os efeitos econômicos e sociais dessas atividades.

Uma possibilidade para os jovens é a conexão com temas sociais e ambientais, que podem abrir caminhos para oportunidades de trabalho mais duradouras nesse momento em que nos encontramos. É essencial buscar inovações que rompam com as visões tradicionais de tecnologia e que se aproximem das necessidades reais das comunidades.

Inovar a partir de tecnologias sociais, já utilizadas em diversas iniciativas comunitárias, pode oferecer uma perspectiva de futuro mais sustentável em um mundo marcado por crises ambientais e sociais. Há uma esperança na continuidade do planeta por meio de trabalhos que estejam alinhados às demandas da natureza e que promovam práticas responsáveis e regenerativas.

O desenvolvimento de trabalhos comunitários, especialmente aqueles voltados para a mitigação da catástrofe ambiental, pode ser potencializado pelo uso das ferramentas digitais. Para isso, é necessário ampliar os saberes e fortalecer a economia digital, permitindo que os jovens se conectem com essas novas possibilidades de forma produtiva e inovadora. O encontro entre tecnologia, tecnologias sociais, engajamento social e ambiental pode ser o caminho para um futuro profissional promissor e mais sustentável.

INDICAÇÕES PARA APROFUNDAMENTO

Este é o primeiro texto brasileiro que se refere ao termo da uberização do trabalho, fenômeno que ficou assim conhecido por causa dessa autora da sociologia do trabalho: ABÍLIO, Ludmila. Uberização: subsunção real da viração. Blog da Boitempo. 22 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>.

Nesta discussão, em formato de vídeo, o trio de comentaristas apresenta instigante debate sobre as bets e as plataformas digitais na nova configuração do mundo do trabalho: OROFINO, Alessandra; TORTURRA, Bruno; DUVIVIER, Gregório. Canal Youtube Calma Urgente! - Bets, Fatal Model e a Uberização do Sexo. Setembro de 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XgF2qgtFGYM>.

com/watch?v=XgF2qgtFGYM.

O episódio do podcast Ilustríssima Conversa apresenta o livro de Faustino sobre Frantz Fanon, trazendo toda uma discussão sobre questões raciais. A conversa com o autor é muito ilustrativa das questões do debate racial e a psicanálise: FAUSTINO, Deivison. Podcast Ilustríssima Conversa: Apresentação do livro: Frantz Fanon e as encruzilhadas Teoria, política e subjetividade (São Paulo: UBU, 2022). Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5RZi0vUjvoy94f32Zp2Or3>.

O episódio do podcast Café da Manhã da Folha traz uma entrevista que apresenta a geração Z e novos hábitos e valores em relação ao trabalho e composição da vida social: Geração Z e o valor do trabalho. Episódio do podcast Café da Manhã da Folha de São Paulo. 7 de Setembro de 2024. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/3qwKv79RMcGQfTeVcegTnZ?go=1&sp_cid=55b1a20e7791592a3d032b34c1962abe&utm_source=embed_player_p&utm_medium=desktop&nd=1&dlsi=fd416ae6767547e9.

O episódio do Podcast Guilhotina apresenta o livro de entrevistas que o sociólogo Rafael Grohmann organizou sobre o trabalho digital. O livro conta com entrevistas curtinhas com pesquisadores da área que trazem perspectivas inovadoras sobre o tema: GROHMANN, Rafael. Apresentação do livro “Os laboratórios do trabalho digital” (São Paulo, Boitempo, 2021) no Podcast Guilhotina, n. 144, em 26 de novembro de 2021. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4soe2PAoTL7plwF8X1lZEN>.

A antropóloga Rosana Pinheiro-Machado conta neste episódio do Podcast Café da Manhã da Folha de São Paulo, sobre sua pesquisa recente com empreendedores digitais: PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Coaches, empreendedores digitais e a política. Episódio do Podcast Café da Manhã da Folha de São Paulo, 4 de novembro de 2024. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/2BRvdQYlrOnjAXQliAOQeD?go=1&sp_cid=55b1a20e7791592a3d032b34c1962abe&utm_source=embed_player_p&utm_medium=desktop&nd=1&dlsi=3714ddce13484aa4.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A introdução das novas tecnologias dos trabalhos de plataforma, e ainda com a chegada da inteligência artificial no mercado de trabalho brasileiro, apresenta novos desafios. Sem qualquer planejamento adequado, sem estratégias para enfrentar um possível desemprego estrutural, faltam políticas públicas e políticas de vida que contemplem novas possibilidades de trabalho. Políticas que garantam alternativas de renda e novas oportunidades de inserção profissional precisam ser fomentadas no país. As múltiplas crises contemporâneas — crise do mercado de trabalho, crise ambiental, crise política — estabelecem, também, uma crise de futuro para os jovens.

As mudanças sociotécnicas deste início de século XXI impactam a saúde mental. As necessidades de transformações mais profundas nos modos de vida tornam-se cada vez mais urgentes. A crise ambiental está adicionando novos desafios à busca por alternativas de trabalho, exigindo formas menos poluentes de

produção e organização social. Nesse contexto, torna-se essencial fomentar ocupações que contribuam para a construção de comunidades mais sustentáveis e colaborativas.

É fundamental que novas formas de vida se expandam, impulsionando para os jovens trabalhos que integrem tecnologias, tecnologias sociais e contribuam para a construção de subjetividades mais ricas. Essas transformações podem fortalecer coletividades e fomentar novas solidariedades sociais, para formação de novas políticas da vida, que reconheçam outras perspectivas de desenvolvimento social para além das visões estabelecidas — momento de criar futuro.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformação do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. Sociologias, Porto Alegre, v. 23, n. 57, p. 26–56, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/116484>.

ABÍLIO, Ludmila. Uberização: subsunção real da viração. Blog da Boitempo, 22 fev. 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>.

ANDREWS, Kehinde. A nova era do império: como o racismo e o colonialismo ainda dominam o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

BERGAMIN, Marta de Aguiar. Trabalho e inteligência artificial: consequências psicossociais das transformações sociotécnicas do trabalho. Aurora, São Paulo, v. 16, n. 48, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/1982-6672.2023v16i48p93-113>.

BERGAMIN, Marta de Aguiar. Juventude, trabalho e cultura periférica: a experiência da Agência Popular de Cultura Solano Trindade. Cadernos Adenauer, São Paulo, v. 1, 2015.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1978.

CARDOSO, Adalberto. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. Caderno CRH, Salvador, v. 26, n. 68, ago. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792013000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 out. 2014.

DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015.

DEJOURS, Christophe. A banalização da injustiça social. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. A lógica do condomínio. Piseagrama, Belo Horizonte, n. 11, 2017. Disponível em: <https://piseagrama.org/logica-do-condominio/>.

FAUSTINO, Deivison. Podcast Ilustríssima Conversa: apresentação do livro Frantz Fanon e as encruzilhadas: teoria, política e subjetividade. São Paulo: Ubu, 2022. Disponível em:

<https://open.spotify.com/episode/5RZi0vUjvoy94f32Zp2Or3>.

FEDERICI, Silvia. A acumulação do trabalho e a degradação das mulheres. In: _____. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017. p. 111–234.

FOLHA DE S. PAULO. Geração Z e o valor do trabalho. Café da Manhã, 7 set. 2024. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/3qwKv79RMcGQfTeVcegTnZ>.

GROHMANN, Rafael. Os laboratórios do trabalho digital: entrevistas. São Paulo: Boitempo, 2021.

GROHMANN, Rafael. Apresentação do livro Os laboratórios do trabalho digital. Podcast Guilhotina, n. 144, 26 nov. 2021. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4soe2PAoTL7plwF8X1IZEn>.

MOROZOV, Evgeny. Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018.

NUNES, Rodrigo. Pequenos fascismos, grandes negócios: o bolsonarismo como empreendedorismo – e o que isso diz sobre a natureza da direita e do capitalismo hoje. Revista Piauí, n. 181, 2021.

O’NEIL, Cath. Algoritmos de destruição em massa: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia. Santo André: Rua do Sabão, 2021.

OROFINO, Alessandra; TORTURRA, Bruno; DUVIVIER, Gregório. Calma Urgente! Bets, Fatal Model e a uberização do sexo. YouTube, set. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XgF2qgtFGYM>.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Coaches, empreendedores digitais e a política. Café da Manhã, Folha de S. Paulo, 4 nov. 2024. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2BRvdQYlrOnjAXQliAOQeD>.

QUINTINO, Larissa. Brasil tem 1,5 milhão de trabalhadores por aplicativo, aponta IBGE. Revista Veja Online, out. 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/brasil-tem-15-milhao-de-trabalhadores-por-aplicativo/>.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a constituição da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (org.). Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SCHOLZ, Trebor. Cooperativismo de plataforma: contestando a economia do compartilhamento corporativa. São Paulo: Elefante; Autonomia Literária; Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

STANDING, Guy. O precariado: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.



EMPREENDEDORISMO DIGITAL PARA JOVENS

INTRODUÇÃO

Podemos perceber que, cada vez mais, escutamos falar de jovens que estão criando seus próprios caminhos no mundo digital, seja vendendo pela internet, criando conteúdo nas redes sociais ou oferecendo serviços online. Com esta crescente, podemos perceber também o quanto o empreendedorismo digital vem crescendo e tem se mostrado uma excelente alternativa para driblar as dificuldades do mercado de trabalho. Mas, afinal, o que está por trás desse movimento? E o será que faz tantos jovens olharem para o digital como um lugar de possibilidades? Conversaremos melhor sobre isso e esse texto é um convite para pensarmos sobre o empreendedorismo juvenil.

Para muitos jovens, especialmente os que vivem em contextos de vulnerabilidade social, o digital é mais que um espaço de lazer: é território de criação, sobrevivência e reinvenção. O celular com internet vira ferramenta de trabalho, vitrine para vender produtos, meio de divulgar talentos. E isso não vem de uma política pública estruturada, muitas vezes vem da urgência de fazer a vida acontecer. E é exatamente neste contexto que o empreendedorismo digital precisa ser reconhecido, não apenas como uma tendência de mercado, mas como estratégia concreta de transformação da realidade por parte dos jovens.

Vamos aprender todas e todos juntos a usar a internet de forma criativa, consciente e com propósito, respeitando todas as identidades, trajetórias e jeitos de ser. Aqui, falaremos sobre oportunidades, mas também sobre os desafios, e como superá-los de forma estratégica.

Importante salientarmos aqui também as mudanças mercadológicas, pois estamos vivendo uma transformação na forma como as pessoas se relacionam com o trabalho. O antigo modelo de emprego fixo, carteira assinada e estabilidade tem dado lugar a relações mais flexíveis, mas também mais inseguras. Nesse cenário, empreender se tornou não só uma possibilidade de geração de renda, mas também de afirmação identitária e busca por autonomia.

A juventude brasileira é diversa e criativa. Envolve diferentes territórios, culturas, corpos e vozes. E é justamente por isso que pensar o empreendedorismo digital exige um olhar atento à pluralidade de experiências. Não existe um único jeito de empreender. Cada história tem seus caminhos, suas dores e suas potências. O que une essas trajetórias é o desejo de construir um futuro diferente, com mais liberdade e dignidade.Afinal, empreender também é uma forma de se reconhecer como potência!

CONTEXTUALIZAÇÃO: NA PRÁTICA E NA TEORIA

Vamos iniciar falando sobre estatísticas até porque os dados não mentem: o desemprego entre jovens é maior que em qualquer outra faixa etária. Segundo a PNAD Contínua (IBGE), jovens entre 18 e 24 anos enfrentam taxas de desocupação muito

POR: GISLAINE ANTONIO

acima da média nacional. Ao mesmo tempo, a internet virou espaço de criação, conexão e renda.

O crescimento do acesso às tecnologias, mesmo que desigual, tem feito com que jovens usem seus celulares como ferramenta de trabalho. O que para uns é passatempo, para outros é meio de vida. A criação de conteúdo para redes sociais, a venda de produtos feitos em casa e a oferta de serviços por meio de aplicativos têm crescido como alternativa viável para quem não encontra espaço no mercado formal de trabalho.

Essas formas de atuação exigem um novo tipo de saber. Não basta apenas ter o produto ou serviço, é preciso aprender a se comunicar, fazer vídeos, editar imagens, usar hashtags, responder o público, organizar entregas. É um conhecimento que se constrói no dia a dia, com tentativa e erro, com vídeos no YouTube, com troca entre amigos. Isso é um ponto importante: o empreendedorismo digital, para boa parte dos jovens, não é algo ensinado na escola, mas aprendido na vivência.

Em uma realidade em que o currículo muitas vezes não dá conta de acompanhar as transformações do mundo, é na prática que se forma uma nova geração de trabalhadores. Uma geração que junta habilidades técnicas com criatividade, que busca soluções dentro das próprias condições; jovens que fazem penteado e postam o resultado nas redes, que vendem trufas com cardápio digital, que criam perfis de divulgação para o que sabem fazer.

O Estação Juventude tem sido uma vitrine para essas iniciativas. Em diferentes turmas, escutamos relatos de meninas que começaram vendendo roupas da mãe e hoje fazem “brechó online”; de rapazes que consertam celulares e usam o status do WhatsApp como anúncio; de jovens LGBTQIA+ que encontraram na maquiagem artística um meio de expressão e renda. Tudo isso com poucos recursos, mas muita vontade e inventividade.

O que chamamos de empreendedorismo digital é mais do que vender online; é sobre usar a tecnologia para resolver problemas, oferecer algo novo e fazer disso um caminho de autonomia. Paulo Freire dizia que a educação precisa partir da realidade de quem aprende, reconhecendo seus saberes, contextos e experiências. Isso vale também para o mundo do trabalho e do empreendedorismo. Quando o jovem transforma uma habilidade em negócio, ele também transforma sua realidade.

Como reforça Castells (2003), "a capacidade de interagir com redes digitais tornou-se uma forma decisiva de inclusão ou exclusão social". Ou seja, mais do que uma ferramenta de trabalho, o acesso ao digital define quem participa ativamente da vida econômica e quem fica à margem. Isso dá ainda mais urgência à luta por acesso e formação para todes.

Além disso, entendemos que o empreendedorismo digital não é apenas uma estratégia individual: é também um movimento coletivo, no qual muitos jovens aprendem com outros, fazem suas parcerias e trocam divulgação. Essa colaboração é um valor importante nesse ambiente, e, muitas vezes, é a chave para o crescimento.

Nesse sentido, é importante reconhecer que a prática empreendedora dos jovens no digital é também uma forma de resistência, de criar presença onde se espera ausência, de ocupar o espaço virtual com identidade, com representatividade, com potência. Ou seja, é na prática que eles mostram que são capazes de pensar, criar, sustentar e transformar. Por isso que o empreendedorismo digital precisa ser mais valorizado como política de juventude — não só como oportunidade econômica, mas como ferramenta de expressão, liberdade e protagonismo.

PARA REFLETIR: QUESTÕES URGENTES

Importante destacar que não podemos trazer para o campo do “romantizar” , ou seja, não há somente o lado bom. Nem todo mundo tem o mesmo acesso à internet, ao conhecimento ou ao apoio para começar. Jovens das periferias, pessoas negras, LGBTQIA+, com deficiência ou de territórios rurais enfrentam barreiras a mais. Muitas vezes, empreender é uma necessidade, não uma escolha. Isso nos obriga a pensar: quais condições estruturais estão por trás dessas escolhas que, na verdade, são caminhos impostos?

Quando o empreendedorismo digital aparece como única saída, é preciso perguntar onde estão as outras possibilidades. Cadê a escola que ensina a usar a tecnologia de forma crítica? Cadê o acesso gratuito à internet de qualidade? Cadê os espaços de formação voltados às realidades locais, que respeitam as culturas e os saberes de cada território?

O risco é transformar o discurso do "faça você mesmo" em mais uma forma de exclusão, em quw só os que já têm algum tipo de privilégio conseguem crescer. Por isso, falar de empreendedorismo digital entre jovens é também falar de justiça social, de equidade e de oportunidades reais para todes. A juventude brasileira não é homogênea: tem quem viva em áreas sem acesso à internet, quem enfrenta preconceitos diários, quem precise trabalhar cedo para sustentar a família. É nesse contexto que as políticas públicas precisam atuar: garantindo acesso à educação digital, à formação empreendedora, ao crédito, à formalização e ao suporte técnico.

Programas como o Estação Juventude são importantes justamente por criarem espaços de escuta e formação acessível, adaptada à realidade dos jovens.Já vimos histórias de quem começou vendendo bolo no pote pelo WhatsApp, de quem corta cabelo no quintal e usa o Instagram para divulgar, ou de quem grava vídeos com o celular emprestado. São trajetórias que mostram que o digital pode ser uma ferramenta de resistência e criação. Mas também revelam a urgência de políticas públicas mais amplas, que não dependam apenas da força de vontade individual.

Além disso, a saúde mental dos jovens também precisa entrar nessa conversa. O peso de ter que "dar certo" sozinho, de lidar com comparações nas redes, com a pressão de ser produtivo o tempo todo, pode ser enorme. Empreender não deve ser um fardo solitário. É preciso criar redes de apoio, grupos de trocas, mentorias e espaços onde se possa aprender com erros sem medo.Essas histórias mostram na prática o que estudos já apontam: a juventude brasileira tem criatividade e potência, mas enfrenta desigualdades profundas.

Em vez de usar muitas citações, este texto se baseia nessas vivências e observações diretas, valorizando o conhecimento que nasce do cotidiano.Ouvir os jovens, confiar em seus projetos e criar estruturas que os apoiem é uma forma concreta de transformar realidades. É essencial apoiar esses processos com formação continuada, acesso à tecnologia e políticas públicas que entendam que juventude é prioridade. Investir nos sonhos e projetos desses jovens é investir no futuro do país. E mais do que isso: é reconhecer que a inovação social começa nas margens, com quem transforma o pouco em potência todos os dias.

INTERLOCUÇÕES E DIÁLOGOS

Há quem diga que empreender é a solução para tudo. Será que é isso mesmo? Nem todo trabalho autônomo é liberdade. Tem muito jovem vendendo coisas online sem garantia nenhuma. Por isso, o debate precisa ser honesto e baseado em diferentes pontos de vista.

Existe um campo de discussão crescente entre quem vê o empreendedorismo digital como caminho de emancipação e quem alerta para os riscos da precarização. De um lado, autores e programas de incentivo que exaltam o empreendedorismo como oportunidade de autonomia e liberdade; do outro, estudiosos e pesquisadores que apontam como esse modelo pode reforçar desigualdades e individualizar problemas sociais.

Pierre Dardot e Christian Laval (2016), por exemplo, analisam como o discurso do “empreendedor de si mesmo” pode camuflar uma lógica neoliberal que responsabiliza o indivíduo por seu sucesso ou fracasso, ignorando fatores estruturais como racismo, desigualdade territorial e exclusão digital. Para eles, a autonomia verdadeira só pode existir em contextos coletivos e com políticas públicas que garantam direitos sociais.

Já Ludmila Abilio (2020), ao estudar os trabalhadores de aplicativos e do chamado "trabalho digital informal", mostra como muitas dessas ocupações vêm acompanhadas de insegurança, ausência de vínculo empregatício e sobrecarga emocional. Jovens que entregam por aplicativo ou vendem produtos nas redes sociais muitas vezes trabalham mais horas do que em empregos formais, sem qualquer proteção. Por outro lado, existem visões que reconhecem o potencial transformador da tecnologia, quando usada com consciência crítica.

Henry Jenkins autor de vários livros de mídia e comunicação, ao falar sobre cultura participativa, mostra como as redes sociais e os ambientes digitais permitem a expressão de identidades, o compartilhamento de saberes e a construção de narrativas próprias. Nesse sentido, empreender no digital pode ser, sim, uma forma de autoafirmação e de ocupação de espaços que historicamente foram negados às juventudes periféricas, negras e LGBTQIA+.

Com isso, esse embate entre visões críticas e entusiastas não deve ser visto como uma divisão absoluta, mas como um convite à complexidade. O empreendedorismo digital não é solução mágica, mas também não deve ser descartado como ilusão. Ele pode ser transformador quando acompanhado de formação, apoio, infraestrutura, redes de colaboração e reconhecimento da diversidade de trajetórias.

Nosso ensaio se insere nesse debate com os dois pés na realidade: reconhecendo o valor das experiências juvenis no digital e afirmando que inclusão, justiça e dignidade só vêm com políticas públicas e coletivas. Empreender com consciência não é apenas buscar renda, mas construir um futuro possível — e, muitas vezes, coletivo. É nisso que acreditamos.

INDICAÇÕES PARA APROFUNDAMENTO

Documentário: Favela É Moda (YouTube) — mostra como moda, identidade e empreendedorismo se misturam nas quebradas.

Documentário: Chega de Fiu Fiu (YouTube ou Videocamp) — aborda o direito à cidade e o protagonismo feminino nos espaços públicos e digitais.

Podcast: Afetos — Episódio "Empreender com Propósito" — fala de forma leve sobre desafios e sonhos.

Podcast: Mamilos — Episódio "Juventudes e Futuro do Trabalho" — traz diferentes vozes para pensar o trabalho na era digital.

Guia: Pretalab - Guia de Empreendedorismo Digital para Meninas Negras (disponível online e gratuito).

Canal no YouTube: Nath Finanças — fala de grana de um jeito simples, direto e com a cara da quebrada.

Canal no YouTube: Gabs Machado — marketing digital e negócios para quem está começando com poucos recursos.

Livro: Negros Empreendedores — organizado por Fábio Silva. Relatos de empreendedores negros que atuam no Brasil.

Livro: Empreendedorismo para Subversivos — de Facundo Guerra. Reflexões sobre empreender com propósito e impacto social.

E-book SEBRAE: Empreendedorismo para Jovens (gratuito no site do Sebrae).

Curso gratuito: Juventudes, Trabalho e Futuro (Plataforma Cursinhos Populares ou Fundação Roberto Marinho) — formação cidadã para jovens da periferia.

Instagram: @transforma_ai — página com dicas e oportunidades para jovens em busca de propósito, renda e impacto social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste diálogo, tivemos a oportunidade de refletirmos vários pontos importantes sobre como o empreendedorismo digital pode ser uma das melhores e potentes respostas às desigualdades vividas por grande parte da juventude brasileira.

No entanto, também vimos que essa resposta precisa estar acompanhada de consciência crítica, políticas públicas e acesso real à formação, tecnologia e direitos. Podemos perceber que empreender não pode ser visto como uma solução mágica ou isolada. É preciso enxergar as diferentes condições de partida dos jovens e garantir que absolutamente ninguém fique para trás. Os exemplos práticos apresentados aqui nos mostram que

a criatividade, a coragem e a vontade de fazer diferente já estão presentes nas juventudes das periferias urbanas, rurais, negras, indígenas, LGBTQIA+ e em tantas outras.

A experiência do Estação Juventude é demonstrar que, quando há acolhimento, escuta e ferramentas acessíveis, os nossos jovens respondem com projetos que têm sentido para suas vidas e comunidades.

Por outro lado, como vimos nas reflexões críticas, o empreendedorismo digital também pode se tornar um novo campo de exploração, se não vier acompanhado de garantias e estrutura. Não basta estimular a criação de negócios: é necessário combater a precarização, proteger os direitos dos jovens empreendedores e fomentar uma cultura de colaboração e cuidado coletivo.

Concluimos, portanto, que é preciso equilibrar incentivo e responsabilidade; valorizar os sonhos e as estratégias que emergem das juventudes, sem deixar de exigir do Estado e da sociedade civil o compromisso com um futuro mais justo, inclusivo e sustentável. A juventude já está fazendo sua parte. Cabe a todos nós garantirmos que ela tenha as condições para seguir criando, resistindo e transformando o mundo digital — e o mundo real também.

Assim, mais do que apontar caminhos, este ensaio busca reafirmar que as soluções já estão em curso, nas práticas cotidianas e nas inovações sociais que surgem nas periferias, nos quilombos, nas aldeias e nas favelas. Basta olharmos com atenção, respeito e compromisso para percebermos que o futuro já está sendo construído, todos os dias, por jovens que usam o digital como ferramenta de liberdade e transformação.

ORIENTAÇÕES PARA REFERÊNCIA NO FORMATO ABNT

ABILIO, Ludmila C. Uberização do trabalho: a era da precarização. São Paulo: Boitempo, 2020.

CASTELLS, Manuel. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). PNAD Contínua: dados sobre desemprego entre jovens. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 maio 2025.

JENKINS, Henry. Cultura da convergência. São Paulo: Aleph, 2009.

PRETALAB. Guia de Empreendedorismo Digital para Meninas Negras. Disponível em: <https://www.pretalab.com>. Acesso em: 20 maio 2025



HABILIDADES PARA O FUTURO APRENDIZADO CONTÍNUO E MARCA PESSOAL

POR: GISLAINE ANTONIO

INTRODUÇÃO

Estamos vivendo em um tempo de mudanças mercadológicas e aceleradas. As profissões estão se transformando a cada dia, novas tecnologias surgem o tempo todo, e o que a gente sabe hoje pode não ser suficiente amanhã. Para os jovens, especialmente os que vêm de contextos periféricos e populares, pensar sobre o futuro é um desafio — e urgente. No entanto,

nesse contexto de mudanças, o que é preciso saber e desenvolver para acompanhar essas transformações e construir uma vida com mais autonomia, segurança e sentido?

Além da velocidade dessas mudanças, é preciso considerar que o acesso às oportunidades também é desigual. Enquanto alguns têm acesso a escolas de qualidade, cursos de idiomas, orientação vocacional e redes de apoio, outros precisam lidar com dificuldades básicas, como transporte, alimentação e até permanência escolar. Isso reforça a necessidade de políticas públicas e ações afirmativas que considerem a pluralidade das juventudes brasileiras.

Todo esse contexto torna evidente que pensar no futuro exige mais do que olhar para vagas de emprego. É preciso considerar também o desenvolvimento emocional, a capacidade de se adaptar, de aprender continuamente e de se posicionar com consciência crítica diante do mundo. Afinal, o futuro não é

somente sobre o que virá, mas o que estamos construindo no presente.

Além disso, quando valorizamos essas competências, contribuímos para ambientes mais diversos e inclusivos. O respeito à diferença, o acolhimento das singularidades e o compromisso com uma convivência ética são essenciais para o mundo do trabalho do presente e do futuro. Empresas e organizações que compreendem isso saem na frente, pois constroem equipes mais criativas, produtivas e comprometidas.

Por isso, desenvolver habilidades socioemocionais torna-se cada vez mais importante. Aprender a lidar com os próprios sentimentos, se comunicar de forma respeitosa, escutar o outro com atenção e trabalhar em equipe são competências tão essenciais quanto qualquer conhecimento técnico. Elas são a base para formar relações saudáveis e ambientes de trabalho mais colaborativos, empáticos e diversos.

É importante ressaltar que o desenvolvimento socioemocional não acontece de forma isolada. Ele está diretamente ligado à escuta ativa, ao fortalecimento da autoestima e à construção de vínculos afetivos. No curso, ao criar um espaço seguro para o diálogo, os jovens puderam exercitar essas habilidades sem medo de julgamento. Isso fez com que muitas barreiras fossem rompidas e novos laços construídos.

Outro ponto fundamental é entender o valor da própria história. Muitos jovens carregam experiências de superação, criatividade, cuidado, liderança comunitária e resistência, que raramente são reconhecidas como diferencial profissional. A trajetória de vida de cada pessoa é um ativo importante, e saber contar essa história com orgulho e autenticidade pode abrir portas e construir novos caminhos.

Nesse sentido, a marca pessoal — o conjunto de valores, atitudes, linguagem e imagem que transmitimos ao mundo — torna-se uma ferramenta de posicionamento no mundo profissional. Diferente do marketing pessoal, a marca pessoal tem a ver com coerência, respeito à diversidade e compromisso com quem somos. Aqui neste ensaio, vamos aprender como desenvolvê-la de maneira ética, criativa e verdadeira.

Com isso, o curso "Habilidades para o Futuro" surge como uma resposta formativa e afetiva. Em dez encontros, jovens puderam trocar experiências, se reconhecer como sujeitos de conhecimento e compreender que a aprendizagem não acontece só na escola, mas em todos os espaços onde há vida.

A escuta, a troca e o acolhimento são fundamentais para esse processo de desenvolvimento profissional, e assim com uma a linguagem acessível e inclusiva, respeitando diferentes formas de ser e estar no mundo. A ideia é compartilhar reflexões que surgiram durante o curso, conectar com autores que pensam sobre educação e juventude e propor caminhos possíveis para quem quer aprender, ensinar e transformar. No fim das contas, falar de habilidades para o futuro é falar de coragem, de afeto, de autonomia e de sonhos. E não existe juventude sem sonho. Por isso a importância de assumir a missão de continuar essa conversa. Compartilhar o que foi vivido, refletido e sonhado é uma forma de ampliar os horizontes de quem lê.

Queremos que mais jovens possam acessar conteúdos que

dialoguem com suas realidades e que mais educadores possam se inspirar em práticas que respeitem, acolham e estimulem as juventudes. Porque o futuro é agora — e ele precisa ter o rosto, a voz e os desejos dos jovens que estão construindo novas formas de existir no mundo.

CONTEXTUALIZAÇÃO: NA PRÁTICA E NA TEORIA

Sabemos que historicamente o acesso ao conhecimento sempre foi desigual no Brasil. As escolas públicas enfrentam dificuldades estruturais, e o ensino tradicional muitas vezes não dialoga com as realidades das juventudes. Ao mesmo tempo, o mercado de trabalho cobra habilidades que vão muito além do conteúdo escolar: saber se comunicar, trabalhar em equipe, resolver problemas e se adaptar às mudanças. Essas são as chamadas soft skills, que hoje são decisivas para quem quer se manter ou entrar no mundo do trabalho.

Segundo o Relatório do Futuro do Trabalho do LinkedIn (2023), as habilidades comportamentais estão entre as mais valorizadas pelas empresas. E isso não é à toa. Num mundo onde a tecnologia muda rápido, o que diferencia as pessoas é a forma como elas lidam com os desafios, aprendem coisas novas, criam soluções e se conectam com outras.

E quando pensamos em habilidades para o futuro é também pensar em educação para a autonomia. Paulo Freire (1996) já nos ensinava que aprender é um ato político, e que todo sujeito tem saberes que devem ser reconhecidos. A juventude já aprende muito fora da escola: na vida, no trabalho informal, nos “rolês” da comunidade, nas redes sociais. O desafio está em transformar essa aprendizagem em potência para o futuro.

No curso "Habilidades para o Futuro", essa teoria se encontrou com a prática. Durante os encontros, citamos vários exemplos de jovens compartilharem histórias de vida que mostram o quanto já desenvolveram competências valiosas. Temos jovens que ajudam os pais cuidando dos irmãos mais novos após a escola, enquanto os pais trabalham, e aprendem sobre responsabilidade, escuta e organização. Podemos citar também, como exemplo prático, os jovens que organizam campeonatos de futebol na sua comunidade estão praticando liderança, comunicação e resolução de conflitos. Temos jovens que ajudam a mãe a vender produtos de beleza, desenvolvendo habilidades comerciais, de negociação e de relacionamento com o público.

Essas experiências, que muitas vezes não são reconhecidas como aprendizado, foram valorizadas e nomeadas no curso. Ao trazer essas vivências para o centro da roda de conversa, ajudamos os jovens a perceberem que eles já sabem muito e que esse saber é útil e potente para pensar seus caminhos profissionais.

Também observamos como a tecnologia, mesmo com seus limites de acesso, se tornou ferramenta de aprendizado e trabalho. Falamos muito sobre como aprendem pelo YouTube, seguem perfis no Instagram que dão dicas de finanças, assistem vídeos de maquiagem, culinária, mecânica, entre outros. O uso do celular com consciência, em muitos casos, acaba se tornando segunda escola portátil que oferece conteúdo, inspiração e oportunidade.

E ao mesmo tempo, não deixamos de enfatizar que ainda falta

espaço para o desenvolvimento de habilidades emocionais e de comunicação. Podemos perceber que muitos jovens relatam dificuldade em se expressar, insegurança em entrevistas de emprego ou medo de parecerem fracos ao falarem sobre sentimentos. Por isso, ao aliar prática e teoria, o curso buscou mostrar que aprender não é só sobre acumular conteúdo, mas sobre se conhecer, se valorizar e se posicionar no mundo com mais segurança.

Essa contextualização nos leva a concluir que é urgente transformar os espaços educativos em ambientes que dialoguem com a vida real. É preciso reconhecer que o saber nasce da experiência e que práticas cotidianas, mesmo simples, podem revelar grandes habilidades. Isso fortalece a autoestima, amplia os horizontes e mostra que aprender é algo acessível, contínuo e transformador.

PARA REFLETIR: QUESTÕES URGENTES

No curso "Habilidades para o Futuro", enfatizamos muito sobre o que significa aprender ao longo da vida. Sabemos que muitos jovens sabem desenhar, cozinhar, se comunicar, cuidar de crianças, organizar eventos ou vender produtos, mas que nunca tinham parado para pensar nisso como desenvolvimento. Isso mostra o quanto ainda precisamos ampliar a compreensão sobre o que é saber.

Outra questão importante que surgiu foi: quem sou eu e o que eu quero deixar no mundo? Essa reflexão levou ao tema da marca pessoal. Descobrimos que todos já temos uma marca, mesmo sem perceber. A forma como falamos, nos vestimos, nos expressamos, se conecta com o que queremos transmitir. Diante disso, construir uma marca pessoal forte é parte do processo de se preparar para o futuro. Não é sobre parecer profissional, mas sobre ser coerente com quem você é e com o que acredita.

Essas discussões mostram que as habilidades do futuro não são conteúdos abstratos. Elas estão no cotidiano, e, muitas vezes, não são reconhecidas. Por isso, é urgente criar espaços onde os jovens possam nomear suas potências, desenvolver novas habilidades e entender que aprender é um processo para a vida toda. É assim que se constrói protagonismo.

Além disso, outra questão urgente é o acesso desigual às oportunidades de formação. Muitos jovens não têm internet em casa, não conseguem acompanhar aulas online, ou não têm um ambiente tranquilo para estudar. Isso afeta diretamente a forma como desenvolvem suas habilidades e como se sentem preparados para o futuro. Precisamos refletir sobre as formas de democratizar o acesso ao conhecimento, à tecnologia e ao apoio emocional.

Também é necessário pensar na saúde mental da juventude. A pressão para acertar, a comparação constante com outros perfis nas redes sociais e a cobrança familiar muitas vezes geram ansiedade, frustração e bloqueios. Quando o jovem não entende que o erro faz parte do processo de aprendizagem, ele se sente incapaz. O curso trouxe essa pauta com carinho, mostrando que errar é humano e que o importante é aprender com os erros e seguir em frente.

Outro ponto de suma importância e necessidade, é de criar ambientes seguros para ser quem se é. Infelizmente temos

diversos jovens que relatam episódios de preconceito por serem negros, periféricos, LGBTQIA+ ou pessoas com deficiência. E em alguns casos, esses jovens escondem partes de sua identidade com medo de não serem aceitos em ambientes de trabalho. Isso mostra como o desenvolvimento de habilidades também está relacionado com o direito de existir com dignidade, sem precisar se apagar para caber.

Além das barreiras estruturais, o desafio também está nas expectativas sociais depositadas sobre os jovens. A cobrança para escolher uma carreira, ter sucesso e se destacar é muito forte, especialmente em um contexto onde as oportunidades são escassas. Muitos jovens sentem que estão constantemente atrasados, o que gera um sentimento de inadequação. Por isso, é fundamental criar processos formativos que acolham os tempos de cada um e respeitem seus percursos.

Durante o curso, observamos como a coletividade pode ser um fator de apoio e proteção. Grupos de jovens que trocam ideias, se escutam e compartilham estratégias mostram que ninguém precisa caminhar sozinho. O futuro é mais possível quando é construído em rede. Incentivar coletivos, mentorias entre pares e espaços de escuta é parte da formação integral.

Também é importante trazer o território para o centro da formação. Não faz sentido falar de futuro sem olhar para a realidade de onde cada jovem vem. A periferia, o campo, a favela, o quilombo, o terreiro e a aldeia são lugares de saber, cultura e potência. Respeitar e valorizar esses territórios é reconhecer que existem múltiplas formas de ser, saber e sonhar.

Por isso, refletir sobre habilidades para o futuro implica pensar políticas públicas inclusivas, programas de formação que respeitem a diversidade e ações afirmativas que incentivem trajetórias plurais. O protagonismo não nasce de uma receita pronta, mas do reconhecimento da potência de cada pessoa em sua singularidade.

Se queremos um futuro mais justo, precisamos começar reconhecendo as desigualdades do presente e criando pontes para superá-las. E isso começa com escuta, com empatia e com coragem de fazer diferente.

INTERLOCUÇÕES E DIÁLOGOS

Autores como Edgar Morin (2000) propõem a educação como um caminho para lidar com a complexidade do mundo. Ele defende a capacidade de articular saberes diversos, de aprender a aprender e de se posicionar com ética frente aos desafios do nosso tempo.

Já bell hooks (2020) fala sobre o ensino como ato de liberdade, afirmando que a educação deve ser um espaço para o autoconhecimento e a construção de subjetividades saudáveis, especialmente para pessoas historicamente marginalizadas.

Essas ideias dialogam com o que vivemos e principalmente com o que curso transpassa. E ao refletirmos sobre inteligência emocional, por exemplo, muitos jovens relataram que nunca tinham falado sobre sentimentos em espaços educativos. Aprender a lidar com o que se sente, com os conflitos e com os fracassos é fundamental para seguir em frente. Assim, as habilidades para o futuro também envolvem cuidado, empatia,

escuta e coragem.

Outro autor que contribui para esse debate é Paulo Freire, que defende a educação como prática da liberdade e acredita que os sujeitos aprendem a partir da realidade concreta em que vivem. Quando um jovem da periferia compartilha sua experiência de organização comunitária, ele está ensinando e aprendendo ao mesmo tempo. Essa troca é parte essencial da formação integral e da construção de uma juventude protagonista.

Além disso, a psicóloga brasileira Vera Iaconelli contribui para o entendimento de que a escuta, o acolhimento e o reconhecimento das diferenças devem fazer parte da educação e da formação profissional. Ela afirma que criar ambientes onde as emoções sejam acolhidas é um dos caminhos para evitar adoecimentos e estimular vínculos mais humanos nas relações de trabalho.

No contexto das juventudes, essas ideias se tornam ainda mais relevantes quando pensamos nos atravessamentos sociais que marcam suas trajetórias: racismo, machismo, LGBTfobia, capacitismo, entre outras formas de exclusão. Através do curso, é essencial que sejam proporcionados espaços de fala, onde os jovens possam compartilhar não só sonhos, mas também dores e medos. Essa escuta coletiva ajuda e muito a construir um ambiente de confiança, essencial para o desenvolvimento de habilidades como a empatia, a resiliência e a solidariedade.

Além dos autores clássicos, é importante mencionar as vozes contemporâneas que estão nas redes sociais, criando conteúdo sobre carreira, saúde emocional e empoderamento. Influenciadoras como Nath Finanças, Gabriela Prioli, Spartakus Santiago e Djamila Ribeiro têm usado plataformas digitais para democratizar o acesso à informação e provocar reflexões sobre justiça social, economia e identidade. Elas e eles também são educadores do nosso tempo, e seus conteúdos ajudam a ampliar a visão de mundo das juventudes. Nesse sentido, o diálogo entre saberes acadêmicos, saberes populares e conteúdos digitais é fundamental para formar jovens capazes de pensar criticamente, agir com ética e construir novos horizontes.

O futuro do trabalho exige mais do que conhecimento técnico: exige consciência social, respeito à diversidade e capacidade de se relacionar com o outro de maneira cuidadosa. Por fim, as interlocuções com a realidade prática das juventudes mostram que educação de qualidade não pode ser neutra. Ela precisa estar comprometida com a transformação social, com a inclusão e com a valorização das múltiplas formas de saber.

O curso "Habilidades para o Futuro" foi uma experiência que demonstrou, na prática, que é possível construir esse caminho com afeto, troca, linguagem acessível e reconhecimento das trajetórias individuais como ponto de partida para o aprendizado coletivo.

INDICAÇÕES PARA APROFUNDAMENTO

Livro: RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Ajuda a refletir sobre identidades, desigualdades estruturais e a construção de um mundo mais justo.

Livro: GUERRA, Facundo. Empreendedorismo para Subversivos. São Paulo: Planeta, 2019.

Um olhar crítico e criativo sobre a construção de propósito e marca pessoal.

E-book: Guia Pretalab de Empreendedorismo Digital para Meninas Negras. Disponível em: <https://www.pretalab.com>.

Um material direto, acessível e afrocentrado sobre marca pessoal, presença digital e carreira.

Canal no YouTube: Nath Finanças — Educação financeira descomplicada, com foco em jovens de periferia.

Podcast: Angu de Grilo — Conversas sobre atualidade, carreira, juventude negra e futuro.

Curso gratuito: Juventudes, Trabalho e Futuro — oferecido por instituições como Fundação Roberto Marinho, com conteúdo voltado à preparação cidadã e profissional.

Perfil no Instagram: @transforma_ai — Dicas práticas sobre carreira, estudos, emocional e oportunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar sobre as habilidades para o futuro é muito mais do que se preparar para um emprego, é refletir sobre quem somos, o que sentimos, o que sabemos e o que queremos construir no mundo. A juventude brasileira tem mostrado todos os dias que é capaz de transformar suas realidades com criatividade, coragem e inteligência. Cabe a nós, educadores e educadoras, criar espaços que reconheçam essas potências e incentivem processos de formação integral.

Além disso, ao identificar e fortalecer habilidades socioemocionais como empatia, escuta ativa, criatividade e inteligência emocional, os estudantes estarão mais preparados para lidar com desafios, relações interpessoais e contextos diversos de trabalho. Esses atributos são indispensáveis para quem deseja atuar de maneira ética, respeitosa e colaborativa.

Outro ponto central está no reconhecimento do valor da própria história: quando o jovem entende que sua trajetória tem valor e que suas vivências são fontes legítimas de aprendizado, ele passa a se posicionar com mais segurança no mundo. Isso também impacta diretamente na construção de sua marca pessoal, que deve refletir sua essência, seus valores e seus objetivos de maneira autêntica, respeitando sempre a diversidade.

Utilizar as redes sociais com intencionalidade e responsabilidade também faz parte desse novo conjunto de saberes. O jovem que compreende como fortalecer sua presença digital de forma positiva amplia suas possibilidades de conexão com oportunidades profissionais, de forma coerente com sua identidade e seus propósitos.

A elaboração de um plano simples e estratégico de ação é outro diferencial que o curso proporcionou. Com metas claras, autoconhecimento e organização, os jovens ganham mais autonomia para trilhar seus próximos passos, seja na busca por

uma vaga de emprego, em um novo projeto ou no fortalecimento de sua rede de apoio.

No atual cenário de incertezas, em que o mercado de trabalho é altamente competitivo e a tecnologia muda constantemente, manter-se em processo de formação é também uma forma de resistir e de construir possibilidades. Jovens que desenvolvem o hábito de buscar novos conhecimentos ganham autonomia para tomar decisões, para inovar com os recursos que têm e para enfrentar os desafios com criatividade. Isso não significa saber tudo, mas ter abertura para seguir aprendendo, mesmo diante das dificuldades.

As habilidades do futuro já estão presentes nos jovens: na organização de eventos culturais, nas campanhas nas redes sociais, no cuidado com as crianças da família, no artesanato, na fala em público, na escuta do outro. Nosso papel é ajudar a nomear, desenvolver e fortalecer essas capacidades, para que elas se transformem em caminhos reais de autonomia e liberdade.

Esse movimento constante de aprendizado se conecta diretamente com o desenvolvimento do senso de propósito. Quando um jovem entende o que o motiva, o que dá sentido às suas escolhas, ele consegue planejar melhor seus passos e construir um caminho com mais coerência. O curso oferece atividades que estimulam o autoconhecimento, a identificação de talentos e a elaboração de metas pessoais. Cada plano de ação criado ao final do percurso refletia sonhos possíveis, baseados em quem os jovens são e no que desejam realizar.

Ao final do curso "Habilidades para o Futuro", espera-se que os jovens tenham desenvolvido competências essenciais para sua inserção no mundo do trabalho e também para a construção de uma trajetória pessoal com mais autonomia, propósito e realização. Compreender a importância do aprendizado contínuo e aplicá-lo em sua vida cotidiana, por exemplo, é um passo decisivo para manter-se relevante em um mundo em constante transformação.

Por fim, desenvolver o protagonismo juvenil significa assumir as rédeas da própria história, confiar em sua capacidade de gerar impacto e entender que, mesmo diante das adversidades, é possível construir um caminho digno e inspirador. Esse protagonismo não é sinônimo de carregar o mundo sozinho, mas de reconhecer a força que existe na colaboração, na comunidade e na ação coletiva.

Acreditamos que investir na juventude é investir no presente e no futuro. Com escuta, confiança e oportunidade, cada jovem pode se tornar agente de transformação de sua própria vida e também da sociedade. Por isso, formações como essa precisam ser ampliadas, valorizadas e replicadas em outros contextos. O futuro começa agora, com cada passo que esses jovens dão em direção a si mesmos e ao mundo que desejam construir.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GUERRA, Facundo. Empreendedorismo para subversivos. São Paulo: Planeta, 2019.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020.

IACONELLI, Vera. Mal-estar na maternidade: do impostor ao impostor. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

LINKEDIN. Futuro do trabalho: tendências globais. 2023. Disponível em: <https://www.linkedin.com>. Acesso em: 28 maio 2025.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2000.

PODCAST AFETOS. Episódio: Protagonismo Juvenil. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/4QmSks5XzYUV2oHxFtA4Gq>. Acesso em: 28 maio 2025.

PRETALAB. Guia de empreendedorismo digital para meninas negras. Disponível em: <https://www.pretalab.com>. Acesso em: 28 maio 2025.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

YOUTUBE. Canal Nath Finanças. Disponível em: <https://www.youtube.com/@nathfinancas>. Acesso em: 28 maio 2025.

YOUTUBE. Canal Nádia Oliveira. Disponível em: <https://www.youtube.com/@nadiaoliveira>. Acesso em: 28 maio 2025.



CIDADANIA DIGITAL E ATIVISMO ONLINE: COMO PARTICIPAR DA SOCIEDADE NA ERA DAS REDES

INTRODUÇÃO

Vivemos uma rápida digitalização da vida humana. Com a transformação digital das últimas décadas, vimos a substituição de modelos de negócio inteiros, como a locação de filmes e jogos, a entrega de comida sair das ligações telefônicas para os aplicativos, a rede de amigos e relacionamentos se tornar virtuais e mais numerosas; até mesmo os processos políticos e sociais utilizam cada vez mais dados, inteligência artificial, tecnologias digitais e as grandes plataformas do nosso tempo. Criando formas de negócios, novos modelos de trabalho e de se relacionar, o mundo digital, esse espelho do mundo físico que não está livre de distorções, exige novas abordagens, habilidades e discussões. A digitalização de serviços e canais de interação de indivíduos com empresas e marcas, mas também com o estado e uns com os outros traz novos desafios para a democracia e a participação popular e cidadã na construção da nossa sociedade. Nesse contexto, surge o conceito de cidadania digital: a presença ativa, consciente e crítica nos ambientes digitais, em que cada cidadão deve fazer parte da construção coletiva de uma sociedade cada vez mais digitalizada, exercendo seus direitos e conhecendo seus deveres, além de participar do debate público e da disputa nos rumos dessas tecnologias.

Cidadania digital não diz respeito a saber usar a internet, ou estar presente nesse meio, mas sim compreender essa transformação e os impactos políticos e sociais, as disputas de narrativas e valores, o debate e a construção de identidades e as lutas por direitos e justiça. É também reconhecer que as tecnologias não são neutras, pois foram criadas e são utilizadas por pessoas, sendo além de artefato tecnológico também artefatos sociais (LATOUR, 1994). Com algoritmos construídos para maximizar o tempo de interação, os cliques e curtidas e o engajamento de forma geral, a digitalização capturou também a verdade. Sobretudo, através da mobilização de grupos e coletivos com petições e abaixo-assinados online, recebendo comunicações sobre serviços públicos, na organização coletiva de grupos de WhatsApp e outros canais ou na interação diária com fake news e deep fakes, conteúdos alterados digitalmente com o uso de modelos de IA, o ambiente digital potencializa e depende da interação e do coletivo.

Diante disso, este artigo propõe uma reflexão e uma conversa sobre as urgências da cidadania digital e dos riscos de ignorá-la, bem como sobre o ativismo online e a mobilização social nos ambientes virtuais. De hashtags como “#vidasnegrasimportam” à mobilização de manifestações, passeatas e encontros políticos, o espaço público digital é um ambiente acelerado e efervescente em todo o mundo contemporâneo.

POR: MATHEUS DE OLIVEIRA BARRETO

Cientista da Computação, Pós-graduado em Arquitetura de Soluções e MBA em Negócios Digitais, graduando em Sociologia e Política.

CONTEXTUALIZAÇÃO: NA PRÁTICA E NA TEORIA

A cidadania digital surge do encontro entre os direitos humanos, tecnologia da informação e a cultura participativa da democracia, em que os cidadãos são, além de consumidores, agentes políticos. Ou seja, é sobre entender que ambientes digitais são também espaços sociais e políticos, de representação e de visibilidade. Dessa forma, navegar na internet, usar redes sociais, consumir e produzir conteúdos digitais como vídeos, imagens e músicas envolvem escolhas éticas, responsabilidades e, principalmente, o exercício de direitos civis, políticos e culturais. Os feeds infinitos, criados com base em teorias de vício e maximização de tempo de tela, muitas vezes nos mostram situações de conflitos sociais, atores políticos e seus discursos ou conflitos e desigualdades em todo o mundo.

Em outras ocasiões, entre os anúncios e serviços oferecidos, vemos também teorias da conspiração ou grupos que financiam pautas falsas ou enganadoras para atingir seus próprios objetivos políticos. Objetivos esses que, quando se materializam através de altos orçamentos para campanhas de publicidade nas redes, geram lucro para as plataformas e para todo o ecossistema de serviços envolvido. Ou seja, já em seu modelo de negócio, as plataformas digitais jogam valores como verdade e responsabilidade para segundo (para não dizer “terceiro” ou “pior”) plano. Por outro lado, essas mesmas ferramentas permitem que uma mão organize uma rifa online para ajudar na escola do bairro; estranhos se mobilizem para encontrar animais desaparecidos; temas e pautas como preservação ambiental ou violência policial ganhem amplo acesso e discussão; ou que os cidadãos de um país se mobilizem para uma campanha de doações para vítimas de enchentes. Assim como a vida física, o mundo digital é um palco de disputas, agendas e interesses diversos, que ganham proporções nunca vistas quando o alcance da internet é aplicado para mobilizar pessoas.

A cidadania digital abrange temas como letramento digital crítico, liberdade de expressão e seus limites, privacidade, segurança de dados, direito à informação, digitalização da democracia e dos processos democráticos e, claro, responsabilidade e ética no compartilhamento de conteúdo e combate à desinformação. Mas todos esses temas dependem também da inclusão digital, ou seja, de acesso a internet e infraestrutura necessária, mais uma vez reforçando e imprimindo as desigualdades estruturais da nossa sociedade também no espaço digital.

O ativismo online — também conhecido como ciberativismo — expande esses campos e possibilidades. A organização digital de causas locais mostra como a cidadania digital se manifesta em ações coletivas com impacto real, no dia a dia e na vida das pessoas que ali se mobilizam. Novas profissões como influenciadores se tornam profissionais no discurso do mundo digital, angariando milhões de seguidores. Se em outro momento sonhamos em ser astronautas ou cientistas, hoje não

é incomum encontrar jovens brasileiros que prontamente afirmam “youtuber!” ou “influencer!” ao serem questionados sobre “o que ser quando crescer”. Os impactos da transformação digital são tão profundos que, em apenas algumas décadas, discutimos temas totalmente novos como cultura digital, ativismo online ou cidadania digital. Por outro lado, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento das habilidades necessárias para navegar nesse mundo são limitados, reproduzindo desigualdades e o distanciamento de boa parte da população.

Se o espaço público digital é também espaço para organização e mobilização social, apresenta desafios e riscos próprios, especialmente quando a Inteligência Artificial entra em campo, oferecendo uma nova camada de anonimato e despersonalização de conteúdo. Os “deep fakes”, imagens e vídeos manipulados por algoritmos de IA apresentam um novo desafio, no qual nem nossos olhos e ouvidos podem ser considerados capazes de distinguir a verdade da mentira que nos é diariamente apresentada nas redes sociais. Assim como no mundo físico, o mundo virtual é construído a partir de disputas, e é nosso papel também participar da construção do mundo que queremos de forma crítica, responsável e ativa. Com projetos de lei e regulamentação, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) ou o Marco Civil da Internet, a sociedade civil impõe limites e participa da definição dos caminhos e cuidados que devemos ter nesse novo mundo que se apresenta. Para além dos termos de uso e políticas de privacidade das plataformas, precisamos construir os termos e regras para a inserção da tecnologia na nossa vida e sociedade.

PARA REFLETIR: QUESTÕES URGENTES

A cidadania digital apresenta diversos desafios, do uso das tecnologias às condições sociais e políticas em que esse uso ocorre. De questões econômicas e geopolíticas, como a disponibilidade de recursos minerais estratégicos ou o desenvolvimento de tecnologias de alto impacto, nossa sociedade vem sendo profundamente transformada pela digitalização da vida humana. Alguns dos pontos críticos que devem ser pensados e debatidos enquanto sociedade são:

Concentração de mídia e informação: o controle das plataformas digitais por grandes conglomerados e empresas com poderes nunca vistos antes como as bigtechs (grandes empresas de tecnologia como Amazon, Microsoft, Apple e Google) limita a pluralidade de vozes e o debate crítico, favorecendo narrativas homogêneas, principalmente partindo de quem tem capital econômico para financiar grandes campanhas de marketing e publicidade. A “terra sem lei” que a internet se tornou ao longo das últimas décadas permite que as maiores empresas do mundo lucrem com mentiras objetivas, por exemplo, vinculadas em suas plataformas. Isso impacta diretamente a qualidade da nossa democracia e sua saúde, bem como a formação de opinião e a capacidade de reação da sociedade. Vimos como esse controle é mobilizado em disputas políticas nas últimas eleições, e esse risco parece crescer dia após dia sem que respostas a altura sejam apresentadas.

Algoritmos e bolhas informacionais: os algoritmos entregam conteúdos com base no comportamento do usuário, o que pode reforçar preconceitos e vieses e isolar visões diferentes. Se

nunca vemos nada que discorda do nosso ponto de vista, a tendência é que ele se reforce e o debate perca espaço com aquele que pensa diferente de mim, tornando-se este cada vez mais um inimigo a ser combatido. Essa dinâmica dificulta o debate público e favorece a polarização. O processo de radicalização política e sentimento de disputa, muitas vezes violenta, certamente foi acelerado e só tem a forma atual em função das plataformas digitais.

Fake news e desinformação: influenciando eleições, criando violência e corrompendo as bases da nossa democracia — como confiança e diálogo — vimos uma invasão do termo “fake news” no mundo moderno. Muitas vezes, a desinformação é usada como ferramenta estratégica por grupos com interesses econômicos ou políticos, influenciando opiniões ou mesmo causando revoltas e vigilantismo, quando pessoas que acreditam cegamente em teorias conspiratórias ou desinformação compartilhada nos canais digitais resolvem agir no mundo físico. Em casos como o escândalo das fake news envolvendo o disparo massivo de mensagens via WhatsApp em 2018 difamando o sistema eleitoral brasileiro, ou o “pizza gate” nos Estados Unidos da América, onde uma teoria de conspiração fez com que pessoas armadas invadissem pizzarias, o poder das fake news na influência de pessoas e grupos é inegável.

Desigualdade digital: quando o mundo digital é construído em uma sociedade profundamente desigual, ele também imprime e realiza essas desigualdades. Do acesso à internet e infraestrutura ao acesso ao conhecimento técnico e digital, condições desiguais de capital financeiro, cultural ou simbólico se repetem e constroem um espaço público digital também desigual. Sem inclusão, não há participação efetiva. Segundo dados do IBGE, milhões de brasileiros ainda vivem em regiões com baixa conectividade. Durante a pandemia de COVID-19, muitos estudantes da rede pública ficaram sem acesso a aulas online, além da falta de preparo e estrutura para os professores da rede pública, revelando o abismo digital no país.

Censura e vigilância: ativistas e comunicadores populares são alvos frequentes de censuras, bloqueios, campanhas de difamação e ataques. Quando o lucro é o objetivo número um, plataformas digitais podem ser usadas por governos autoritários, prejudicando o livre exercício da expressão e da cidadania. O caso da retirada do ar de páginas de movimentos sociais, como o Mídia Ninja, em que temas e disputas são apagadas ou abafadas e conteúdos de comunidades periféricas são censurados, mostra os limites da liberdade nas redes, a qual sempre estará submetida a regras e políticas de uma entidade privada que visa ao lucro. Podemos citar também o PRISM, programa do governo estadunidense que espionava de forma ilegal seus cidadãos, revelado por Edward Snowden. A vigilância também atinge ativistas ambientais, indígenas e defensores de direitos humanos, especialmente em contextos de conflito com grandes interesses econômicos. Em São Paulo, vimos programas e políticas públicas como Smart Sampa serem implementados sem debate público e com impactos diretos na vida de cidadãos, quando uma câmera identifica de forma incorreta uma pessoa como um criminoso.

Ou seja, é inegável que o ambiente digital se tornou também palco de disputas e debates, mas também de desigualdades e

opressões. A cidadania digital é o caminho para que cada um de nós possa compreender e participar ativamente dessa construção, realizando o mundo no qual queremos viver. Entretanto, para que cada um de nós consiga participar dessa construção, são fundamentais o letramento e a educação digital ampla e crítica, além da possibilidade de mobilização e organização social também pelas minorias, pela sociedade civil e por pessoas e grupos oprimidos ou sub-representados. Em um país onde a classe está profundamente ligada à raça e ao gênero, o acesso às tecnologias e aos ambientes digitais também propaga essas desigualdades interseccionais, levando ao mundo digital problemas e mazelas do nosso mundo físico desde seu nascimento à sua consolidação enquanto espaço de convivência e debate público.

INTERLOCUÇÕES E DIÁLOGOS

Para compreender essas questões de forma mais profunda, diferentes autores e teorias analisam as relações entre tecnologia, poder e sociedade:

Manuel Castells aborda, em “A Sociedade em Rede”, a reconfiguração e transformação das formas de poder e organização social, promovendo novas formas de mobilização cidadã e de controle político em “espaços públicos digitais” ,sujeitos à lógica de mercado capitalista das grandes plataformas;

Shoshana Zuboff, em “A Era do Capitalismo de Vigilância” destaca os riscos e perigos da transformação digital da vigilância. Segundo a autora, grandes corporações extraem dados pessoais para prever e influenciar o comportamento humano, colocando em risco a autonomia individual e a democracia em nome do lucro e do crescimento desenfreado;

Byung-Chul Han, autor de Infocracia e outras obras que discutem a sociedade contemporânea frente a digitalização (No Enxame, por exemplo), define a crise da democracia não pelo silenciamento, mas pelo excesso de informação, que confunde, desorienta e neutraliza o pensamento crítico. Segundo Han, o ser humano é hoje um “animal de consumo e dados”, produzindo, enquanto utiliza plataformas e serviços digitais, dados que são extraídos e utilizados pelos provedores para não só ter mais lucro, mas também influenciar e transformar a sociedade e as relações de poder;

Sergio Amadeu da Silveira, com o livro “Colonialismo de Dados”, aponta que a lógica algorítmica atual reflete e reforça as desigualdades sociais, operando como uma nova forma de domínio político-econômico. Quando todas as maiores empresas de tecnologia, que operam de forma global e sem fronteiras, estão todas em um ou dois países, as relações políticas e econômicas presentes reforçam dinâmicas de dominação ou exploração. Em 2020, por exemplo, o bilionário Elon Musk afirmou na rede social Twitter, em resposta ao presidente boliviano Evo Morales: “Nós vamos dar golpes em quem quisermos! Lide com isso!”.

Steven Levy, ao narrar a história dos hackers em “Hackers: Heroes of the Computer Revolution”, lembra como a internet nasce a partir de ideias de liberdade e descentralização, lembrando-nos que também somos agentes nessa disputa e na

construção do mundo virtual.

Esses autores oferecem conceitos e perspectivas para entender as disputas e conflitos da transformação digital da sociedade, questionando a filosofia dessa nova forma de socialização, o papel de governos e grandes empresas, e buscando compreender os riscos e desafios que a transformação digital apresenta a cada um de nós.

INDICAÇÕES PARA APROFUNDAMENTO

De forma cada vez mais presente e importante, o debate da cidadania digital e do ativismo online estão cada vez mais permeando nossa sociedade. Para além da presença de atores políticos e grandes conglomerados, também é no mundo digital que hoje encontramos espaço para mobilizar pessoas em torno de causas, levantar fundos para iniciativas sociais ou ainda expandir o debate acerca de temas e pautas que antes não tinham grande participação social. Para aprofundar o entendimento teórico e acompanhar o debate da participação e construção social no mundo digital, autores como Manuel Castells (A Sociedade em Rede), Shoshana Zuboff (A Era do Capitalismo de Vigilância) e Sergio Silveira (Colonialismo de Dados) oferecem perspectivas críticas e analíticas sobre os riscos da digitalização e plataformação da vida coletiva. Diversos documentários e vídeos foram produzidos sobre o tema, com destaque para “Muito Além do Cidadão Kane” (YouTube), que aborda a concentração de mídia no Brasil, o documentário “O Dilema das Redes” (Netflix), que demonstra os impactos dos algoritmos e das redes sociais na vida social e civil, e os canais “Atila Iamarino” e “Nerdologia” (YouTube), com vídeos sobre privacidade, fake news e participação social digital.

São também exemplos de cidadania digital e ativismo online os canais “Agência Mural de Jornalismo das Periferias” e “Think Olga”, ambos também no YouTube. Para organizar petições, campanhas, ações e abaixo-assinados, ferramentas diretas de participação popular, plataformas como Change.org e Avaaz tem ganhado destaque. Já no campo do financiamento coletivo, são confiáveis plataformas como Vakinha, Catarse, Benfeitoria e Kickante, entre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidadania digital e o ativismo online são campos sendo construídos e em constante evolução e transformação. Para além de saber usar ferramentas digitais e programas, o desafio é compreender os impactos e as dinâmicas que essas novas tecnologias e canais causam na democracia, na sociedade civil, na cultura, na comunicação, na representatividade e nos direitos humanos. Para além de transformar o mundo do trabalho e do consumo, as tecnologias digitais causam profundas mudanças estruturais em nossa sociedade. Em um mundo onde os algoritmos decidem o que vemos, com quem saímos, o que comemos e até com quem nos conectamos, as redes sociais são também palcos de disputas ideológicas e de narrativas. Nesse novo mundo, é fundamental formar cidadãos educados, críticos, ativos e conscientes. O ativismo online é uma potência inclusive para a mobilização e organização popular contra opressões e injustiças, mas também exige responsabilidade, estratégia e ética. Cabe a cada um de nós escutar, respeitar, pesquisar, mobilizar e organizar, fortalecer o respeito à diversidade, a luta

por inclusão e o valor da verdade, da informação ética e o compromisso com a transformação social. A cidadania digital traz direitos e possibilidades, mas também deveres: de participar, de se informar e de lutar por um futuro mais justo, participativo, inclusivo e democrático — dentro e fora das redes.

Referências

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz & Terra, 2013.

HAN, Byung-Chul. Infocracia: digitalização e a crise da democracia. Petrópolis: Vozes, 2022.

HAN, Byung-Chul. No enxame: perspectivas do digital. Petrópolis: Vozes, 2018.

LATOURL, Bruno. Jamais fomos modernos. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LEVY, Steven. Hackers: heroes of the computer revolution. 25. ed. Sebastopol: O’Reilly Media, 2010.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

ZUBOFF, Shoshana. A era do capitalismo de vigilância. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

MOREIRA, João. Muito além do cidadão Kane. Direção: Simon Hartog. [S.l.]: Channel Four Films, 1993. Documentário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s-8scOe31D0>. Acesso em: 06 jun. 2025.

ORLOWSKI, Jeff. O dilema das redes. [S.l.]: Netflix, 2020. Documentário.

IAMARINO, Atila. O fim da realidade nas redes. YouTube, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=la5W4Y8JZ4E>. Acesso em: 05 jun. 2025.

NERDOLOGIA. Privacidade na internet. YouTube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wZvDZfO13mA>. Acesso em: 06 jun. 2025.

THINK OLGA. Canal Think Olga. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/@thinkolga>. Acesso em: 06 jun. 2025.

AGÊNCIA MURAL. Canal Agência Mural de Jornalismo das Periferias. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/@agenciamural>. Acesso em: 06 jun. 2025.

CHANGE.ORG. Plataforma de petições online. Disponível em: <https://www.change.org>. Acesso em: 06 jun. 2025.

AVAAZ. Comunidade global de mobilização. Disponível em: <https://secure.avaaz.org>. Acesso em: 06 jun. 2025.

KICKANTE. Financiamento coletivo. Disponível em: <https://www.kickante.com.br>. Acesso em: 06 jun. 2025.

CATARSE. Financiamento coletivo para projetos criativos. Disponível em: <https://www.catarse.me>. Acesso em: 06 jun. 2025.

BENFEITORIA. Financiamento coletivo para impacto social. Disponível em: <https://benfeitoria.com>. Acesso em: 06 jun. 2025.

VAKINHA. Arrecadações online. Disponível em: <https://vakinha.com.br>. Acesso em: 06 jun. 2025.

SAÚDE MENTAL E BEM-ESTAR NA ERA DIGITAL

POR: LETÍCIA YUMI NAKAO MORELLO

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a rápida expansão das tecnologias digitais transformou a maneira como vivemos, nos relacionamos e acessamos informações. Entre os grupos mais impactados por essa revolução estão aqueles que nasceram no início dos anos 2000 e cresceram imersos em ambientes digitais. Diante dessa realidade, é razoável que nos perguntemos: qual é o impacto da inserção digital no bem-estar e na saúde mental da juventude? Esse questionamento têm orientado debates públicos, políticas educacionais e pesquisas acadêmicas, que, muitas vezes marcados por visões alarmistas, associam o uso de redes sociais, smartphones e jogos digitais a um suposto declínio da saúde emocional entre os jovens. Embora essa preocupação seja compreensível, ela não encontra sustentação inequívoca nas evidências científicas disponíveis.

Apesar das especulações negativas, frequentemente reproduzidas no senso comum, existem dados que sugerem efeitos neutros ou até mesmo positivos da interação entre jovens e o mundo digital. Em um primeiro momento, o presente texto apresentará as principais questões levantadas por estudiosos e pelo discurso midiático sobre os riscos da vida digital e, em seguida, mostrará o panorama da produção científica recente que relativiza essas sensações de ameaça. Também, discutirá as limitações metodológicas em muitos estudos da área e trará evidências de como o impacto das tecnologias digitais é, em grande medida, mediado por fatores contextuais, como o tipo de uso e as características individuais dos usuários. Por fim, apontará a dimensão positiva do engajamento digital, especialmente no que se refere à criação de redes de apoio, ao acesso à informação e à expressão identitária, elementos que podem promover o bem-estar psicológico de muitos jovens.

Ao situar esse debate em meio a um cenário teórico em construção e politicamente sensível, o convite é adotar uma postura crítica, fundamentada em dados empíricos. A compreensão dos impactos da tecnologia sobre a saúde mental juvenil exige mais do que diagnósticos apressados: ela demanda investigação rigorosa, sensibilidade ética e disposição para reconhecer a complexidade do fenômeno em questão.

CONTEXTUALIZAÇÃO: NA TEORIA E NA PRÁTICA

A popularização dos meios digitais ao longo das últimas décadas transformou significativamente os modos de comunicação, trabalho e sociabilidade, bem como suscitou uma série de preocupações quanto aos seus possíveis efeitos negativos sobre a saúde mental dos usuários. Pesquisadores e profissionais da saúde têm apontado para uma possível associação entre o uso intensivo de tecnologias digitais e uma variedade de problemas emocionais, cognitivos e comportamentais. Entre as preocupações frequentemente mencionadas estão:

Estresse excessivo, diminuição da conexão emocional, diminuição da autoestima, fragmentação da atenção, erosão da empatia, incapacidade de estabelecer limites, necessidade aumentada de gratificação imediata e diversos transtornos descritos no DSM-5 (isto é, transtornos de ansiedade, transtornos do humor, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade — TDAH, transtorno de personalidade narcisista, transtorno de personalidade anti social e transtorno de personalidade obsessivo-compulsiva). (SCOTT; VALLEY; SIMECKA, 2017).

Existem, de fato, alguns estudos que apontam para correlações entre o uso de mídias digitais e problemas de saúde mental. Um estudo recente (Moroney et al., 2023), por exemplo, mostrou que tanto o tempo que adolescentes passam nas redes sociais quanto, principalmente, a forma como usam essas plataformas têm influência sobre sua saúde mental. Três comportamentos se destacaram nesse processo: comparar-se com outras pessoas, receber comentários negativos e publicar conteúdos arriscados ou provocativos para chamar atenção.

A comparação social e o receber feedbacks negativos, por exemplo, foram associados a mais sintomas de ansiedade e tristeza. Ou seja, quanto mais os jovens se comparam com os outros ou recebem críticas nas redes, maior a chance de apresentarem problemas emocionais. Já a auto exposição arriscada — como postar fotos ousadas ou conteúdos que podem gerar julgamento — teve uma relação mais complexa: esse comportamento aparece ligado a menos sintomas de ansiedade e tristeza, talvez por gerar mais atenção e maior sensação de pertencimento. Por outro lado, também esteve relacionado a comportamentos mais impulsivos e agressivos, especialmente entre os meninos.

É importante notar, contudo, que esse desenho experimental não permite afirmar que o uso de mídias digitais causa diretamente tais problemas. Desenhos correlacionais apenas indicam que duas variáveis estão associadas, mas não esclarecem a natureza dessa relação. Assim, pensando no resultado de que a autoexposição arriscada é relacionada a menos sintomas de ansiedade e tristeza, é possível que jovens que se sentem mais tristes e ansiosos tendem a desenvolver mais comportamentos de autoexposição arriscada, e não que esse tipo de exposição leve a menos tristeza.

Um tipo de estudo que pode oferecer evidências mais diretas é aquele que compara grupos com uso habitual das plataformas com grupos submetidos a algum tipo de detox digital. Nesses estudos, os participantes são orientados a reduzir ou suspender o uso das redes sociais por um determinado período,

permitindo a observação de mudanças psicológicas ao longo do tempo. Uma meta-análise recente (RAMADHAN et al., 2024) reuniu pesquisas com protocolos variados de detox, cuja duração oscilou entre uma semana — mais comum — e até quatro meses. As intervenções também diferiram quanto à intensidade: em alguns casos, envolviam abstinência total; em outros, reduções parciais, como o uso restrito a 15 minutos por dia ou diminuição de 50% no tempo diário. Os resultados da meta-análise revelaram que a interrupção ou redução no uso das redes sociais levou apenas a uma pequena redução nos sintomas depressivos nos casos em que o detox foi feito de forma gradual, mas não produziu mudanças consistentes no bem-estar, satisfação com a vida e estresse.

Além de acompanhar intervenções de detox digital, como discutido anteriormente, outra forma de investigar possíveis relações de causalidade entre o uso de redes sociais e a saúde mental é por meio de desenhos longitudinais. Esses estudos acompanham os participantes ao longo do tempo, permitindo observar como determinadas variáveis evoluem e se influenciam mutuamente. Um exemplo relevante são os trabalhos que monitoraram adolescentes usuários da rede social holandesa Hyves.nl durante um período de um ano e meio (DE VRIES et al., 2014, 2016). Os resultados mostraram que o uso da rede social antecedeu temporalmente os problemas com imagem corporal, enquanto o inverso — insatisfação corporal levando a maior uso da rede — não foi observado. Esses dados fortalecem a hipótese de que o uso de redes sociais pode desempenhar um papel causal no desenvolvimento de preocupações com a aparência, oferecendo evidências mais sólidas para além das correlações pontuais.

Note que os estudos acima fazem recortes para abordar o tema. Nesse último caso, aborda a frequência de acesso a um tipo específico de rede social e questões de auto imagem. Isso é importante porque torna a pergunta “qual o efeito das mídias digitais na saúde mental?” mais direcionada e empiricamente viável. O foco passa a ser como o tempo de uso de uma rede social cujas interações são baseadas em fotos e vídeos podem aumentar o risco de problemas relacionados à imagem corporal. Além do tempo de uso, outros fatores poderiam mediar e/ou moderar essa relação, como o tipo de interação realizada (por exemplo, se o uso é mais passivo, baseado em observação, ou ativo, com produção de conteúdo), o conteúdo visualizado (como perfis com padrões estéticos irreais), o apoio social disponível fora e dentro do ambiente digital, o nível de autoestima prévio e o contexto socioeconômico dos usuários, assim como outras características individuais de personalidade.

Como exemplo da importância de características de personalidade do usuário, um estudo correlacional (YOUNG; KOLUBINSKI; FRINGS, 2020) demonstrou que o uso problemático das redes sociais está relacionado a uma menor sensação de bem estar e satisfação com a vida. Essa relação foi mais acentuada entre pessoas que demonstram forte sensibilidade à rejeição e grande necessidade de aprovação, e que se sentiriam confortáveis com a proximidade emocional. Nesses casos, o uso das redes pode intensificar sentimentos de insegurança e comparação social, afetando negativamente os indicadores de saúde mental. Por outro lado, esse efeito foi menos pronunciado em indivíduos que tendem a se distanciar emocionalmente dos outros e a evitar vínculos mais próximos, sugerindo que a forma como cada pessoa se relaciona

afetivamente influencia sua vulnerabilidade aos efeitos das mídias digitais.

Já como exemplo da relevância do tipo de comportamento, um outro estudo, também correlacional (BERRYMAN; FERGUSON; NEGY, 2018) mostrou que o tempo de uso das redes sociais, por si só, não foi um preditor significativo de prejuízos à saúde mental. No entanto, um comportamento específico dentro desse ambiente — o vaguebooking, que consiste em postar mensagens vagas e alarmantes com o objetivo de atrair atenção — esteve associado à ideação suicida. Esse achado ressalta que não é o uso genérico das plataformas que necessariamente representa risco, mas determinados padrões de comportamento que podem sinalizar dificuldades emocionais mais profundas. Assim, o foco das investigações deve se deslocar da quantidade de uso para a qualidade e o sentido do engajamento digital.

Por fim, é importante levar em consideração também o nível de evidência das pesquisas que embasam o debate sobre mídias digitais e saúde mental. Estudos com desenhos mais robustos — como revisões sistemáticas, meta-análises e análises com amostras representativas — oferecem maior confiabilidade, pois sintetizam grandes volumes de dados e reduzem o risco de conclusões enviesadas a partir de estudos isolados. Um exemplo disso é a meta-revisão conduzida por Meier e Reinecke (2021). Ao reunir 34 revisões sistemáticas e analisar mais de 500 estudos sobre comunicação mediada por computador e saúde mental, os autores encontraram uma associação negativa de pequena magnitude entre o uso de redes sociais e o bem-estar psicológico. No entanto, destacam que esses efeitos são altamente dependentes das variáveis estudadas e das formas de operacionalização dos conceitos. Isso significa que os impactos das mídias digitais são complexos e variam conforme o tipo de uso, os indicadores de saúde analisados e o contexto em que ocorrem. Esses estudos, ao oferecerem um panorama mais abrangente e metodologicamente sólido, reforçam a necessidade de abordagens mais particulares e menos alarmistas ao se discutir o bem-estar digital.

PARA REFLETIR: QUESTÕES URGENTES

Políticas públicas e narrativas jornalísticas frequentemente tratam “os jovens” e também falam sobre “uso de redes sociais” como categorias homogêneas, como se todos os jovens fossem iguais, usassem as mesmas redes sociais da mesma maneira e, portanto, estivessem expostos igualmente aos mesmos riscos. Gera-se, portanto, um intenso debate sobre os impactos da tecnologia digital na saúde mental dos jovens, porém deixando aspectos relevantes pouco discutidos, como a diversidade das experiências digitais e a possibilidade de atuação ativa dos usuários, que não são espectadores passivos, mas agentes intencionais que fazem escolhas sobre o que consumir e como se comportar a cada instante.

Essa heterogeneidade nas experiências digitais é evidenciada por diversos estudos que mostram como diferentes combinações entre características individuais e formas de uso das redes podem levar a desfechos distintos em termos de saúde mental. Dos exemplos citados acima, podemos concluir que adolescentes que usam redes sociais com frequência para se comparar com os outros ou que recebem comentários negativos com regularidade tendem a apresentar mais sintomas de ansiedade e tristeza, enquanto aqueles que se expõem de

forma provocativa nas redes podem estar mais propensos a comportamentos impulsivos e agressivos a depender de seu gênero. Além disso, pessoas com forte necessidade de aprovação e sensibilidade à rejeição parecem ser mais afetadas negativamente pelo uso problemático das redes do que aquelas com estilo mais evitativo e emocionalmente distante. Esses achados reforçam que o impacto das redes sociais não pode ser compreendido sem levar em conta a diversidade dos usuários, suas motivações e contextos, bem como o tipo de conteúdo consumido e o modo de interação com as plataformas.

Até agora consideramos a saúde mental do ponto de vista de quem está sofrendo as consequências de um uso não saudável das redes. Mas, pensando no usuário como um agente ativo, devemos olhar também para atitudes online que geram impacto direto sobre outros usuários. Muitos comportamentos nocivos observados nas redes sociais não surgiram com o ambiente digital, mas foram reformulados por ele. O bullying, por exemplo, é um fenômeno amplamente documentado em contextos escolares presenciais que ganhou novas dinâmicas ao ser incorporado à vida online, dando origem ao chamado cyberbullying. Nesse novo formato, as agressões são visíveis a um público maior, seus conteúdos permanecem registrados e os agressores usufruem da possibilidade de anonimato, o que intensifica os impactos emocionais sobre as vítimas e dificulta mecanismos de regulação e enfrentamento (KIM; ELLITHORPE; BURT, 2023). Uma meta-análise conduzida por Kowalski e colaboradores (2014) demonstra que aqueles que praticam cyberbullying apresentam a crença de que comportamentos agressivos são normais e ressalta também que as vítimas apresentam altos índices de estresse e ideação suicida, apontando para a seriedade do assunto e para a necessidade imperativa de um olhar cuidadoso para todas as partes envolvidas.

Diante de preocupações crescentes em torno de práticas prejudiciais online, como o cyberbullying, que amplifica dinâmicas negativas existentes nas interações reais, levanta-se a possibilidade de que o uso das tecnologias digitais esteja se tornando cada vez mais danoso à saúde mental dos jovens. Para investigar essa questão, Vuorre, Orben e Przybylski (2021) analisaram três amostras nacionais representativas, com dados coletados desde 1991. Os resultados foram mistos: a associação entre o uso geral da tecnologia e sintomas depressivos se enfraqueceu ao longo da última década, enquanto o uso de redes sociais passou a se associar mais fortemente a problemas emocionais. Contudo, os autores não encontraram mudanças significativas em problemas de conduta ou ideação suicida, nem diferenças por sexo, concluindo que há pouca evidência de um aumento consistente no impacto das tecnologias digitais sobre os diversos indicadores de saúde mental dos jovens.

Entende-se, portanto, que existem, de fato, ambientes e comportamentos de risco e que as relações sociais são transformadas pelo contato ininterrupto com mídias digitais, o que valida a necessidade de preocupação com o bem-estar digital. Contudo, a emergência dessa pauta não deve se confundir com tentativas de controle moral sobre os hábitos juvenis. Em vez de sugerir desconexões forçadas ou políticas restritivas generalizadas, é mais produtivo pensar em práticas de letramento digital crítico, que empoderem os jovens a reconhecerem os impactos de seu padrão de consumo, a gerenciarem suas emoções online, a aprenderem a se relacionar

de maneira respeitosa com seus pares — não apenas no mundo online — e a reivindicarem plataformas mais preocupadas com a saúde dos usuários. Isso exige escuta ativa, produção de dados contextualizados e abertura para reconhecer que a saúde mental na era digital não é apenas uma questão de restringir acessos ou desconectar-se completamente, mas de pensar as formas de conexão de maneira humanizada, ética e política.

INTERLOCUÇÕES E DIÁLOGOS

Embora o debate sobre o bem-estar digital costume se concentrar nos riscos associados ao uso excessivo ou inadequado das tecnologias, é fundamental reconhecer que as mídias digitais também oferecem oportunidades significativas de desenvolvimento pessoal, social e coletivo, especialmente quando utilizadas de forma equilibrada e com intencionalidade. Apontar tais benefícios não significa ignorar os desafios já discutidos, mas sim ampliar a compreensão do fenômeno e evitar visões reducionistas ou alarmistas.

Na esfera educacional, por exemplo, estudos recentes têm apontado que o uso de mídias digitais em atividades formais e informais pode aumentar o engajamento emocional e comportamental dos estudantes, criando ambientes de aprendizagem mais dinâmicos, interativos e motivadores (TAZHENOVA; MIKHAYLOVA; TURGUNBAYEVA, 2024), inclusive em contextos de educação física (JASTROW et al., 2022). Os autores discutem, contudo, que a implementação dessas novas ferramentas didáticas exige treinamento dos profissionais de educação, que nem sempre têm tempo e/ou recursos para se aprimorarem. A capacidade dos profissionais da educação para lidar com ferramentas digitais foi posta à prova durante a pandemia de COVID-19, momento em que ficou evidente que as dificuldades de lidar com o ambiente digital de ensino estão presentes e diretamente ligados aos indicadores de saúde mental dos professores (BAKER et al., 2021).

Nesse mesmo período, quando o isolamento social impôs limites severos à interação presencial, as mídias digitais se revelaram uma ferramenta potente e com efeitos cruciais. Se comunicar com amigos, se expressar online e compartilhar experiências foram comportamentos associados à redução da solidão, ansiedade e estresse (MARCIANO et al., 2022), atuando como fatores protetivos de saúde mental. A conexão com pares facilitada e que supera distâncias geográficas tem um papel importante também para a construção de comunidades de apoio que elevam o senso de pertencimento e, consequentemente, contribuem tanto para o bem estar de minorias sociais quanto para sua participação política. Como exemplo, diversos estudos têm mostrado que jovens LGBTQI+ utilizam ambientes digitais como espaços de suporte emocional, construção identitária e acesso a redes de apoio, especialmente diante do estigma, da rejeição familiar e da vitimização (HIEBERT; AND KORTES-MILLER, 2023; HILLIER; AND YBARRA, 2012; YBARRA et al., 2015). Em contextos conservadores, como demonstrado por Chong et al. (2015), o uso intencional de mídias sociais para expressão identitária e vigilância comunitária contribui para a redução do estigma e melhora a saúde mental ao fortalecer o senso de pertencimento a um grupo.

Portanto, os efeitos das mídias digitais não são unicamente negativos — eles dependem do contexto, das motivações e da

forma de uso. Quando utilizadas com consciência e propósito, essas tecnologias podem favorecer o aprendizado, ampliar o engajamento social e político, oferecer apoio emocional e melhorar a qualidade de vida. A construção de um bem-estar digital mais justo e inclusivo passa, assim, por reconhecer tanto os riscos quanto as potências do mundo conectado.

INDICAÇÕES PARA APROFUNDAMENTO

Para promover uma reflexão mais ampla e crítica sobre o impacto das mídias digitais na saúde mental é essencial explorar materiais que dialoguem com diferentes perspectivas. Até o momento, obras midiáticas de grande circulação têm se concentrado fortemente nos riscos e efeitos negativos do ambiente digital. Um exemplo emblemático é o documentário The Social Dilemma (2020), disponível na Netflix, que popularizou a ideia de que as plataformas digitais são inerentemente prejudiciais à saúde mental, especialmente por utilizarem algoritmos que exploram a comparação social, a busca por validação e mecanismos de dependência. O documentário é impactante e acessível, sendo uma boa introdução para quem deseja compreender as críticas contemporâneas à lógica de funcionamento das redes sociais.

Contudo, há uma lacuna evidente na produção cultural de grande alcance: faltam obras que mostrem, com o mesmo alcance, os usos positivos e construtivos das mídias digitais, como as experiências de aprendizagem, engajamento cívico, expressão identitária e apoio emocional que discutimos neste texto. Essa ausência contribui para uma visão desequilibrada do fenômeno e alimenta discursos moralizantes e um medo da população leiga em relação ao mundo digital de maneira generalizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio partiu da questão central sobre como a inserção dos jovens no mundo digital impacta sua saúde mental e seu bem-estar, questionando a predominância de discursos que assumem efeitos essencialmente negativos dessas tecnologias. Ao longo do texto, mostramos que, embora haja preocupações legítimas sobre os riscos associados ao uso excessivo ou disfuncional das redes sociais e demais plataformas digitais, as evidências científicas disponíveis não sustentam conclusões generalizadas ou alarmistas. Pelo contrário, uma análise mais cuidadosa revela que os efeitos variam conforme o contexto, a forma de uso e os recursos individuais e coletivos disponíveis aos jovens.

A posição crítica desenvolvida aqui se apoia na ideia de que o bem-estar digital não pode ser reduzido a métricas de tempo de tela ou a diagnósticos simplificados, mas deve ser compreendido como um fenômeno complexo, que envolve dimensões afetivas, sociais, culturais e políticas. A literatura científica sugere que o problema não está simplesmente em estar nas redes sociais, mas em como os jovens interagem nesse ambiente. Certos tipos de experiências digitais — como se comparar o tempo todo ou sofrer críticas — podem ter efeitos negativos, enquanto interações positivas, como a comunicação entre amigos, a participação de comunidades online e o acesso a redes de apoio, especialmente entre grupos minoritários, podem promover bem-estar, reduzir sentimentos de solidão e fortalecer o senso de pertencimento.

Como caminhos futuros, é essencial investir em pesquisas mais finas e contextualizadas, que combinem métodos quantitativos e qualitativos para compreender as experiências digitais em suas múltiplas camadas. Também é fundamental promover o diálogo entre pesquisadores, educadores, formuladores de políticas e as próprias juventudes, criando soluções que não partam de generalizações e senso comum, mas do compromisso com a investigação sobre bem-estar em sua complexidade. Em um mundo cada vez mais digitalizado, pensar criticamente os comportamentos e ambientes que gostaríamos de cultivar online é também pensar sobre os valores e prioridades que queremos ter como sociedade.

REFERÊNCIAS

BAKER, Courtney N. et al. The Experience of COVID-19 and Its Impact on Teachers’ Mental Health, Coping, and Teaching. School Psychology Review, v. 50, n. 4, p. 491-504, 2 out. 2021.

BERRYMAN, Chloe; FERGUSON, Christopher J.; NEGY, Charles. Social Media Use and Mental Health among Young Adults. Psychiatric Quarterly, v. 89, n. 2, p. 307-314, 1 jun. 2018.

CHONG, Eddie S. K. et al. Social Media as Social Capital of LGB Individuals in Hong Kong: Its Relations with Group Membership, Stigma, and Mental Well-Being. American Journal of Community Psychology, v. 55, n. 1-2, p. 228-238, 2015.

DE VRIES, Dian A. et al. The Effect of Social Network Site Use on Appearance Investment and Desire for Cosmetic Surgery Among Adolescent Boys and Girls. Sex Roles, v. 71, n. 9, p. 283-295, 1 nov. 2014.

DE VRIES, Dian A. et al. Adolescents’ Social Network Site Use, Peer Appearance-Related Feedback, and Body Dissatisfaction: Testing a Mediation Model. Journal of Youth and Adolescence, v. 45, n. 1, p. 211-224, 1 jan. 2016.

HIEBERT, Alexa; AND KORTES-MILLER, Kathy. Finding home in online community: exploring TikTok as a support for gender and sexual minority youth throughout COVID-19. Journal of LGBT Youth, v. 20, n. 4, p. 800-817, 2 out. 2023.

HILLIER, Lynne; Mitchell ,Kimberly J.; AND YBARRA, Michele L. The Internet As a Safety Net: Findings From a Series of Online Focus Groups With LGB and Non-LGB Young People in the United States. Journal of LGBT Youth, v. 9, n. 3, p. 225-246, 1 jul. 2012.

JASTROW, Florian et al. Digital technology in physical education: a systematic review of research from 2009 to 2020. German Journal of Exercise and Sport Research, v. 52, n. 4, p. 504-528, 1 dez. 2022.

KIM, M.; ELLITHORPE, M.; BURT, S. A. Anonymity and its role in digital aggression: A systematic review. Aggression and Violent Behavior, v. 72, p. 101856, 1 set. 2023.

KOWALSKI, Robin M. et al. Bullying in the digital age: A critical review and meta-analysis of cyberbullying research among youth. Psychological Bulletin, v. 140, n. 4, p. 1073-1137, 2014.

MARCIANO, Laura et al. Digital Media Use and Adolescents’ Mental Health During the Covid-19 Pandemic: A Systematic Review and Meta-Analysis. Frontiers in Public Health, v. 9, 1 fev. 2022.

MEIER, Adrian; REINECKE, Leonard. Computer-mediated communication, social media, and mental health: A conceptual and empirical meta-review. Communication Research, v. 48, n. 8, p. 1182-1209, 2021.

MORONEY, Elizabeth et al. Digital media use frequency, online behaviors, and risk for negative mental health in adolescents in high-achieving schools. Clinical Child Psychology and Psychiatry, v. 28, n. 1, p. 237-254, 1 jan. 2023.

RAMADHAN, Roy N. et al. Impacts of digital social media detox for mental health: A systematic review and meta-analysis. Narra J, v. 4, n. 2, p. e786, ago. 2024.

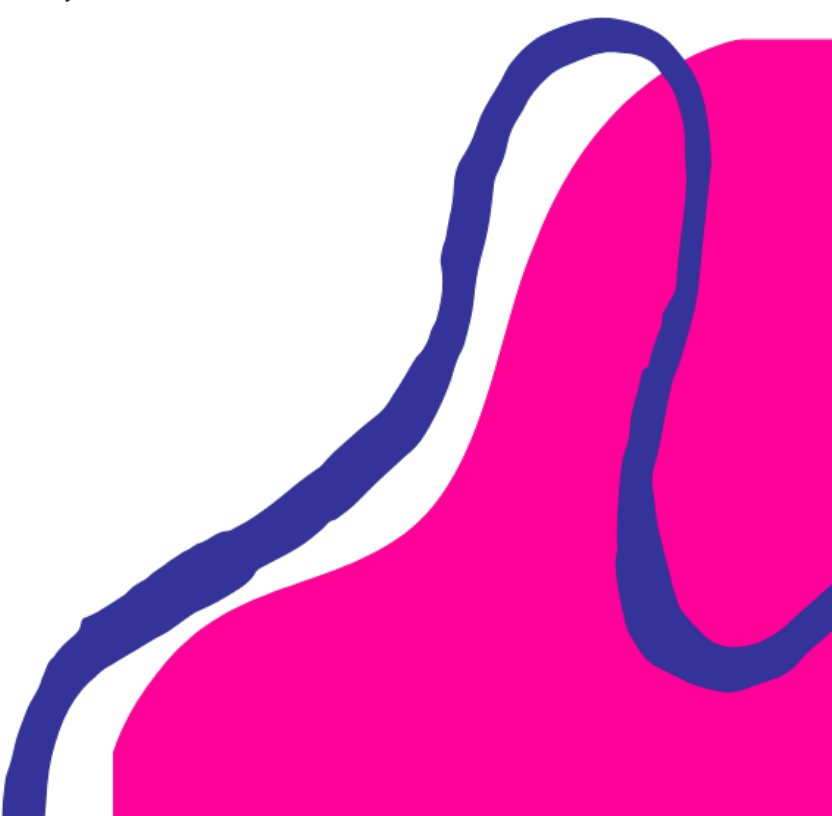
SCOTT, David A.; VALLEY, Bart; SIMECKA, Brooke A. Mental Health Concerns in the Digital Age. International Journal of Mental Health and Addiction, v. 15, n. 3, p. 604-613, 1 jun. 2017.

TAZHENOVA, Gulsara; MIKHAYLOVA, Natalia; TURGUNBAYEVA, Botagul. Digital media in informal learning activities. Education and Information Technologies, v. 29, n. 16, p. 21673-21690, 1 nov. 2024.

VUORRE, Matti; ORBEN, Amy; PRZYBYLSKI, Andrew K. There is no evidence that associations between adolescents’ digital technology engagement and mental health problems have increased. Clinical Psychological Science, v. 9, n. 5, p. 823-835, 2021.

YBARRA, Michele L. et al. Online social support as a buffer against online and offline peer and sexual victimization among U.S. LGBT and non-LGBT youth. Child Abuse & Neglect, v. 39, p. 123-136, 1 jan. 2015.

YOUNG, Lindsay; KOLUBINSKI, Daniel C.; FRINGS, Daniel. Attachment style moderates the relationship between social media use and user mental health and wellbeing. Heliyon, v. 6, n. 6, 1 jun. 2020.



INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO COMPUTACIONAL: ENTENDER E TRANSFORMAR

INTRODUÇÃO

Ao estudar tecnologia na perspectiva de atuação científica ou profissional, inevitavelmente começamos pela mesma pedra estruturante desse tipo de conhecimento: a lógica. Seja através da lógica de programação, ou mesmo com disciplinas matemáticas, para entender tecnologias digitais e computacionais em sua essência é importante pensar de uma forma específica, com ferramentas mentais, conseguindo compreender ideias abstratas e, muitas vezes, complexas. Essa habilidade, para além da programação, nos dá formas de interagir com situações no dia a dia, como resolver problemas, identificar padrões e planejar ações de forma organizada e eficiente. De forma a elaborar melhor essa abordagem lógica, cria-se o conceito de Pensamento Computacional.

Presente já em conceitos e ideias discutidas no início da computação, na década de 1950, o termo completo foi usado pela primeira vez em 1980, pelo matemático Seymour Papert. Em 2006, o termo volta a ter espaço na discussão pública, profissional e científica, com o artigo “Computational Thinking” (“Pensamento Computacional”), da reconhecida cientista da computação e pesquisadora Jeannette Wing. Segundo a autora, “o Pensamento Computacional será uma habilidade fundamental, assim como ler, escrever e fazer contas.” (WING, 2006). Essa abordagem se torna cada dia mais útil, considerando a atual transformação digital, em que interagimos com dispositivos e programas digitais em boa parte do nosso tempo, em atividades profissionais, educacionais ou pessoais, do entretenimento à transação bancária. Além disso, estamos vivenciando os primeiros anos do mais recente impulso no desenvolvimento de tecnologias de Inteligência Artificial (IA), que possuem grande potencial em relação aos impactos nos negócios, na ciência, na educação e na sociedade como um todo. Ou seja, o pensamento computacional é também um método, uma forma de observar situações, objetos, problemas ou eventos de forma organizada e que permite o planejamento de uma resposta lógica, eficiente e adequada. Quando lemos uma receita culinária, planejamos a próxima festa de aniversário ou lemos um plano de estudos, temos contato com algumas das ferramentas do pensamento computacional. Outro aspecto fundamental do Pensamento Computacional é que essa forma de pensar é útil na compreensão e interação com o mundo digital: das redes sociais às inteligências artificiais, negócios, relacionamentos e outras dimensões da vida humana digitalizados seguem padrões e modelos comuns. Seja no exercício da cidadania, na vida online ou na defesa da democracia, é importante entender, em alto nível, como as redes sociais funcionam, ou o que é um algoritmo, por exemplo.

POR: MATHEUS DE OLIVEIRA BARRETO

Cientista da Computação, Pós-graduado em Arquitetura de Soluções e MBA em Negócios Digitais, graduando em Sociologia e Política.

CONTEXTUALIZAÇÃO: NA TEORIA E NA PRÁTICA

O Pensamento Computacional é baseado em quatro pilares. Essa forma de pensar está orientada a capacidade de entender situações complexas e abordá-las, através das etapas:

Decomposição: observar uma situação ou objeto de forma a dividi-lo em partes menores, que podem ser então exploradas individualmente para a melhor compreensão, resolução de problemas ou outras interações. É possível decompor um objeto (exemplo: um carro pode ser decomposto em seus sistemas, como de combustão ou de direção, suas partes, como o motor, as rodas, os amortecedores, que podem ser decompostos em seus materiais como o aço, a borracha etc.) ou mesmo processos ou situações (exemplo: uma venda pode ser decomposta em descoberta do produto, interesse, negociação e atendimento, por exemplo);

Padrões: identificar e reconhecer repetições, frequências, sequências, grupos e similaridades nas ocorrências ou unidades de um objeto ou problema, o que pode apontar características fundamentais ou problemas gerais. Músicas, por exemplo, são construídas com o uso de padrões de notas musicais, que juntas soam de forma agradável, muitas vezes com repetições ou ritmos específicos, por exemplo;

Abstração: a partir de uma ideia, observar as características mais importantes de um objeto ou situação, permitindo o foco nos aspectos mais relevantes e ações com melhores resultados. Ao desenhar um mapa, nos atemos aos caminhos principais, seus caminhos alternativos, pontos de referências, perigos e outras características que ajudem no objetivo principal que é encontrar o caminho, ou se localizar em um espaço;

Algoritmos: organizar ações ou processos de forma lógica, sequencial e que pode ser realizada repetidas vezes com o mesmo resultado. Uma receita de bolo é um exemplo clássico de algoritmo, e existe para garantir que todos que seguem aqueles passos à risca cheguem aos mesmos resultados. A computação é altamente baseada em algoritmos, o que permite que um mesmo programa funcione com sucesso e entregue conteúdos específicos para milhões de pessoas diferentes.

Ou seja, a teoria do Pensamento Computacional é um modelo de leitura do mundo na era digital. O desenvolvimento destas habilidades dá instrumentos para a compreensão, uso e ação nas ferramentas, meios e plataformas digitais, da construção de software ao uso estratégico de redes sociais, plataformas de financiamento coletivo, novas tecnologias e aceleradores que facilitam e trazem ganhos a diversos tipos de atividades, além de ser um diferencial profissional relevante em praticamente todas as áreas de atuação.

Outra aplicação muito útil do pensamento computacional se dá através da análise de processos. Basicamente, ao aplicar esses conceitos a sequências de etapas, ou a atividades que sempre acontecem com uma determinada finalidade (exemplo: uma

venda, um atendimento médico, o ato de tomar banho), em vez de objetos, são atividades com começo, meio e fim. Ou seja, decompondo uma sequência de ações, podemos entender aspectos como: o processo é eficiente? Onde está o momento em que temos problemas, ou precisamos atender um volume maior? Vamos exercitar esse conceito: pensando no processo de tomar banho, podemos entender que existe um início, ao chegarmos ao local do banho e removermos a roupa; um meio, em que aplicamos sabonete, xampu e nos enxaguamos; e um fim, em que nos enxugamos e saímos do banheiro. É possível melhorar o início do processo, talvez deixando objetos que precisamos para nosso banho mais próximos da ducha? Ou quem sabe o meio, desligando o chuveiro enquanto aplicamos condicionador? Ao decompor um processo, conseguimos abstrair suas etapas, identificar padrões e buscar formas mais efetivas ou eficientes de realizá-los. Por outro lado, o pensamento computacional nos permite ver atividades e pensá-las como processos: como começa e quais os pré-requisitos e cada passo que é necessário para chegar ao objetivo esperado do processo. Essa habilidade é importante no ambiente profissional, sendo a base da capacidade de planejamento e estratégia.

PARA REFLETIR: QUESTÕES URGENTES

Os desenvolvimentos das tecnologias digitais nos últimos anos nos trouxeram a um mundo onde as quatro empresas mais valiosas do mundo (Apple, Microsoft, Amazon e Google, respectivamente) são empresas de tecnologia. O ranking, medido pela consultoria global Interbrand em 2024, certamente encontra novidades expressivas em 2025 em decorrência do desenvolvimento de tecnologias de Inteligência Artificial. Grandes desafios de nossa geração dizem respeito a armadilhas e problemas que o mundo digital produziu: fake news, vício em redes sociais, algoritmos que moldam o comportamento de seus usuários e um novo mundo digitalizado, movido por dados. Nesse novo mundo e modelo de sociedade, definido por autores como “Infocracia” (HAN, Byung-Chul, 2019), Antropoceno (era geológica onde o ser humano afeta e transforma o mundo ao ser redor) ou Tecnofeudalismo (feudalismo operado por grandes empresas de tecnologia), informações pessoais e privacidade são preocupações de cada pessoa, e dados são considerados “o novo petróleo”. Esses problemas se aprofundam com a aceleração da Inteligência Artificial, que tem resultados tão eficientes quanto seus dados têm qualidade. Com base em todos esses pontos, compreender esse novo mundo é fundamental para cada cidadão.

Sabemos que a vida em sociedade é complexa e repleta de disputas e contradições, e no mundo digital não é diferente. Quantos algoritmos utilizamos todos os dias? Aplicativos de recomendações de músicas ou vídeos, de GPS e navegação, para pedir comida, alimentos ou medicamentos, além dos sites de busca e pesquisa ou das redes sociais. Podemos não nos dar conta, mas boa parte do que vemos, lemos, ouvimos e consumimos todos os dias já é orientado por algoritmos, ou modelos de software que tem como objetivo aprender com seu comportamento e uso e se adaptar aos seus gostos, para sugerir uma música ou mostrar o anúncio de um produto que, de acordo com o algoritmo, tem uma boa chance de venda. Ao observarmos com mais profundidade as redes sociais, praças

públicas onde nos conectamos com amigos, marcas, interagimos, damos risada e nos atualizamos em relação ao mundo, os algoritmos têm um papel central.

Como um modelo lógico executado em um software, ou aplicação (exemplo: aplicativo Instagram, ou TikTok), um algoritmo é um conjunto de instruções que busca um determinado objetivo. Nas redes sociais, os objetivos, em geral, estão relacionados a aumentar o tempo que seu usuário passa nessa rede social e, não menos importante, gerar cliques para anunciantes, que investem em publicidade nesses canais. Situações problemáticas surgem quando, conforme abordado no documentário “O Dilema das Redes” (Netflix, 2020), emoções intensas, particularmente as negativas, geram mais engajamento dos usuários online. Quando nossa rede de convivência social e os conteúdos que nos são indicados são moldados por interesses da plataforma e empresa dona da rede social, o valor da troca entre pessoas fica em segundo plano, e pessoas ou grupos com objetivos próprios podem usar o sistema para chegar a seus objetivos, mesmo de forma antiética ou prejudicial. Ao mesmo tempo em que redes sociais se tornam plataformas que permitem que milhões de pessoas assistam a uma transmissão online que espalha mentiras sobre um político, por exemplo, a novidade e inovação desses modelos de negócio e tecnologias nos localiza em um mundo sem regulações, leis específicas ou formas de lidar com as consequências desse uso mal-intencionado. Diferentes países ao redor do mundo começam a produzir suas leis e regulamentações sobre Inteligência Artificial e Dados, como é o caso da Inglaterra, China, Alemanha e outros países. Regras e medidas desse tipo são fundamentais, pois observamos a cada dia novas formas e modelos utilizados nas redes digitais para enganar os usuários, propagar mentiras, afetar eleições e até mesmo para a realização de diferentes tipos de crimes.

Quando a verdade se torna digital, qualquer usuário com mais conhecimento pode editá-la, realizar um “Photoshop de fatos” e propagar mentiras ou informações parciais que influenciam aqueles que recebem esse conteúdo. Explorando os sentimentos humanos de raiva, revolta, insatisfação e outros, conteúdos com emoções negativas têm mais potencial de viralização, termo que curiosamente se adequa aos danos que a propagação de mentiras pode causar à saúde de pessoas, povos e até de toda a sociedade. Além disso, ainda hoje a tecnologia é distribuída e acessada de forma desigual, com cidades e regiões altamente informatizados e automatizados enquanto grandes populações mal têm acesso a internet, menos ainda à educação necessária para um uso consciente e positivo das facilidades e conexões que o mundo digital propicia. O uso, a distribuição e o acesso à tecnologia são temas que devem ser discutidos e construídos pela sociedade como um todo, atendendo além dos objetivos de desenvolvimento e crescimento, também as necessidades, demandas e problemas humanos e sociais.

No tema Inteligência Artificial, rapidamente vemos aplicações e usos de sistemas de aprendizado, generativos ou que envolvem visão computacional e grandes volumes de dados. Com o lançamento do ChatGPT, pela empresa OpenAI, em novembro de 2022, todo o mundo pode ter acesso e conhecer as capacidades de um sistema generativo de linguagem. Pela primeira vez, o grande público pode ver com os próprios olhos

um sistema capaz de responder a perguntas dos mais variados temas, aprendendo com um volume assustador de informações disponíveis em toda a internet.

Quantos sistemas que recomendam algo ou encontram resultados você utilizou hoje? De sistemas que permitem ter uma conversa, tirar dúvidas e construir textos com a ajuda de uma inteligência artificial ao uso militar (historicamente, o segmento da sociedade que mais investe em IA), já é uma realidade e estão presente no uso de sistemas e aplicações digitais funções “inteligentes”, que aprendem com os dados dos usuários para produzir novas informações, textos, imagens e vídeos.

Esse processo, que enquanto estamos vivendo não parece ser tão impactante, está alterando estruturas do mundo do trabalho, da comunicação, da educação e muitos outros. Em alguns casos, o uso de IA reforça preconceitos e defeitos humanos: de sistemas de reconhecimento facial que reconhecem com mais frequência pessoas negras a modelos de classificação de candidatos para uma vaga de emprego que podem reproduzir preferências e vieses antigos na organização, essa ferramenta, se usada de forma negligente, irresponsável ou descuidada, causará muitos danos e problemas à sociedade.

INTERLOCUÇÕES E DIÁLOGOS

Uma importante verdade a se considerar: nenhuma tecnologia é neutra. Quem decide o que um algoritmo vai priorizar? O efeito causado por modelos que focam em mostrar o que traz mais chances de cliques, ou tempo de visualização, é a construção das chamadas “bolhas digitais”, em que só nos é mostrado aquilo com o que concordamos, aquilo de que gostamos e que, de forma geral, nos faz engajar. Por outro lado, para uma sociedade plural, inclusiva e funcional, é fundamental o contato com a contradição, com o outro: outras opiniões, outras culturas, outros argumentos. As bolhas digitais podem nos transformar em cópias uns dos outros, nos enturmando somente com quem pensa igual, enquanto acreditamos que as tecnologias são neutras. Essa neutralidade não existe por dois motivos: em primeiro lugar, uma tecnologia é, em essência, uma ferramenta. Entretanto, uma ferramenta que é criada com objetivos específicos ou que, em seu funcionamento, busca resultados que não são claros para seus usuários ou não necessariamente são de seu interesse não pode ser considerada neutra. Em segundo lugar, para além do que os criadores das tecnologias colocam de si mesmos em suas criações (como já citado, preconceitos, vieses e outros aspectos), isso também acontece na forma como a tecnologia é usada, escolhida, empacotada e comunicada. Faça um teste: pesquise no Google por “pessoas pobres” e vá até a aba de imagens. É possível identificar imediatamente algum estereótipo? Em que contexto essas pessoas estão? Elas parecem estar, em sua maioria, em alguma região específica, ou tem traços e características que se repetem nos resultados? O quanto dos resultados é uma representação das desigualdades da nossa sociedade, e quanto é uma consequência, por exemplo, da maioria das imagens disponíveis na internet para esse tema ter um conjunto de características comuns?

Bruno Latour, sociólogo, filósofo e antropólogo francês, afirmava que todo artefato técnico é também um artefato social — toda ferramenta foi criada por alguém e vai ser usada por

alguém. Já para Shoshana Zuboff, autora de “Capitalismo de Vigilância”, vivemos em uma nova era, em que as plataformas digitais nos oferecem algum serviço em troca da extração de nossos dados, que serão usados para prever e influenciar o comportamento dos usuários e gerar lucro, principalmente através da publicidade digital. Para navegar no mundo digital que se constrói durante nossas vidas, precisamos conseguir compreender e questionar os sistemas e algoritmos que usamos e são usados em nossas vidas pessoais, profissionais e sociais. O pensamento computacional se torna, então, uma ferramenta pessoal, social e política, permitindo uma posição mais informada, preparada, crítica e consciente no mundo em que vivemos. Muito além de ser “coisa de exatas”, é um modelo para conseguir ler e entender o mundo digital e como pensam e funcionam os algoritmos e sistemas de informação que hoje já organizam e comandam boa parte de nossas vidas.

INDICAÇÕES PARA APROFUNDAMENTO

O pensamento computacional, como tentamos demonstrar neste artigo, é um conjunto de habilidades e conhecimentos fundamentais para interagir com o mundo digital do século XXI. Felizmente, existem diversos recursos e fontes de conhecimento e conteúdo para aprofundar-se nessa jornada. De forma prática, portais gratuitos como o Scratch.mit.edu e o Teachable Machine, do Google, oferecem ambientes para construção prática de soluções com base nos pilares do pensamento computacional, para todos os públicos e sem a necessidade de conhecimentos prévios. Ao longo deste artigo, citamos também alguns dos principais autores discutindo esses temas, como Byung-Chul Han, Shoshana Zuboff e Bruno Latour. Também podemos adicionar a essa lista nomes Evgeny Morozov, pesquisador e escritor bielorrusso, estudioso das implicações políticas e sociais do progresso tecnológico e digital, bem como Safiya Noble, com seu livro “Algoritmos da Opressão”, e o artigo original que retoma o conceito no século XXI, “Computational Thinking”, da pesquisadora Jeanette Wing. As tecnologias digitais estão cada vez mais presentes em nosso mundo, e, por isso, inevitavelmente teremos contato cada vez mais com esse conhecimento.



Para se aprofundar mais no debate da transformação digital, algoritmos e no pensamento computacional, os documentários “Coded Bias”, dirigido por Shalini Kantaya, e “O Dilema das Redes”, dirigido por Jeff Orlowski, ambos disponíveis na plataforma Netflix, apresentam esse debate com base em pesquisas, entrevistas e no depoimento de pessoas que ajudaram a construir as maiores plataformas digitais do mundo, abordando problemas como racismo algorítmico, vieses humanos, influência de comportamento e os problemas que podem surgir do uso indiscriminado de plataformas digitais e sociais, bem como os riscos técnicos, éticos e políticos que surgem nesse novo contexto. Esses diversos autores nos mostram que pensar computacionalmente é também pensar politicamente, pois além da técnica há decisões morais e sociais, e ensinar a resolver problemas com lógica também exige identificar os problemas que a lógica, sozinha, não resolve.

No campo dos podcasts, uma sugestão é o “Tecnopolítica”, disponível gratuitamente nas principais plataformas de streaming de músicas e podcasts. A partir de entrevistas e análises, no programa foram realizados debates sobre o papel das plataformas digitais e big techs na nossa sociedade. Além disso, canais na plataforma YouTube como “Atila Iamarino” discutem de forma acessível e pedagógica temas como o impacto ambiental dos data centers, os perigos existenciais da IA e muitos outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento computacional não é apenas uma ferramenta técnica, ou indicado para profissionais de tecnologia. Com a transformação digital, a grande maioria das carreiras foi afetada e impactada, além da gestão pública, da convivência e mesmo da nossa democracia. Como parte das ferramentas corretas para entendermos, lermos e transformarmos o mundo ao nosso redor, o pensamento computacional se torna um diferencial no mundo contemporâneo. Quando jovens e adultos dominam essa forma de organizar os pensamentos e ideias de maneira crítica, ganham uma ferramenta poderosa para entender e interpretar algoritmos, plataformas e outras tecnologias humanas. Neste artigo, vimos que para além de criar código, o pensamento computacional permite decodificar o mundo à nossa volta, encontrando caminhos em situações complexas e multifacetadas. Seja através da educação pública, que começa a oferecer acesso digital e contato com as tecnologias, seja em projetos de juventude ou através da inovação, a construção do mundo digital precisa contar também com cada pessoa, cada cidadão; afinal, nossa sociedade, democracia, mercado e vida coletiva, no geral, é construída por pessoas.

Hoje, tanto na vida profissional quanto na construção social, as diferentes áreas e frentes de atuação se digitalizam e adotam tecnologias digitais para funcionar de forma mais eficiente, ágil e produtiva — muitas vezes a troco do aprofundamento do debate sobre essas próprias tecnologias e suas relações com o mundo do trabalho, das relações humanas, da democracia e da economia. No mundo digital, os sujeitos para além de consumidores de energia e produtores de dados devem ser autores de soluções, agentes de transformação e cidadãos plenos, capacitados para entender e interagir com o novo mundo que se revela.

REFERÊNCIAS

BYUNG-CHUL, Han. Infocracia: digitalização e a crise da democracia. Petrópolis: Vozes, 2021.

CRAWFORD, Kate. Atlas da inteligência artificial: poder, política e o futuro do planeta. Rio de Janeiro: Ubu Editora, 2022.

LATOUR, Bruno. Nunca fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. São Paulo: Editora 34, 1994.

MOROZOV, Evgeny. Big tech: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

NOBLE, Safiya Umoja. Algoritmos da opressão: como os mecanismos de busca reforçam o racismo. São Paulo: Boitempo, 2022.

WING, Jeannette. Computational Thinking. Communications of the ACM, New York, v. 49, n. 3, p. 33-35, Mar. 2006. Disponível em: <https://www.cs.cmu.edu/~15110-s13/Wing06-ct.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2025.

ZUBOFF, Shoshana. A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano frente às novas fronteiras do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

ORLOWSKI, Jeff (Dir.). O dilema das redes. Netflix, 2020.

KANTAYYA, Shalini (Dir.). Coded Bias. Netflix, 2020.

DANTAS, Marcos. Tecnopolítica. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/55uTHZA0rs7ue5ajEJN9wp>. Acesso em: 6 jun. 2025.

IAMARINO, Átila. Canal no YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/@Atilalam>. Acesso em: 6 jun. 2025.

MIT Technology Review Brasil. Quando os algoritmos nos conhecem melhor do que nós mesmos. Disponível em: <https://mittechreview.com.br/quando-os-algoritmos-nos-conhecem-melhor-do-que-nos-mesmos/>. Acesso em: 6 jun. 2025.

SCRATCH. Scratch: imagine, programe, compartilhe. Massachusetts: MIT Media Lab, [s.d.]. Disponível em: <https://scratch.mit.edu>. Acesso em: 6 jun. 2025.

GOOGLE. Teachable Machine. Mountain View: Google, [s.d.]. Disponível em: <https://teachablemachine.withgoogle.com>. Acesso em: 6 jun. 2025.

INTRODUÇÃO À PESQUISA

INTRODUÇÃO

Pesquisar é conhecer o outro, ampliar nossa visão de mundo, olhar para as alteridades sem pressuposições — não somente baseadas em nossas experiências de vida, de modo a evitar a exotização do que nos é desconhecido. Este artigo é fruto do curso “Introdução à Pesquisa”, elaborado para o Centro de Memória da Juventude. Ele convida os estudantes a embarcarem na história dos diferentes tipos de pesquisa, suas confluências e diferenças, os tipos de uso que podem ser feitos dos dados primários e secundários, além dos métodos e técnicas de pesquisa qualitativos e quantitativos, oferecendo uma formação introdutória aos estudantes sobre o assunto.

Diferentes interesses podem motivar a realização de uma pesquisa. É possível identificar três principais formas de uso da pesquisa, cada uma voltada a objetivos distintos: a pesquisa científica, desenvolvida nas universidades com o intuito de demonstrar ou comprovar teses e hipóteses; a pesquisa de opinião, amplamente utilizada para compreender o posicionamento de eleitores, por exemplo; e, por fim — e não menos importante — a pesquisa de mercado ou de marketing, voltada ao comportamento de consumidores e ao desempenho de produtos, marcas e serviços.

No campo das Ciências Humanas, a pesquisa integra o trabalho do cientista social, que articula teoria, metodologia e prática. A pesquisa, nas palavras de Charles Wright Mills (1975), é um fazer artesanal: seus métodos não são fixos, moldam-se ao campo e podem inclusive alterar o objeto inicial de investigação. A flexibilidade existente na pesquisa acadêmica implica no fato de que nenhum manual de pesquisa prepara completamente o pesquisador para o campo, pois o aprendizado também ocorre na experiência prática e de pesquisas anteriores, sem deixar de lado a reflexão teórica que é tão importante quanto o contato com o mundo empírico, sendo essa troca entre prática e teoria — pela análise de dados primários ou secundários, que nutre e transforma as produções acadêmicas.

No campo da pesquisa de opinião, retornou um discurso proferido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, em Noroît (Arras), em janeiro de 1972, e publicado posteriormente em Les Temps Modernes. Bourdieu argumenta que a opinião pública “não existe” e fundamenta sua crítica em três postulados que merecem atenção ainda hoje. Mais do que polemizar por aspectos amplamente criticados, como o enviesamento das questões ou desenho da amostra, o autor mostra como a pesquisa de opinião difere da pesquisa acadêmica, por ser uma “pesquisa de interesse privado”. Para Bourdieu, enquanto institutos de pesquisa atuam sob demanda particular, tratando de temas emergenciais com fins políticos e mercadológicos, a universidade possui maior liberdade para realizar pesquisas abertas, voltadas à produção de conhecimento.

Continuando no debate apresentado por Bourdieu, a pesquisa de opinião, para o autor, tem três pressupostos problemáticos: 1) supõe-se que todas as pessoas têm opinião formada sobre qualquer tema; 2) considera-se que todas as opiniões têm o

POR: FLÁVIA AYRES LOSCHI

É doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP e professora da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

mesmo valor; 3) aplica-se a mesma questão a todos, assumindo-se que há consenso sobre os problemas. Esses pressupostos geram distorções nos resultados encontrados, mesmo quando os métodos são rigorosos. Além disso, como se trata de pesquisas encomendadas, Bourdieu alerta para seu uso estratégico, que pode influenciar decisões políticas e reforçar interesses específicos, o que ainda hoje, mesmo com o aumento desse tipo de pesquisa, deve ser considerado.

Por sua vez, a pesquisa de mercado compartilha essa característica da pesquisa de opinião: ser encomendada e ser adaptada aos “consumidores” — definição utilizada pelo marketing para todos os sujeitos e grupos, baseada na perspectiva economicista sobre as necessidades dos sujeitos. Inicialmente voltada ao monitoramento de vendas e da comunicação, ela evoluiu para produzir e moldar comportamentos, criando consumidores, a partir de estudos como os de etnografias corporativas, que exploram os modos de vida para intervenção.

Esses três formatos de pesquisa se utilizam de métodos e técnicas de pesquisa quantitativos e qualitativos para chegar a diferentes tipos de resultados, de acordo com os seus interesses. Antes de discorrer sobre os métodos e técnicas, gostaria de mostrar um pouco sobre a importância da leitura dos dados de pesquisa a que estamos tão habituados em nossas rotinas.

COMO LER DADOS DE PESQUISA?

É comum nos depararmos com diversas notícias com afirmações do tipo “x% da população prefere tal coisa” ou “elegeria o candidato x para tal cargo”. Essas afirmações carregam dados, os quais sem a informação completa diz muito pouco ao leitor e pode levar a interpretações equivocadas.

Para que possamos ter uma leitura crítica do dado, precisamos compreender quem fez a pesquisa, como ela foi conduzida, quais os objetivos, qual a amostra e quais perguntas foram feitas, evitando assim uma leitura superficial. Vamos usar o exemplo dos dados dos resultados das eleições em São Paulo para prefeito. Não são dados de pesquisa, mas conseguem exemplificar a importância de leitura mais aprofundada das notícias que utilizam números e porcentagens em suas chamadas.

Ao dizer que Ricardo Nunes, Guilherme Boulos e Pablo Marçal tiveram uma votação muito próxima nas eleições de 2024 com uma média de 28% dos votos, poderíamos pensar que a maior parte da população se divide entre os três candidatos, e esse foi o grande desafio das eleições. É preciso considerar a margem de erro (2 pontos percentuais) e também o percentual de abstenções, o qual chegou a 27% — ou seja, similar a porcentagem de votos dos candidatos. Ou seja, a porcentagem de quem não escolheu nenhum dos três candidatos é igual a aquela de quem escolheu algum dos candidatos. Esse é um dado relevante, pois uma parcela significativa do eleitorado não votou em nenhuma das três opções. Podemos a partir desse

dado investigar os motivos, se não se identificaram com os candidatos, se fazem parte da parcela em que o voto é facultativo, qual é a faixa etária, qual a renda e olhar historicamente o número de abstenções no país e, especificamente, na cidade de São Paulo. Isso ajuda a construir um quadro para uma análise mais aprofundada sobre as eleições e o perfil e comportamento dos seus eleitores no município.

Isso não significa descredibilizar os resultados das eleições ou das pesquisas eleitorais, mas entender quais dados estão ocultos entre eles e que podem nos revelar. Os dados de pesquisa são úteis para avaliar programas, estratégias de campanha e prever os resultados de uma eleição. Desde que olhemos com atenção, entendemos quais dados estão ocultos num enunciado de jornal e que podem mostrar questões importantes, como o anterior, de que quase a mesma porcentagem de cada um dos candidatos são de abstenções, o que pode revelar, por exemplo, uma descrença dos eleitores na política, nas eleições, uma recusa pelos candidatos, uma recusa da democracia, a depender da composição dos outros dados.

Assim como fizemos com os resultados das eleições, ler corretamente os dados resultantes de pesquisa significa consultar a fonte, verificar o instituto responsável pela pesquisa, identificar os objetivos, conhecer a metodologia, amostra, perfil dos entrevistados, tipo de questão. Esses cuidados nos ajudam a fazer um uso correto dos dados, sem deixar de lado informações relevantes. É comum ver dados em apresentações dos iniciantes sem citar as fontes de referência e a questão que foi feita para tal resposta. Assim, quando olhamos para os dados desta forma, eles pouco têm a dizer.

POR QUE OS DADOS SÃO IMPORTANTES?

Os dados de pesquisa são cruciais, por exemplo, no desenvolvimento de políticas públicas, projetos sociais, trabalhos comunitários que pretendem propor algo a um grupo de pessoas ou comunidade. Quando temos dados de pesquisas recorrentes, ou seja, que possuem um histórico de levantamento, podemos compreender transformações sociais, avaliar políticas e planejar ações futuras.

No Brasil, o Censo Demográfico feito pelo IBGE tem papel importante para análise e acompanhamento das mudanças populacionais com seus dados recorrentes. O Censo é realizado desde 1940 pelo IBGE, mas o primeiro censo do Brasil foi em 1872, ainda no período do Império. A partir de 1890, já na República, os censos foram realizados regularmente até a consolidação pelo IBGE. A sequência histórica desses dados permite observar mudanças estruturais no país e políticas/ações de transformações planejadas.

Para além dos especialistas que os utilizam, como os cientistas sociais, geógrafos, historiadores, esses dados são públicos e podem ser utilizados por qualquer um de nós para compor um trabalho. Quando olhamos, por exemplo, para a pirâmide etária da população no Brasil nos últimos cinquenta anos, podemos compreender que ela está se transformando, ou melhor, se invertendo. O número de nascimentos reduziu nos últimos anos e o número de pessoas com mais de 60 anos ampliou, o que causará impacto em diferentes aspectos da vida coletiva e individual, demandando atenção para um planejamento na

mobilidade urbana, previdência e mercado de trabalho.

Além dos dados de institutos como o IBGE, há outras Instituições produzindo indicadores que podem ser usados por toda a população, como o Observa Sampa, criado em 2014, com dados abertos sobre a cidade de São Paulo, organizados em 15 painéis temáticos (moradia, saúde, educação, etc.), alimentados por pesquisadores, órgãos públicos e sociedade civil. Esse tipo de dado pode ajudar a construir um projeto, um trabalho ou uma política pública.

Para encerrar a leitura dos dados, é importante distinguir dados primários e dados secundários. Os dois podem ser resultantes de fontes de pesquisa relevantes, mas trata-se de coisas distintas. Chamamos de dados primários aqueles coletados diretamente pelo pesquisador durante a sua pesquisa no campo. Os dados secundários, por sua vez, são chamados assim pois foram produzidos por outros pesquisadores e são usados em um projeto, trabalho com referências de onde, quando e por quem foram feitos.

Por exemplo, os dados produzidos pelo IBGE são dados primários. Foram coletados por pesquisadores em suas pesquisas no campo. No entanto, quando eu uso os dados do IBGE na minha pesquisa, eu os chamo de dados secundários, pois a pesquisa foi realizada por outras pessoas, com perguntas que não foram feitas por mim. Dito isso, podemos seguir para entender quais são os métodos e técnicas de pesquisa.

MAS AFINAL COMO COMEÇAMOS UMA PESQUISA?

Durante a fase inicial de uma pesquisa, é comum recorrer ao Google ou ao Scielo (site de busca acadêmica), para localizar informações gerais, dados secundários ou artigos científicos, e conhecer o “estado da arte” sobre determinado tema. Essa etapa ajuda a definir o campo de pesquisa e deve ser organizada com cuidado, pois os materiais serão usados durante todo o processo. Essa é uma etapa da pesquisa, em que estamos Tateando o nosso campo de interesse, e não deve ser descartada. Podemos organizar os dados secundários encontrados e a partir deles propor uma pesquisa de dados primários.

Após Tateado o campo, devemos organizar qual o nosso tema de pesquisa e o nosso objetivo. Quase sempre temos um primeiro tema em mente, que nos leva às buscas iniciais que devem ser alteradas conforme vamos nos aprofundar no tema. Uma vez definidos, devemos olhar para a metodologia e identificar as possibilidades de métodos e técnicas de pesquisas qualitativas e quantitativos, a depender do nosso objetivo. Vejamos o que cada metodologia pode nos oferecer enquanto resultados de pesquisa:

Métodos quantitativos lidam com bancos de dados, modelos estatísticos de associação, representatividade populacional e identificação de tendências médias no tempo e no espaço. Métodos qualitativos dão um aprofundamento sobre percepções, comportamentos, valores, hábitos, atitudes, opiniões e ideias que não têm espaço em grandes amostras. Permitem coletar detalhes do fenômeno de interesse através do relacionamento mais estreito e extenso entre entrevistados e entrevistador (BACHINI; CHICARINO, 2018, p. 275).

Há outros tipos de implicações para escolha do método para além do tipo de resultados encontrados, como a nossa real possibilidade de realizar uma pesquisa com o perfil desejado. Vejamos: se vamos abordar um tema delicado, como violência, podemos definir o método, a partir do tipo de resultado que nos interessa e depois encontrar uma técnica que faça com que a pesquisa seja viável; vamos falar sobre questões íntimas e delicadas, e escolhermos o método qualitativo, possivelmente as técnicas individuais serão mais adequadas, evitando a exposição dos entrevistados.

Os métodos qualitativos nos permitem saber muito com pouco, ou seja, se aprofundar no assunto a partir de um número pequeno de entrevistas ou grupos, enquanto os métodos quantitativos nos permitem saber pouco com uma amostra maior, com muitos participantes.

O MÉTODO QUALITATIVO

Vamos olhar para as possibilidades com método qualitativo. Ele é indicado quando se busca compreender significados, experiências e contextos sociais ou subjetivos. Entre as técnicas qualitativas mais convencionais estão a entrevista em profundidade e os grupos de discussão. Toda a pesquisa qualitativa, independente da técnica escolhida, depende para sua realização do processo de recrutamento, ou seja, a seleção de participantes com base em um perfil definido.

Na metodologia qualitativa, em que se trabalha com um número menor de pesquisados, o recrutamento é muito importante, garante a qualidade da pesquisa e pode ser feito de diferentes maneiras, desde que apoiados na teoria. Não se trata de conversar com um amigo, mas de encontrar o perfil da pesquisa, mantendo certo rigor, a depender da técnica.

Quanto mais recortes se fizer no perfil — por exemplo, determinar a classe social, a idade, gênero — maior será o número de entrevistados por perfil, para garantir a representatividade de cada perfil e consistência nas análises.

É recomendável realizar ao menos duas entrevistas por perfil, assim como dois grupos por segmento. Neste último, não se trata de um número estatisticamente calculado e significativo, mas isso garante que os entrevistados por perfil tenham tanto percepções similares sobre um determinado assunto quanto reforçar que não existe uma opinião única no perfil, sendo possível apresentar as discrepâncias, divergências e mostrar que, por vezes, a pesquisa qualitativa nos ajuda a mostrar a heterogeneidade existente num grupo — algo que a pesquisa quantitativa pode esconder.

As entrevistas e grupos costumam ser gravados e posteriormente transcritos para análise. De uns anos para cá, especialmente na pandemia, houve uma abertura na aplicação destas técnicas, sendo possível realizá-las também no formato online. Outra mudança é na transcrição, há diferentes recursos online que as fazem, mesmo ainda sendo necessário a checagem do entrevistador para garantir que a transcrição tenha cumprido o seu papel, de transformar a fala em texto sem alterar o conteúdo e as palavras.

Quem conduz as entrevistas e grupos é o moderador, que o faz

a partir de um roteiro estruturado ou semiestruturado em que os assuntos, temas e questões pertinentes ao problema de pesquisa serão colocados aos pesquisados. O roteiro de uma pesquisa qualitativa tradicional deve ser pensado como um funil, em que começamos com perguntas mais gerais sobre o tema, com o objetivo de “aquecer” a entrevista ou grupo, permitindo que os participantes se sintam à vontade com o moderador. No segundo momento, é a parte mais “nobre”, em que os assuntos mais importantes são trabalhados, pois é quando os entrevistados estão mais à vontade e não estão ainda cansados. O roteiro termina com a abordagem de assuntos importantes, mas que não são o coração da pesquisa. Não se trata de um modelo universal, mas é comumente adotado pelos pesquisadores. Tudo depende do objetivo da pesquisa e do perfil do pesquisado.

A entrevista em profundidade é uma interação realizada entre duas pessoas, normalmente que não se conheciam previamente e no formato um a um. Esse tipo de entrevista costuma ter duração de até duas horas, evitando que seja muito cansativo para o moderador e o entrevistado. O pesquisador tem uma preparação prévia em relação aos tópicos que serão abordados, através da elaboração do roteiro e do projeto de pesquisa elaborado, ao contrário do entrevistado, que não sabe o que efetivamente será abordado na entrevista e não necessariamente refletiu sobre os assuntos anteriormente. Lembre desta diferença entre o envolvimento do pesquisador e do pesquisado para que não se tenha pressa durante a conversa, e dê tempo para que o entrevistado pense sobre a pergunta feita. Cabe ao entrevistador criar um ambiente seguro e acolhedor, promovendo o conforto do entrevistado e evitando uma racionalização normativa das respostas.

Nessa dinâmica, o entrevistado ocupa um papel central, sendo protagonista, enquanto o entrevistador é o condutor, e deve evitar dar a sua opinião, além de explicação sobre os tópicos ou/e corrigir o entrevistado. O que vale é a perspectiva do/a primeiro/a sobre o tema. Além do conteúdo verbal, é possível coletar imagens durante a entrevista, que podem contribuir posteriormente para a análise do pesquisador, assim como redigir suas impressões sobre a postura do entrevistado, os silêncios e o ambiente de realização da entrevista.

Nos grupos de discussão, o moderador atua como catalisador da interação entre os participantes, tendo como principal objetivo estimular que falem e reajam ao que os outros dizem. O grupo, nesse contexto, torna-se mais do que a simples soma de seus membros, adquirindo uma identidade compartilhada e funcionando como uma entidade própria. É comum que se formem subdivisões dentro do grupo, com facções que confrontam diferentes pontos de vista e opiniões. Esse tipo de dinâmica pode gerar emoções intensas, humores diversos, espontaneidade e até mesmo intuições criativas. Além disso, em grupo, as pessoas tendem a assumir riscos maiores e tendem a polarizar atitudes. Ao formularem suas respostas, os participantes consideram os pontos de vista dos demais, o que influencia diretamente na construção coletiva do debate.

A escolha entre entrevistas em profundidade e grupos de discussão deve levar em conta as vantagens específicas de cada técnica, de acordo com os objetivos da pesquisa. As entrevistas em profundidade oferecem benefícios importantes,

especialmente quando o foco está na experiência individual. Uma de suas principais vantagens é a maior facilidade para recrutar perfis difíceis, já que o formato individual pode proporcionar mais privacidade e flexibilidade. A participação do entrevistado é garantida durante todo o encontro, o que assegura um envolvimento contínuo. Além disso, o entrevistador dispõe de mais tempo com cada participante, permitindo captar detalhes mais ricos e sutis, fundamentais para a compreensão aprofundada das percepções, motivações e histórias de vida.

Por outro lado, os grupos de discussão se destacam pela eficiência e riqueza da interação coletiva. Para o mesmo número de participantes, permitem obter uma grande quantidade de informações em menos tempo. O moderador atua como catalisador das trocas, estimulando que os participantes falem, reajam e construam coletivamente significados. A técnica também permite observar como se formam consensos e como os participantes lidam com divergências, revelando estratégias de argumentação e negociação. O pesquisador pode ainda utilizar estímulos projetivos, metáforas e imagens para explorar dimensões simbólicas dos discursos. A partilha e o contraste de experiências constroem um quadro comum de interesses e preocupações, oferecendo uma visão ampliada e contextualizada do tema investigado.

A escolha entre uma técnica e outra pode ser orientada por suas vantagens específicas, como apontado acima. Essas vantagens precisam estar alinhadas aos objetivos da sua pesquisa. Afinal, são eles que orientam a escolha dos métodos e técnicas de pesquisa.

A PESQUISA QUANTITATIVA: SURVEYS E QUESTIONÁRIOS

Os métodos quantitativos, ao contrário do que muita gente acha, que só servem para constatar o que você já sabe, devem ser usados para descobrir o que você não vê. Para diagnosticar aquela realidade que está ali e você não vê porque ela está ali sob dimensões latentes. (BACHINI; CHICARINO, 2018, p. 258)

Conforme mencionado na citação, a pesquisa quantitativa serve para que o pesquisador possa descobrir o que não vê. Há todo um léxico vindo da estatística utilizado nesse tipo de metodologia que é importante conhecer para que a pesquisa tenha validade estatística.

A estatística é a ciência que envolve o planejamento de estudos e experimentos, a obtenção de dados e, em seguida, sua organização, resumo, apresentação, análise e interpretação, com o objetivo de estabelecer conclusões com base nesses dados. Quando falamos do léxico em estatística, podemos observar palavras como população, coleção, subcoleção, parâmetros e variáveis. Vamos falar sobre o que cada uma delas significa, a fim de introduzi-los no universo da pesquisa quantitativa.

No contexto estatístico, denomina-se população a coleção completa de pessoas, informações, objetos ou dados que se deseja considerar numa pesquisa. Quando falamos de pessoas, se todos os membros da população participam de um levantamento, temos uma pesquisa de tipo censitário, que é um tipo de pesquisa quantitativa. Já a amostra corresponde a uma subcoleção de pessoas, informações, objetos ou dados

selecionados entre essa população, a qual está amparada estatisticamente e corresponde a um número dessa população que será pesquisado, garantindo que este represente a totalidade da população.

Todos nós utilizamos a amostragem em nosso cotidiano. Um exemplo simples é verificar o sal na comida: não é necessário comer toda a refeição para saber se o tempero está adequado. Basta uma colherada para avaliar se está no ponto ou se passou. A amostragem consiste justamente em extrair do todo (população) uma parte (amostra) para inferir características do conjunto, como a qualidade do tempero de todo o alimento.

Em pesquisas científicas, quando se deseja conhecer determinadas características de uma população, observa-se uma amostra de seus elementos, obtendo-se valores aproximados ou estimativas. Esse tipo de levantamento por amostragem está presente em diversas situações, como nas pesquisas eleitorais, e normalmente é o escolhido para as mais diversas pesquisas pelo seu caráter representativo e a possibilidade de tornar a pesquisa executável.

Entretanto, há casos em que não se trabalha com amostragem como, quando as populações são pequenas, tornando a amostra quase tão grande quanto o total da população ou quando a característica a ser observada é de fácil mensuração, como em mudanças de turno de funcionários. No caso dos Censos, também se trabalha por amostragem, mas há uma diferença dos exemplos anteriores — um censo exige alta precisão e é também uma contagem da população, por isso se difere da amostragem.

Outra palavra muito utilizada na pesquisa quantitativa é parâmetro. Os parâmetros são muito simples de compreender e são características específicas da população. É preciso definir quais são os parâmetros da população que a pesquisa quer conhecer para que se possa definir a amostra e garantir sua representatividade. Na pesquisa epidemiológica, por exemplo, estima-se a porcentagem de pessoas contaminadas com um determinada doença, a fim de estudá-la, como, por exemplo, saber mais o que pode causar a incidência daquela doença ou quais as sequelas comuns que podem ser geradas. Em pesquisas eleitorais, pode-se usar o município como parâmetro, quando se quer saber o comportamento dos eleitores a partir do domicílio eleitoral. No setor de Recursos Humanos, pode-se estudar parâmetros como o tempo médio de serviço, o grau de instrução ou o interesse dos funcionários em programas de treinamento, caso se tenha interesse em conhecer os funcionários e propor um treinamento, por exemplo. Nesses casos, os parâmetros ajudam a construir a amostragem, a qual viabiliza a obtenção de dados representativos sem a necessidade de acessar todo o universo da pesquisa, conforme mencionado anteriormente.

Na pesquisa quantitativa, outra denominação utilizada são as variáveis, características ou atributos que podem ser observados, medidos e comparados entre os elementos da amostra. Elas desempenham um papel central na formulação de hipóteses e na análise estatística dos dados.

Há diferentes tipos de variáveis a serem consideradas no momento da formulação dos questionários de pesquisa. Os

principais tipos de variáveis são as nominais, que representam categorias sem uma ordem lógica, como gênero ou cor dos olhos. Temos também as variáveis ordinais, que possuem categorias com uma ordem estabelecida, mas sem intervalos fixos entre elas, como os níveis de escolaridade ou o grau de satisfação e as variáveis intervalares, que apresentam uma ordem e intervalos iguais entre os valores, mas não possuem um zero absoluto, como é o caso da temperatura em graus Celsius.

Para a construção de um questionário de pesquisa quantitativa, todas as questões expostas acima devem ser consideradas, e é preciso se aprofundar em cada uma delas. Com a tecnologia podemos, por exemplo, calcular a amostra de uma pesquisa pela internet, não sendo mais necessário realizar o cálculo a mão. Mas é preciso saber antes qual o tamanho da população a ser pesquisada, para que possamos estabelecer os parâmetros.

Para criar as perguntas do questionário, o pesquisador deve se atentar ao tipo de variável e o que quer obter com a pergunta realizada. Por isso, a formulação da pergunta é de extrema importância. Tanto nos roteiros qualitativos como quantitativos, as perguntas devem ser claras, utilizar palavras que sejam do léxico do grupo pesquisado e tenham a capacidade de ser respondidas. No questionário qualitativo, devemos dar como opção de resposta ao entrevistado todas as variáveis possíveis, incluindo as opções “não sabe” e “não quis responder”.

ANÁLISE

Para o momento posterior, de análise dos dados, o pesquisador deve estar familiarizado com o questionário, objetivo, amostra, articulando quais as respostas podem ser “cruzadas”, ou seja, como eu posso relacionar os dados obtidos em mais de uma resposta para obter uma leitura mais ampla e responder aos objetivos da pesquisa.

Por exemplo, é bastante comum vermos as pesquisas eleitorais mostrarem a probabilidade de pessoas de uma determinada faixa etária votarem nos candidatos, assim como sabermos que pessoas de determinada classe social consomem um tipo de produto, o que a pesquisa de mercado nos ajuda a compreender.

Coletado os dados, é preciso analisar o material obtido, seja pela coleta qualitativa ou pela quantitativa. Durante a coleta das informações, o pesquisador deve iniciar a organização para a análise. As anotações pré e pós-campo são de grande valia para que o pesquisador se lembre, durante a análise, do que aconteceu. Essas anotações podem ser feitas de forma sistematizada em todas as etapas, construindo, ainda que fora do formato final, conteúdos que complementam a análise. Lembre-se que uma pesquisa inicia na definição do tema e nas suas primeiras buscas. Por isso, recupere os artigos sobre o tema e os achados antes da coleta de dados para compor com os aprendizados em campo. Isso serve tanto para pesquisas qualitativas como para as quantitativas.

Há diferentes maneiras de organizar os materiais de campo, e é preciso encontrar a forma com a qual o pesquisador se sinta mais à vontade. O que não deve ser deixado de lado na organização é a visualização dos dados em comparação entre os pesquisados. Quando se trabalha com análise de dados

qualitativos, é necessário ler o conteúdo a partir do que cada respondente falou sobre determinado assunto. Nos dados quantitativos, o mesmo ocorre: analisam-se

percentuais de respostas e é possível também cruzar informações.

Durante o planejamento da pesquisa, é comum que o projeto passe por alterações em seus objetivos à medida que amadurece. No trabalho de campo, mesmo com muito cuidado, o pesquisador pode ter suas perguntas e hipóteses alteradas a partir do que ouve dos participantes — e isso faz parte do processo. Ao chegar à etapa de análise dos resultados, é fundamental recuperar os objetivos da pesquisa e,

caso tenham sido modificados, isso deve ser informado ao leitor.

Nas Ciências Humanas, é importante contar o percurso da pesquisa até a análise final dos dados. A relação do pesquisador com o tema, caso haja proximidade, também deve ser mencionada no relatório. Quando uma pesquisa não ocorre como o previsto — o que é

bastante comum —, os desvios de percurso contribuem para uma melhor compreensão das questões estudadas. Essas mudanças devem ser registradas, ainda que em notas de rodapé.

Os formatos mais tradicionais para apresentação final da pesquisa são arquivos de texto, como os produzidos no Word, especialmente no ambiente acadêmico, e apresentações em PowerPoint. Os dados coletados e analisados devem ser apresentados de forma clara, considerando que o leitor não tem conhecimento prévio sobre a

pesquisa. Por isso, é importante relatar todo o processo: do projeto ao resultado final.

Além disso, informações como a data da coleta e as fontes utilizadas devem estar claramente indicadas nos materiais. Em pesquisas quantitativas realizadas online, muitos dos softwares de coleta de dados já oferecem análises iniciais e gráficos prontos. Cabe ao pesquisador revisar esses resultados, analisar as variáveis de maneira cruzada, de acordo com o objetivo da pesquisa, organizar os dados e apresentá-los de maneira compreensível ao leitor.

A questão que se coloca em um curso introdutório a todos os professores, é compreender que não é possível dar conta da vastidão do assunto, por isso, aconselho para aqueles estudantes interessados em pesquisa que se aprofundem. Os guias e manuais podem ser usados como recurso, lembrando das ressalvas trabalhadas durante o texto, além da bibliografia de referência. Espero ter contribuído para o aprendizado e despertado o que é mais importante na nossa área do conhecimento, as Ciências Sociais: o interesse pela busca inesgotável do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BACHINI, Natasha; CHICARINO, Tathiana. Os métodos quantitativos, por cientistas sociais brasileiros: entrevistas com Nelson do Valle Silva e Jerônimo Muniz. Revista Sociedade e Estado — Volume 33, Número 1, Janeiro/Abril 2018.

BAUER, Martin W. & GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAQUERO, Marcello. Pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. 208 p. (Coleção trilhas).

INGOLD, Tim. Sobre levar os outros a sério. In:Antropologia: para que serve. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.p 7-19.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Portal do IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 3 jun. 2025.

MILLS, Charles. Artesanato intelectual. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. ObservaSampa: Observatório de Indicadores da Cidade de São Paulo. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2025. Disponível em: <https://observasampa.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: 3 jun. 2025.

TARDE, Gabriel. A opinião. In:_____. A opinião e as massas. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.59- 75.

CAPITALISMO DA VIGILÂNCIA E COLONIALISMO DIGITAL: A CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES NA ERA ALGORÍTMICA

INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo está imerso em um processo de transformações aceleradas, particularmente intensificadas no ambiente digital. Essa nova configuração social, impulsionada pela automação algorítmica e pela ubiquidade da tecnologia, redefine as relações humanas, moldando tanto as experiências de tempo quanto de espaço. No entanto, embora as plataformas digitais proporcionem facilidades e otimizações em diversas esferas da vida cotidiana, elas também carregam uma lógica de exploração sutil, mas poderosa, que envolve não apenas a coleta massiva de dados, mas também a construção e modulação das subjetividades de seus usuários.

Neste contexto, o conceito de "capitalismo da vigilância" emerge como um fenômeno que vai além da dominação direta dos corpos, característica do capitalismo industrial. Esse novo regime de poder opera por meio da vigilância digital, onde a atenção, os comportamentos e até mesmo os sentimentos são manipulados por algoritmos, buscando maximizar lucros a partir da extração de dados pessoais.

Ao aprofundarmos a análise sobre esse fenômeno, é crucial considerar não apenas a estrutura algorítmica que subjaz a essas interações, mas também os efeitos dessa exploração na construção das subjetividades hiperconectadas. A relação entre o digital e o virtual, as dinâmicas de consumo e a polarização das redes sociais evidenciam que, embora o mundo digital ofereça uma sensação de conectividade, ele também fragmenta a experiência humana, exacerbando desigualdades e criando novas formas de opressão. Essa exploração digital, além disso, segue o mesmo padrão de desigualdade racial e colonial que marcou os processos históricos de dominação, evidenciando a continuidade de um "colonialismo digital" que reforça a marginalização de grupos historicamente oprimidos.

O objetivo deste texto é explorar essas questões, oferecendo uma reflexão crítica sobre as implicações sociais e políticas do ambiente digital contemporâneo. A partir da análise do “capitalismo da vigilância”, do racismo algorítmico e das subjetividades formadas no contexto digital, buscamos compreender como as tecnologias emergentes influenciam a organização da vida social e os modos de subjetivação na era algorítmica.

ENTRE ALGORITMOS E SUBJETIVIDADES: A EXPLORAÇÃO DIGITAL NA ERA DO CAPITALISMO DA VIGILÂNCIA

A sociedade encontra-se em constante transformação, impulsionada pela aceleração dos ritmos sociais em relação ao

POR: SYLAS RODRIGUES AGUILAR

Graduando em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), membro do Núcleo Antirracismo Virgínia Leone Bicudo (NAVLB) da mesma instituição e, atualmente, é estagiário na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP). Tem interesse nas áreas de Antropologia e Sociologia, com ênfase em Relações raciais, Racismo, Religião, Artes e Sexualidades. E-mail: sylasaquilar@sou.fespsp.edu.br.

tempo e ao espaço que ocupamos e nos relacionamos cotidianamente, conforme os específicos contextos sociais em que estamos inseridos. No ambiente digital, essa dinâmica se intensifica ainda mais, pois a automação algorítmica acelera e transforma as experiências de tempo e espaço em que interagimos socialmente.

Antes de aprofundarmos a discussão sobre a constituição das subjetividades hiperconectadas no âmbito do colonialismo digital, é importante definir o conceito básico de algoritmo. Segundo o Dicionário Aurélio, algoritmo é um “conjunto de regras e operações bem definidas e ordenadas, destinadas à solução de um problema”. Práticas cotidianas como realizar uma busca rápida no Google, comprar ou vender produtos em aplicativos específicos ou estabelecer novas relações em redes sociais dependem do funcionamento desses algoritmos. Em Colonialismo Digital: por uma crítica hacker-fanoniana (2023), Deivison Faustino e Walter Lippold observam que “algoritmos são produções humanas e, portanto, atravessados por tradições, por valores subjetivos e intersubjetivos partilhados, mas sobretudo com finalidades historicamente determinadas.” (p. 147)

Essas interações online constituem a estrutura da internet por meio de técnicas algorítmicas que organizam, classificam, filtram e recomendam conteúdos baseados em referências previamente estabelecidas pelos usuários nas plataformas digitais. Assim, embora tais sistemas facilitem atividades cotidianas, também moldam gostos, condutas e relações sociais, influenciando os desejos e comportamentos dos usuários a partir das informações que eles próprios disponibilizam**. **

O filósofo sul-coreano Byung-Chul Han (2022) discute a ideia de um regime de informação como uma forma de dominação baseada nos processos de coleta, gestão e classificação realizados pelos algoritmos e pela inteligência artificial, determinando dinâmicas sociais, econômicas e políticas. O regime de informação, conforme Han, “em oposição ao regime disciplinar, não são corpos e energias que são explorados, mas informações e dados” (p. 7). Esse regime, vinculado ao capitalismo da informação, desdobra-se no capitalismo da vigilância, distinguindo-se das formas clássicas de controle disciplinar.

O capitalismo industrial está atrelado ao regime disciplinar, no qual pessoas que trabalham em atividades fabris — sobretudo após o desenvolvimento da Revolução Industrial, no início do século XVIII — tornam-se “corpos dóceis”, funcionando como extensões da maquinaria da produção capitalista. Nesse regime, trabalhadores(as) são adestrados(as) a atingir o mais alto nível de eficiência em jornadas exaustivas e em relações de submissão total aos padrões capitalistas. Sem o aparato digital então

inexistente, possuíam apenas sua energia física, isto é, sua força de trabalho, trocada por salário para garantir a própria subsistência, conforme analisou Karl Marx.

Por outro lado, o capitalismo da informação não recorre mais à dominação direta dos corpos ou ao isolamento do indivíduo. No ambiente digital, o indivíduo supostamente “livre”, “autêntico” e “criativo” produz e performa sua subjetividade dentro de esferas algorítmicas, onde a coleta e a análise de dados operam mecanismos de controle psicopolítico. A vigilância digital substitui o controle físico, transformando a atenção, o comportamento e a informação pessoal em recursos estratégicos para a acumulação capitalista (Han, 2022).

Portanto, não devemos ingenuamente considerar que as grandes empresas de tecnologia do Vale do Silício oferecem seus serviços unicamente para otimizar nossas vidas. Não há neutralidade no campo tecnológico: a exploração se dá por meio do processamento cruzado e da mineração massiva de dados pessoais, muitas vezes coletados sem consentimento explícito, para direcionar comportamentos, modular subjetividades e maximizar lucros no mercado global de dados.

HIPERCONNECTIVIDADES E HIPERSUBJETIVIDADES: LAÇOS SOCIAIS INTRINCADOS

O documentário O Dilema das Redes (2020), dirigido por Jeff Orlowski, propõe uma reflexão crítica sobre o poder destrutivo das tecnologias desenvolvidas pelos programadores do Vale do Silício, muitos dos quais, em retrospectiva, expressam arrependimento por terem criado sistemas de vigilância e controle digital. O filme coloca em jogo uma disputa fundamental: o que é considerado “real” e o que é “virtual” ou “digital” dentro desse cenário, no qual se estabelece uma disputa pelo reconhecimento do que é verdadeiro e do que se configura como uma construção — uma mentira que, por sua vez, pode ser transformada em “verdade” no ambiente digital.

Em Colonialismo Digital: por uma crítica hacker-fanoniana (2023), Faustino e Lippold trazem uma diferenciação importante entre os conceitos de digital e virtual. Para os autores, “o digital é o armazenamento e o processamento de dados em computadores em forma de códigos que representam letras, números, imagens, sons etc., enquanto o virtual é um atributo potencial da realidade que pode ser apreendido pelo trabalho do pensamento.” (p. 35). Essa diferenciação é crucial para entender que o universo virtual não se opõe diretamente ao real, da mesma forma que o universo digital não é antagonista ao real. Na verdade, a efetivação do digital só é possível por meio das interações humanas mediadas pelos meios físicos da comunicação, que codificam a realidade nesse universo. Esse processo depende da circulação de energia, informação e interação no tempo e no espaço, da mesma forma que ocorre na comunicação analógica. O essencial é que haja interação: ao interagir, a informação circula e se dá no campo da ação e das finalidades motivadas por aspectos dos fenômenos físico-químicos corporais, como, por exemplo, a atração afetiva/sexual ou a própria ação social direcionada a outro indivíduo.

O digital tem transformado profundamente nossa percepção subjetiva de tempo e espaço, redefinindo a forma como nos relacionamos com o ambiente virtual. A aceleração do tempo e a reconfiguração do espaço, enquanto fatores cruciais nas

interações humanas, alteraram a maneira como experienciamos o mundo. Um exemplo claro dessa transformação é a pandemia de COVID-19, quando a circulação de pessoas foi substancialmente reduzida devido à alta taxa de transmissão do vírus. Nesse contexto, as sociabilidades se deslocaram para o núcleo familiar e para as telas de celulares, tablets, computadores e televisores, que se tornaram os principais meios de interação e comunicação.

Faustino e Lippold (2023) afirmam que esse processo na pandemia resultou em:

“uma subjetivação ambígua que conseguiu tanto intensificar a padronização de gostos, hábitos e desejos a partir de estímulos egóicos cuidadosamente distribuídos como razão de dopamina aos gados de todos os matizes ideológicos e crenças no pasto mundial da mineração de dados, quanto dificultar a possibilidade de consensos ou algum projeto comum a partir da criação e da fragmentação ad infinitum de nichos e bolhas discursivas fechadas e hostis à diferença.” (p. 38)

Esse fenômeno demonstra a natureza paradoxal do ambiente digital, onde a multiplicação das interações não necessariamente contribui para a formação de consensos ou para o fortalecimento de projetos coletivos. Basta pensarmos em uma lógica específica no âmbito das redes, que não difere muito da lógica do condomínio observada por Christian Dunker (2017) — um “estilo de vida total” orientado pela exigência da autorrealização, no qual múltiplas dimensões da existência são integradas a sistemas simbólicos que oferecem tudo à mão: serviços financeiros, alimentação rápida, educação domiciliar provida por conglomerados de ensino e até o trabalho, agora mediados tanto pela lógica do condomínio quanto pela lógica do digital.

Na obra No Enxame: perspectivas do digital (2018), Byung-Chul Han (p. 122) afirma que “a conexão digital facilita a aquisição de informação de tal modo que a confiança, como práxis social, perde cada vez mais significado. Ela dá lugar ao controle. [...] A sociedade da vigilância digital apresenta uma estrutura especial panóptica.” Podemos compreender que esse conjunto de plataformas, redes e tecnologias digitais opera sob uma ótica de vigilância em que todos são observados, todos estão em exposição nas telas, e isso implica na erosão da confiança, pois já não sabemos o que é filtro e o que é real, o que é carne e o que é plástica.

Em Sociedade da Transparência (2017), Han complementa que “o capitalismo acentua a pornografização da sociedade, expondo tudo como mercadoria e voltando-o à hipervisibilidade. O que se busca é a otimização do valor expositivo [...]” (p. 59). Aqui, a total transparência é levada ao extremo, onde tudo é despido, desnudado e exposto. Em aplicativos de relacionamento, como Tinder ou Bumble, por exemplo, as pessoas tornam-se absortas nas telas, navegando por imagens, e o encontro afetivo-sexual se converte em uma escolha dentro de um menu mercadológico. O corpo é quantificado, ranqueado e descartado, transformando-se em mercadoria na operação de maximização do valor expositivo, que inclui performances estéticas e o uso excessivo de procedimentos plásticos e substâncias para sustentar uma auto imagem fabricada. Trata-se de um mundo desprovido de um “outro”, um mundo narcísico orientado pelo auto-desempenho

exploratório, sem espaço para o eros — um “empresário de si”.

Não há dúvida de que as plataformas, redes e tecnologias digitais operam com uma intencionalidade manipuladora. Elas não são neutras. O que se observa não é meramente uma modificação nos ritmos da vida ou na nossa percepção das novas tecnologias das grandes corporações (big techs), mas uma intensificação da exploração e da acumulação de capital por meio de nossas subjetividades, construídas e processadas digitalmente. Tratam-se das formas do neoliberalismo, da necropolítica e da psicopolítica que regem a constituição de hipersubjetividades manipuladas pela lógica do capital.

As formas de nos relacionarmos, estudar, trabalhar, nos entreter, manter relações afetivo-sexuais e socializar têm sido cada vez mais mediadas — e exploradas — por aplicativos, plataformas e redes controladas pelas grandes corporações tecnológicas sediadas, em grande parte, no Vale do Silício. O Dilema das Redes evidencia o interesse desses oligopólios em adquirir, capturar e processar dados dos usuários com o objetivo de extrair mais-valor. Como observado por Marx em O Capital (2013, v. I), o mais-valor refere-se ao valor excedente produzido pelo trabalhador e apropriado pelo capitalista sob a forma de lucro. No ambiente digital, essa dinâmica assume novas formas, nas quais atenção, comportamento e dados se tornam insumos valiosos apropriados pelas plataformas sem qualquer retorno proporcional aos indivíduos que os produzem.

É nesse cenário que emergem as chamadas “hiperconectividades” e “hipersubjetividades” atrofiadas, forjadas sob a lógica do modo de produção e reprodução do capital no ambiente digital. Tarcízio Silva (2020), em Racismo algorítmico em plataformas digitais, aponta que “processos pelos quais a construção tanto das tecnologias digitais de comunicação quanto da ideologia do Vale do Silício são racializadas, a partir de uma lógica da supremacia branca.” Assim, as plataformas digitais operam como instrumentos de mediação social que, mesmo de forma sutil, reproduzem — e frequentemente intensificam — estruturas históricas de poder, opressão e desigualdade, agora ressignificadas por meio de códigos, algoritmos e lógicas de vigilância no espaço virtual.

RACISMO ALGORÍTMICO E COLONIALISMO DIGITAL: DO CORPO À REDE NA BIOPOLÍTICA

Para Aníbal Quijano (2005), o colonialismo é um sistema estrutural de poder e dominação baseado na racialização, que não terminou com o fim formal do domínio colonial, mas persiste como colonialidade do poder, influenciando as formas contemporâneas de desigualdade, controle social e produção de conhecimento. A modernidade ocidental consolidou essa lógica de hierarquização racial, epistêmica, econômica e cultural, que persiste até hoje, estruturando o sistema-mundo capitalista. No contexto digital, essa lógica de dominação se desdobra em um novo campo, configurando o que se tem denominado como colonialismo digital.

Assim como os países coloniais impuseram seus sistemas de poder, saber e ser sobre as populações colonizadas, as big techs, sediadas majoritariamente nos EUA e Europa, hoje impõem suas infraestruturas tecnológicas, seus algoritmos e sua lógica de acumulação de dados sobre os corpos, as mentes e os territórios. O digital torna-se, nesse sentido, um novo campo de

expropriação e controle, onde a produção de subjetividades, o acesso ao conhecimento e até a visibilidade política são mediados por sistemas informacionais atravessados pela mesma lógica racializada, eurocentrada e hierárquica da colonialidade.

O uso de tecnologias como o reconhecimento facial tem levado a prisões ilegais que afetam desproporcionalmente pessoas negras. Tarcízio Silva (2020) parte da premissa de que, no espaço digital, os algoritmos não são neutros. Eles carregam em si os preconceitos e as desigualdades históricas presentes nos dados utilizados para alimentar os sistemas tecnológicos. Isso se traduz na ideia de “racismo algorítmico”, em que os processos automatizados de decisão, recomendação e classificação frequentemente perpetuam — ou até acentuam — as desigualdades raciais preexistentes.

Silva (2020) aponta, por exemplo, que tecnologias como reconhecimento facial, análise de dados e sistemas de recomendação são enviesados, resultando em discriminação e marginalização de pessoas negras. Os dados coletados não apenas refletem, mas também reforçam estereótipos raciais. O caso recente de um idoso negro de 80 anos detido equivocadamente pela Guarda Civil Metropolitana em São Paulo, enquanto o verdadeiro suspeito era um homem branco, ilustra como tecnologias mal reguladas produzem criminalização seletiva, conforme reportagem do UOL.

A crítica de Silva encontra ressonância nos estudos de Linhares e Araújo (2022), que discutem a biopolítica e a subjetividade no contexto do racismo estrutural. Para eles, o racismo estrutural não é apenas um fenômeno social, mas uma organização que permeia as esferas da vida cotidiana e se manifesta nos mecanismos que regulam e moldam a existência dos indivíduos, incluindo sua subjetividade.

Assim como os algoritmos das plataformas digitais, a biopolítica opera para regular corpos e mentes dentro de uma lógica de poder que define quem é digno de direitos e quem deve ser marginalizado, funcionando como um "poder sobre a vida". Quando esse poder se entrelaça com a tecnologia, as práticas discriminatórias assumem um novo nível de sofisticação, tornando o processo de exclusão racial mais invisível — mas não menos impactante. A biopolítica digital, portanto, age como um mecanismo de vigilância que não apenas molda a subjetividade individual, como também reconfigura a relação entre o sujeito negro e o mundo digital, perpetuando hierarquias de poder e desigualdades estruturais.

Ambos os textos convergem na ideia de que o controle sobre as subjetividades e os corpos, agora amplificado pelas tecnologias digitais, é uma extensão da biopolítica moderna, na qual o racismo não apenas sobrevive, mas se adapta e se expande no ambiente digital. As plataformas e algoritmos tornam-se ferramentas de controle que, além de refletirem o racismo estrutural, também atuam para amplificá-lo, criando um ciclo de opressão que atinge diretamente os sujeitos negros — seja pela marginalização de suas expressões, pela invisibilização de suas existências ou pela coleta e processamento de seus dados para fins de lucro.

Em um cenário em que a tecnologia se entrelaça com a lógica do neoliberalismo e da necropolítica, a luta contra o racismo algorítmico torna-se uma necessidade urgente para garantir a

vida e a dignidade dos corpos negros em seus múltiplos níveis de existência, dentro e fora do ambiente digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ambiente digital, embora frequentemente retratado como um espaço de liberdade e inovação, revela-se, na prática, um campo de dominação e exploração que segue as mesmas lógicas de poder que marcaram os regimes coloniais. A aceleração do capitalismo da vigilância, impulsionada pelas tecnologias digitais, não só transforma a forma como nos relacionamos com o tempo e o espaço, mas também se apropria das nossas subjetividades e corpos de maneira cada vez mais invisível e sofisticada.

Assim, a discussão sobre o racismo algorítmico, bem como os impactos da biopolítica digital, revela o poder das plataformas e dos algoritmos na moldagem das subjetividades e das relações sociais. A discriminação racial, embora mascarada por uma falsa ideia de neutralidade tecnológica, continua a ser uma força ativa, moldando a visibilidade, a acessibilidade e até a vida das populações marginalizadas, especialmente os corpos negros. Essa realidade está intimamente ligada a uma lógica neoliberal e necropolítica, na qual a vida dos sujeitos negros é não só marginalizada, mas também vulnerabilizada, regulada e, em muitos casos, ameaçada por meio de mecanismos digitais.

Por fim, a reflexão crítica apresentada neste texto destaca a urgência da luta contra o racismo algorítmico e a necessidade de uma regulação mais consciente e ética das tecnologias digitais. Ao reconhecer a interdependência entre as estruturas históricas de poder e as novas formas de vigilância e controle no espaço digital, torna-se evidente que a emancipação dos corpos e das subjetividades negras no mundo digital é uma luta que exige ação política, ética e educacional. Assim, é imperativo que a sociedade, juntamente com as plataformas tecnológicas, reavalie o papel da tecnologia na reprodução de desigualdades e busque formas de desconstruir os mecanismos que perpetuam o colonialismo digital e as estruturas de opressão e poder das big techs.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Mateus; VESPA, Talyta (2025) “Reconhecimento facial de SP confunde idoso com estuprador foragido”. UOL Cotidiano, 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2025/04/13/reconhecimento-facial-de-sp-confunde-idoso-com-estuprador-foragido.htm>. Acesso em: 31 de maio de 2025.

DUNKER, Christian L. A lógica do condomínio. PISEGRAMA, Belo Horizonte, n. 11, p. 102-109, nov. 2017.

FAUSTINO, Deivison. Podcast Ilustríssima Conversa: Apresentação do livro: Frantz Fanon e as encruzilhadas: teoria, política e subjetividade (São Paulo: UBU, 2022) 05 de mar de 2022. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5RZi0vUjvoy94f32Zp2Or3>. Acesso em: 31 de maio de 2025.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

HAN, Byung-Chul. Protocolamento total da vida. In: HAN,

Byung-Chul. No enxame: perspectivas do digital. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2018.

_____. Regime de Informação. In:_____. Infocracia: digitalização e a crise da democracia. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2022.

_____. Sociedade da Transparência. In:_____. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017.

LINHARES DA SILVA, M.; ARAÚJO, W. F. Biopolítica, racismo estrutural-algorítmico e subjetividade. Revista Educação Unisinos, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 2177-6210, p. 1-20, out. 2022.

MARX, Karl. A taxa de mais-valor. In: MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. N-1 Edições: São Paulo, 2018.

MELO, Patrícia Campos; LEMOS, Ronaldo. Podcast Neural da Folha de S. Paulo: Discussão sobre: Golpes com reconhecimento facial e treta sobre leis de IA. 28 de maio de 2025. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/1kCtxA7p2UhjGHPRcF0e6w>. Acesso em: 31 maio de 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In LEHER, R., SETÚBAL, M. (Orgs.). Pensamento crítico e movimentos sociais diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Tarcízio (Org.). In: SILVA, Tarcízio, Racismo algorítmico em plataformas digitais: microagressões e discriminação em código. Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos. 2. ed. São Paulo: LiteraRUA, 2020. p. 129-145.

CONHEÇA NOSSOS CURSOS!



Habilidades para o Futuro: Aprendizado Contínuo e Marca Pessoal

Este curso é voltado para jovens que estão iniciando ou consolidando sua trajetória no mercado de trabalho. De forma leve e acessível, promove reflexões sobre aprendizado contínuo, habilidades socioemocionais e construção da marca pessoal de maneira autêntica e alinhada à diversidade. Ao longo do curso, os participantes desenvolverão competências como empatia, escuta ativa, inteligência emocional e uso consciente das redes sociais, fortalecendo sua identidade profissional e elaborando um plano estratégico para seus próximos passos pessoais e profissionais.



Saúde Mental e Bem-estar na Era Digital

O curso aborda de forma crítica os impactos da cultura digital na saúde mental de jovens, com foco em emoções, relações sociais, violência online e engajamento nas redes. A partir de temas como autoimagem, cyberbullying, consumo de conteúdo e redes de apoio, a disciplina propõe reflexões sobre riscos e possibilidades nos ambientes digitais. O objetivo é fortalecer a consciência crítica, o autocuidado e a participação cidadã, promovendo relações mais saudáveis, seguras e inclusivas tanto no mundo virtual quanto no real.



Cidadania Digital e Ativismo Online

Este curso aborda a Cidadania Digital e o Ativismo Online, discutindo o papel das redes na cidadania, o uso de ambientes digitais para organização e mobilização social e como os atores da nossa sociedade exploram esse ambiente na construção da cidadania e democracia.



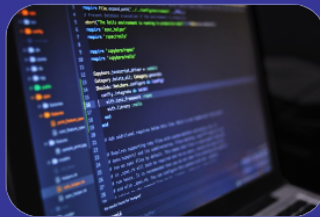
Inovação e Empreendedorismo Social

O curso apresenta os conceitos e práticas fundamentais para o desenvolvimento de soluções inovadoras voltadas à transformação social. Voltado a jovens engajados em promover mudanças em suas comunidades, o curso aborda o papel do empreendedor social como agente de transformação, capaz de identificar problemas sociais e propor alternativas sustentáveis e de impacto positivo. Por meio de exemplos práticos, como o de Muhammad Yunus e o Grameen Bank, a formação estimula a reflexão sobre iniciativas empreendedoras com propósito social, inclusão e sustentabilidade.



Introdução à Pesquisa

É comum vermos nos noticiários afirmações como "a geração Y se comporta de determinada forma" ou que "tantos por cento da população estão insatisfeitos com determinada política". Este curso é um convite aos estudantes para aprenderem a ler criticamente os resultados de pesquisas, utilizar os dados já disponíveis como ferramenta de trabalho e compreender as diferenças entre os métodos qualitativos e quantitativos — em que se diferem, quais são as técnicas e quando esses métodos podem ser complementares. Uma pesquisa bem realizada permite conhecer diferentes grupos sociais e é uma ferramenta essencial para falar sobre o outro e com o outro — sem presumir previamente quem são esses grupos, antes de investigá-los.



Introdução ao Pensamento Computacional

Este curso aborda a introdução ao Pensamento Computacional, conceito popularizado pela cientista da computação e pesquisadora Jeannette Wing, que representa uma forma de entender, analisar, organizar e solucionar problemas, entender comportamentos e pensar soluções com base em conceitos básicos da ciência da computação aplicados ao dia a dia e a qualquer campo ou área profissional.



Empreendedorismo Digital para Jovens

Este curso foi pensado para jovens que desejam transformar ideias em oportunidades no mundo digital. De forma simples e direta, vamos mostrar que é possível empreender com o que você já sabe, gosta e tem vontade de aprender. Mais do que falar de dinheiro, falamos de sonhos, autonomia e futuro. Vamos aprender juntos a usar a internet de forma criativa, consciente e com propósito, respeitando todas as identidades, trajetórias e jeitos de ser. Empreender também é uma forma de se reconhecer como potência!



Raça, Classe e Gênero no Mundo do Trabalho

O curso propõe uma reflexão crítica sobre o racismo estrutural e seus impactos no mercado de trabalho brasileiro, considerando as interseções entre gênero e classe social. Por meio de conteúdos acessíveis e recursos didáticos variados, o curso discute o legado escravocrata na formação social do país, apresenta evidências das desigualdades entre pessoas negras e não negras no mundo do trabalho e reforça a importância das ações afirmativas como forma de enfrentamento das desigualdades. A formação inclui videoaulas, textos, fóruns de discussão e materiais complementares como podcasts e vídeos.



Organização de Jovens Trabalhadores

O curso Organização de Jovens Trabalhadores oferece uma introdução acessível e prática aos direitos trabalhistas, relações de trabalho e formas de organização coletiva. Voltado para jovens em início de carreira, o curso propõe reflexões sobre desigualdade social, informalidade e precarização, além de apresentar alternativas de resistência e mobilização juvenil. Em um contexto de crescentes desafios no mundo do trabalho, busca fortalecer a autonomia e a ação crítica das juventudes trabalhadoras.



Juventude e Trabalho na Economia de Plataformas

O curso introduz os jovens ao mundo do trabalho, com foco especial na Economia de Plataforma. Aborda conceitos fundamentais sobre trabalho e suas diversas formas, destacando as características das atividades mediadas por plataformas digitais. Além disso, identifica e analisa os principais desafios que os jovens enfrentam no início da vida profissional, proporcionando reflexões e ferramentas para uma melhor compreensão desse cenário.

Plataforma de Estudos - Centro de Estudos e Memória da Juventude - CEMJ

O Moodle do CEMJ foi desenvolvido para oferecer uma experiência de aprendizado online flexível e interativa. Com recursos adaptados às necessidades dos nossos alunos e educadores, a plataforma facilita o acesso a conteúdos, atividades e avaliações, além de promover a colaboração entre os membros da comunidade acadêmica. Através do Moodle, buscamos proporcionar um ambiente de aprendizagem dinâmico e eficaz, alinhado aos valores de excelência e inclusão do CEMJ.



REALIZAÇÃO:



APOIO:

SECRETARIA NACIONAL
DE JUVENTUDE

SECRETARIA-GERAL

